



Pierre Cabanes

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE

Tradução: Lúcia M. Endlich Orth

Revisão da tradução: José D'Assunção Barros

Cabanes, Pierre

Introdução à história da Antiguidade / Pierre

Cabanes ; tradução : Lúcia M. Endlich Orth ;

revisão da tradução: José d'Assunção Barros. -

Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

Título original: Introduction à l'histoire de l'Antiquité

Bibliografia

ISBN 978-85-326-3900-4

I. História antiga I. Barros, José D'Assunção.

II. Título.

09-06972

CDD-930

Índices para catálogo sistemático:

I. Antiguidade : História 930

 EDITORA
VOZES

Petrópolis

Texto 3.1 //

Título original francês: *Introduction à l'histoire de l'Antiquité*

Direitos de publicação em língua portuguesa – Brasil:
2009, Editora Vozes Ltda.

Rua Frei Luís, 100

25689-900 Petrópolis, RJ

Internet: <http://www.vozes.com.br>

Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Diretor editorial

Frei Antônio Moser

Editores

Ana Paula Santos Matos

José Maria da Silva

Lídio Peretti

Marilac Loraine Oleniki

Secretário executivo

João Batista Kreuch

Editoração: Maria da Conceição B. de Sousa

Projeto gráfico: AG.SR Desenv. Gráfico

Capa: Marta Braiman

ISBN 978-85-326-3900-4 (edição brasileira)

ISBN 978-2-200-26644-8 (edição francesa)

Editado conforme o novo acordo ortográfico.

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

SUMÁRIO

Prefácio, 7

1 A originalidade da história da Antiguidade, 9

Como abordá-la? Uma ciência em movimento, 9

A extensão do domínio considerado, 16

Um mundo muito diversificado, 22

Uma economia de subsistência, 33

O espaço de uma vida: demografia e quadro familiar, 36

Uma vida social de contrastes bem marcados, 45

O progresso técnico é refreado por ignorâncias científicas, 52

A onipresença do sagrado, 54

Mas um mundo que não nos é totalmente estranho, 59

2 Os fundamentos documentais da história da Antiguidade, 63

As fontes literárias, 65

As inscrições, 75

A papirologia, 85

A arqueologia, 88

A numismática, 93

A imagem, 97

A explicação de documentos, 104

O papel do historiador, 116

3 As grandes etapas da Antiguidade: proto-história e época arcaica, 123

História da Mesopotâmia no III, II, e I milênios, 124

História do Egito no III, II e I milênios, 127

Os egípcios e os micênicos, 129

A Grécia do século XII ao século VI, 131

Os fenícios e Cartago, 138

Os etruscos e a origem de Roma, 141

- 4 As grandes etapas da Antiguidade: o mundo grego clássico e helenístico, 149
 O Período Clássico (séculos V e IV), 149
 O Período Helenístico, 184

5 As grandes etapas da Antiguidade: o mundo romano, 195

Principais traços da república romana, 195

O principado de Augusto, 205

O Alto-Império, 211

O Baixo-Império, 219

A ascensão do cristianismo, 211

6 As grandes etapas da Antiguidade: a Gália, 229

A invenção dos gauleses, 229

A Gália no seio do mundo céltico, 231

Bibliografia, 237

Índice dos nomes dos autores citados, 245

Índice dos textos enquadrados, 253

Índice dos mapas, 255

PREFÁCIO

O estudo da Antiguidade atraiu por muito tempo a atenção daqueles que nos precederam e hauriram nela *exempla* medievais no *De viris illustribus*, os bons e os maus modelos dos quais a história felizmente está bem povoada, como já via Plutarco no começo do século II dC. Muitas vezes, nossos antecessores se nutriam mais na escola de Roma do que na escola da Grécia. Assim, na primeira metade do século XVII, os jesuítas do Colégio de Clermont – atual liceu Louis-le-Grand – dividiam os alunos de suas classes em dois campos, romanos e cartagineses, dispostos de cada lado da alameda central; em cada campo havia uma hierarquia que lembrava a da legião romana. Houve uma mudança no conteúdo do ensino secundário, na França como em outros lugares, no espaço de uma geração: as línguas antigas vieram seu lugar recuar muito e a Antiguidade tornou-se um mundo pouco frequentado, do qual se retinha, na maioria das vezes, belas lendas e contos tirados dos poemas homéricos e da mitologia grega ou romana; a tal ponto que, se o estudante quisesse hoje especializar-se em história, ou simplesmente conhecer o que o mundo viveu antes de nossa era, descobriria um mundo quase completamente ignorado. Ele só vai encontrar-se com a Antiguidade no começo de seu curso superior, visto que, supostamente, durante seu curso médio, só teria percorrido por alto a história do mundo desde os primeiros homens pré-históricos até a queda do Império Romano do Ocidente! Algumas promoções foram beneficiadas com um retorno à Antiguidade no curso médio, à busca dos fundamentos de nossa civilização, da nossa herança antiga, noções bem delicadas e muitas vezes bem vagas, o que ainda era muito! O aluno atual, com um pouco de sorte, poderá lembrar-se de alguns nomes como Péricles, Alexandre, Augusto, perdidos na noite dos tempos.

É de lamentar? A Antiguidade é uma terra privilegiada: agora espaço neutro, outrora foi um terreno sagrado. E é desta tensão que nasce a fecundidade dos melhores trabalhos que lhe são consagrados. Além disso, o esquecimento dos gregos e dos romanos tem a vantagem de fazer cessar a hipocrisia que pretende afirmar que descendemos deles em linha direta.

Enfim, uma outra evolução é notável: distanciando-se da narração exclusiva dos fatos históricos, a história antiga avança e ganha aos poucos sua especificidade como História; ao mesmo tempo que é nutrida de cultura clássica, ela se abre doravante mais facilmente, por exemplo, para uma dimensão de antropologia histórica,

primeiro no domínio religioso, com os trabalhos pioneiros de Louis Gernet e de Jean-Pierre Vernant, e depois em história política com Christian Meier.

Neste livro trata-se especificamente da introdução ao estudo da Antiguidade, de sua história. O leitor aborda um domínio que lhe é novo, mas que pode ser cativante, se o encontro se realizar em boas condições. Esta obra se propõe facilitar um primeiro contato, apresentando sucessivamente:

- a originalidade da história da Antiguidade;
- os fundamentos documentais da história antiga;
- as grandes etapas da Antiguidade: a proto-história e a época arcaica; o mundo grego clássico e helenístico; o mundo romano, a Gália.

Este livro terá cumprido sua missão se o leitor, ao chegar ao fim de sua leitura, sentir o desejo de ir mais longe, de cavar mais no passado greco-latino, de prosseguir na sua pesquisa com uma documentação mais completa.

Ele chegará lá, mais seguramente, se levar em conta a advertência de Marguerite Yourcenar, mais romancista do que historiadora, mas que percebeu bem um dos obstáculos que se opõem a uma descoberta exata da Antiguidade. Em seu livro *En pélerin et en étranger* (Paris: Gallimard, 1989, p. 14), ela responde

A alguém que me perguntasse se o pensamento grego ainda vale para nós: "O pensamento grego, ou melhor, as diversas formas que o pensamento dos filósofos gregos tomou, é essencialmente minoritário: quero dizer que na própria Grécia, e na época deles, essas ideias foram cada vez o apanágio de um pequeno número. Não falamos do pensamento grego em seu conjunto: falamos das Escolas pré-socráticas, da Academia, dos Peripatéticos, do Pórtico ou dos jardins de Epicuro. No decorrer do século passado, muitos espíritos bem intencionados (Renan foi um deles, e poderíamos citar muitos outros) tentaram apresentar ao seu público uma Grécia perfeita e, por assim dizer, voltada sobre si mesma no curso de alguns séculos, excepcional e única, oferecendo ao mesmo tempo um exemplo ideal da arte de pensar, das virtudes heroicas, da beleza e da arte de viver. Esta imagem ideológica e acadêmica era falsa, e certamente não correspondia à realidade viva de um povo durante vários séculos; ela contribuiu muito, sobretudo na França, para fazer o público desgostar das leituras e dos estudos gregos; não sabíamos o que fazer com esta estátua tão perfeita, talhada num mármore tão branco.

Esta excelente imagem também vale para a Antiguidade romana. Cabe-nos mostrar que a realidade é diferente, que a perfeição é exagerada, na maioria das vezes, e que ela afasta o espírito curioso. A diversidade é sinônimo de riquezas sempre mais abundantes, muitas delas ainda por descobrir.

A ORIGINALIDADE DA HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE

Como abordá-la? Uma ciência em movimento

Os escolhos a evitar

Entrar num período antigo é penetrar num mundo desconhecido. Para nós, ocidentais, a viagem à Índia, à China ou ao Japão representa uma completa expatriação, colocando-nos numa civilização em que tudo é diferente. Mergulhar na Antiguidade greco-latina talvez nos deixe entre amigos: as paisagens, em primeiro lugar, pouco mudaram e a familiaridade de Albert Camus ou de Ismaïl Kadaré com o mundo de Heleno, de Sísifo ou dos heróis de Ésquilo talvez testemunhe o que o escritor argelino chamava de "cultura mediterrânea", numa apresentação de sua revista *Rivages*. Ao mesmo tempo, as formas da arquitetura e a escultura nos são familiares de tanto que marcaram nossa civilização; com elas, os próprios monumentos de Washington não nos são tão estranhos. Muitos relatos da epopeia troiana fazem parte integrante da cultura ocidental. Sentimo-nos num mundo menos estranho e certamente menos estrangeiro, e é grande a tentação de assimilar a Antiguidade ao nosso conjunto cultural, com o risco de deformá-la. Mas um universo pode parecer-nos sensivelmente próximo estando ao mesmo tempo intelectualmente longínquo.

Seria bom lembrar aqui a declaração do grande estudioso alemão dos antigos, U. von Wilamowitz Moellendorf, numa conferência que fez em Oxford em 1908: "Sabemos que os fantasmas não podem exprimir-se sem ter bebido sangue; e os espíritos que evocamos exigem o sangue de nossos corações. Nós o oferecemos de boa vontade a eles, mas se, em consequência, eles respondem a nossas questões, é preciso lembrar que alguma coisa de nós os penetrou, algo que lhes é estranho e deve ser descartado, em nome da verdade". Wilamowitz nos exorta então a refazer, por nossa vez, o gesto de Ulisses: no canto XI da *Odisseia*, antes de consultar Tíreisias, no Nequiomanteão, Ulisses oferece um sacrifício sangrento segundo as indicações de Circe e vê sair da terra as almas de seus companheiros desaparecidos. Admitimos como certo que os historiadores acreditam em fantasmas e que, de uma ou de outra maneira, eles têm o espírito frequentado pela Antiguidade que conhecem. É indispensável. E não é de surpreender que o ser frio e vazio do fantasma não possa assimilar o sangue que bebe. Mas é a isto que Wilamowitz também quer chegar,

isto é, o risco de esquecermos o sangue que vertemos. Este esquecimento é uma forma de "ato falho", como se, por necessidade de tranquilidade, os acentos familiares dessas vozes do silêncio nos parecessem vir da própria Antiguidade e não de nossa ofensa. Este aporte do historiador é inevitável e até mesmo necessário, se for feito com lucidez.

O mesmo perigo é sublinhado por Jean-Pierre Vernant, em seu ensaio *Mythe et religion en Grèce ancienne* (Paris, 1990), quando mostra, a propósito de A.-J. Festugière, "o que em bom monoteísmo ele acha que pode projetar de sua própria consciência cristã sobre os ritos dos antigos" (p. 8). A imortalidade do ser humano é defendida pelo cristianismo, mas, antes do aparecimento desta nova religião, que tipo de além os antigos imaginavam? Em "o túmulo de Harpías, em Xantos, hoje conservado no *British Museum*, e que data da primeira metade do século V, mulheres, de corpo muito expressivo, talvez sereias, carregam em seus braços afetuosos os mortos ou as almas dos mortos representadas como crianças; até onde vai esta esperança de uma sobrevivência dos mortos no além? Seriam as sereias de Xantos precursoras dos anjos, tão frequentemente representados nas pinturas do juízo final de nossas igrejas medievais? Não seria isto uma transposição muito arriscada? A representação dos infernos jamais agradou aos antigos, mesmo que os Campos Elísios pudessem acolher os melhores na morada dos bem-aventurados. No canto XI da *Odisseia*, Aquiles não oculta de Ulisses que ele preferia trabalhar como servo de glória, às ordens de outro, de um homem sem patrimônio, e de poucos recursos a reinar nos infernos sobre mortos que já nada são. Os antigos gregos e romanos buscavam a imortalidade, na maioria das vezes, na memória de seus compatriotas, pelo evergetismo recompensado de monumentos duráveis e de inscrições honoríficas bem dispostas nos santuários ou nas praças públicas. Do mesmo modo, e com razão, L. Bruit Zaidman sublinha, em seu último livro: *Le commerce des dieux* - Eusebeia, *essai sur la piété en Grèce ancienne* (Paris: La Découverte, 2001), que o termo grego *Eusebeia*, que traduzimos por *piiedade*, tem um sentido completamente diferente no politeísmo grego e no Ocidente cristão.

Muito menos é satisfatório considerar - como se pode comprovar muitas vezes entre os Padres da Igreja - os filósofos gregos, Platão e Aristóteles, como precursores do cristianismo. É verdade que o cristianismo se nutriu por muito tempo do pensamento aristotélico, mas Aristóteles de forma alguma pode ser considerado como uma propedêutica à mensagem evangélica. Este pensamento tem seu valor em si e deve ser considerado por ele mesmo, como uma etapa da reflexão humana, mas uma etapa autônoma e distinta das mensagens que puderam aparecer no decorrer do tempo e em outros lugares, especialmente a revelação cristã. Um bom exemplo desta concepção encontramos num afresco conservado no nártex do Mosteiro de Haghiós Nicolaos Spanos ou dos Philanthropikon, edificado no século XIII, numa ilha no meio do lago de Ioanina, no Epiro grego: perto da porta de entra-

da, Platão, Apolônio, Sólon, Aristóteles, Plutarco, Tucídides e Quirão são representados em pé, como os precursores da mensagem trazida por Cristo. O conceito de História como uma trajetória retilínea, desde o primeiro homem até o fim do mundo, voltada para a Salvação anunciada por Cristo, leva a inserir todas as manifestações da reflexão humana neste eixo. O historiador tem o dever de respeitar a autonomia de cada uma dessas manifestações, de observá-las em si mesmas e não de simplesmente apreciá-las como etapas sucessivas neste vetor messiânico.

Aliás, não é difícil encontrar, no funcionamento das instituições da cidade ateniense, muitos elementos que lhe dão um aspecto de modernidade. Deles ressalta a impressão de estar no nosso mundo, mas todo o substrato é diferente: a democracia ateniense abrange, no máximo, quarenta e cinco mil cidadãos, na época de Péricles, fartamente nutridos pelo império e pelo trabalho de uma multidão de escravos e de bárbaros. Este número de cidadãos em Atenas é o mais frequentemente admitido pelos especialistas da história ateniense. Foi colocado em questão por Mogens H. Hansen, em seu livro: *La démocratie athénienne à l'époque de Démosthène - Structure, principes et idéologie* (Paris: Les Belles Lettres, 1993, p. 78) onde ele escreve: "Em 450, podia haver lá cerca de 60 mil cidadãos adultos masculinos", rementendo a seu estudo anterior *Three Studies in Athenian Demography* (Historisk-Filosofiske Meddeleser Der Kongelige Danske Videnskabsnernes Selskab 56. Copenhagen, 1988, p. 14-28). O autor dinamarquês calcula que Péricles remediou em seguida esta situação de crescimento demográfico enviando para fora da Ática milhares de cidadãos pobres como colonos ou como clerucos (cidadãos que na Antiga Grécia recebiam um lote de terreno num país conquistado). Essas diferenças de cálculo do máximo de cidadãos na Atenas do século V revelam, de passagem, a impossibilidade de fazer um estudo da demografia antiga, mesmo para a cidade mais bem conhecida do mundo grego antigo, durante o período em que a documentação é mais abundante e para a categoria social dominante, a casta dos cidadãos. Esses cálculos divergentes, de mais ou menos 25%, para o corpo cívico, podem permitir que se imagine as margens de imprecisão para os metecos (estrangeiros domiciliados em Atenas) e mais ainda para os escravos.

Portanto, é preciso aceitar que a Antiguidade constitui, para nós, um mundo novo, uma civilização exótica e abolida, à qual não se aplicam necessariamente nossos modos de pensar. Esta é uma atitude mais honesta do que tentar suscitar o interesse afirmando o caráter tão moderno da Antiguidade (Sobre o problema da "Modernidade" da Antiguidade, cf. "Vingt ans de recherches sur l'archaïsme et la modernité des sociétés antiques" (REA, tomo 86, p. 1-4), assim como *L'Antiquité est-elle moderne?* (Actes du colloque du Mans. Paris: La Découverte, 1991).

Como então tornar manifesto o pensamento dos antigos? Como lembra François Hartog, num artigo consagrado a "La Méthode de Paul Veyne" (*Annales ESC*, 1978, p. 328), sem conceitos, não se vê nada, no sentido próprio, e se faz história

narrativa. O trabalho do historiador é justamente encontrar a especificidade de seu terreno de estudo, isto é o que é geral e particular ao mesmo tempo: tornar o indivíduo inteligível. Assim pode a história escapar da tirania do particular denunciado por Aristóteles no capítulo IX de *A Poética*: "A poesia é mais filosófica e mais nobre do que a história: a poesia trata mais do geral, a história do particular". Mas é preciso tomar cuidado para não negligenciar um elemento: o trabalho perspicaz do historiador só pode ser feito com conceitos cuja qualidade se conhece nas circunstâncias atuais, mas não se pode dizer se esses conceitos são operatórios para períodos tão longínquos.

O problema foi levantado, por exemplo, na importante obra de Aline Rousselle: *Croire et guérir* (Paris, 1990); ela se interessa pelo período de transição do paganismo ao cristianismo, na Gália, nos séculos III e IV, e em particular pela passagem das fontes miraculosas ao santo curador, em torno da figura emblemática de São Martinho. Partindo do princípio de que há uma cura, ela distingue três casos: 1) uma cura por evolução natural de uma doença cujos sintomas se confundem, nos limites dos conhecimentos antigos, com os de uma doença incurável; 2) as doenças psicossomáticas em que a afecção é real, por exemplo uma úlcera estomacal; 3) enfim, as doenças de sintoma histérico, no sentido freudiano do termo, sem afecção real. Reconhecendo que é impossível distinguir os dois últimos casos a partir das fontes de que dispomos e sem exame médico, Aline Rousselle coloca muito bem o problema da validade do conceito de histeria (Op. cit., p. 17-18) na época em que ele foi inventado (mas sem o aporte teórico e clínico de Freud). Além disso, Aline Rousselle estende o quadro de seu estudo ao problema do vínculo entre a doença e o santo curador, e utiliza o conceito laciano de "histeria": o doente dirige-se àquele que supostamente conhece o mal oculto e tem fama de poder curá-lo. Aline Rousselle tenta então habilmente uma periodização, um estudo cronológico do recurso do doente ao santo curador, na Antiguidade tardia.

Outro exemplo poderá fazer entender melhor esta dificuldade de compreender a Antiguidade a partir de noções atuais: com toda razão, tentou-se escrever uma história da vida privada, começando desde a Antiguidade; mas, o estudo resultou na descrição do quadro de vida dos antigos, em aspectos interessantes da vida material deles, mas a vida interior deles nos escapa. Jean-Pierre Vernant, ao tentar definir "a esfera do privado", em *L'Individu, la mort, l'amour, soi-même et l'autre en Grèce antique* (Paris, 1989, p. 211-232), adverte com razão: "Não há, na Grécia clássica e helenística, confissões nem diários íntimos - tal coisa é impensável". Mas, como observava G. Misch e o confirma A. Momigliano, a caracterização do indivíduo na autobiografia grega ignora a "intimidade do eu"; prosseguindo sua análise, Jean-Pierre Vernant define o que se refere ao comum, ao público, e o que se refere ao particular, ao próprio: "O comum abrange todas as atividades, todas as práticas que devem ser partilhadas, isto é, que não devem ser o privilégio exclusivo de al-

guém, nem do indivíduo, nem do grupo nobiliário, e das quais é preciso tomar parte para ser cidadão; o privado é aquilo que não deve ser partilhado e só diz respeito a cada um". A esfera do privado é, sem dúvida, mais ampla em Atenas do que em Esparta, onde educação e alimentação são do domínio do comum. Mas o aparecimento do indivíduo moderno opera-se somente nos séculos III-IV de nossa era, como sublinhou muito bem Peter Brown, em *La Société et le sacré dans l'Antiquité tardive* (1985); o indivíduo define-se "por seus pensamentos mais íntimos, suas imaginações secretas, seus sonhos noturnos, seus impulsos penetrados de pecados, a presença constante, obsessiva, em seu foro íntimo, de todas as formas de tentação", mas "esses seres humanos não eram renunciantes. Em sua busca de Deus, de si, de Deus em si, eles mantinham os olhos na terra". Portanto, é preciso admitir este limite em nossa busca do homem da Antiguidade, que não se chega a atingir com a mesma eficácia que se atinge o homem moderno.

Para apreender a ordem material do mundo antigo, o trabalho perspicaz do historiador moderno está ao mesmo tempo mais fácil e menos sujeito à crítica. As vezes nos surpreendemos pelo fato de que o senso comum não dá mais força a essas concordâncias necessárias. Por exemplo, o historiador fica surpreso quando vê um arqueólogo, como Anthony Snodgrass, em *La Grèce archaïque* (Paris, 1986), escrever a propósito da Ática: "Chego à conclusão de que no espaço de duas gerações de trinta anos, entre 780 e 720 antes de nossa era, a população pode ter sido multiplicada por um coeficiente sete aproximadamente", isto a partir do estudo das sepulturas datadas. Como imaginar um tal *baby boom* em pleno século VIII aC, quando a taxa de natalidade quase não varia numa sociedade em que as mulheres têm tantos filhos quantos podem ter, e que a taxa de mortalidade não poderia mudar profundamente num período que não conhece progressos extraordinários da higiene e da medicina? Muito menos podem ser vistos, na Ática, durante este período, movimentos migratórios importantes. Uma tal progressão mal se pode imaginar no século XX, mesmo em países de natalidade muito forte, como a Albânia que multiplicou sua população por três em quarenta e cinco anos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ou a Argélia que viu sua população dobrar numa geração; admitir isto para o século VIII aC é um despropósito e o autor tomou consciência disto, mas um pouco tarde, no prefácio da edição francesa.

No caso do estudo das guerras, os resultados são muito desiguais: assim, de um lado, Victor Davis Hanson, em *Le Modèle occidental de la guerre* (Paris, 1990, p. 89), tem razão ao sublinhar que a guerra na Antiguidade não pode ser compreendida se não for recolocada nas condições de vida da época: ele chega até a treinar uma corte de estudantes no vale de São Joaquim, com uma panóplia de armas de metal e de madeira que pesa pelo menos trinta quilos e constata a rapidez de seu esgotamento. Em compensação, alguns arqueólogos britânicos que tiveram de exercer um papel de conselheiro militar na península balcânica, no curso da Segunda Guer-

ra Mundial, estão prontos a explicar tal batalha do século III aC, comparando-a com os movimentos dos blindados e da infantaria italiana, alemã, grega ou iugoslava. É o caso, por exemplo, de N.G.L. Hammond: *Epirus* (Oxford, 1967, p. 596), a propósito da primeira guerra da Ilíria: no verão de 230 aC, segundo Políbio (II, 5-6), os ilírios de Esquerdilaidas tomaram a grande cidade de Phoinikê, na Albânia meridional, e derrotaram o exército epírota; um exército de socorro, fornecido pelas Federações etólia e acaia, dirigiu-se até Helikranon, localidade que está situada pelos arqueólogos locais perto do povoado de Krane, próximo de Phoinikê, no sul de Delvina, na Bacia da Bistrica. O autor britânico dá uma amplitude completamente diferente aos movimentos dos exércitos adversos; ele avalia que os dois exércitos se estabeleceram na linha divisória das águas entre os vales do Drino e do Thyamis e faz a comparação com o ataque italiano de novembro de 1940, detido nesta linha pelas tropas gregas. Na perspectiva da maioria dos especialistas, trata-se de manobras extremamente limitadas, somente na Bacia da Bistrica; na concepção de Hammond, é uma guerra de movimento que se desenrola em mais de cinquenta quilômetros e que leva os ilírios a ocupar, além da Bacia da Bistrica, a Bacia do Drino, isto é o conjunto da Caônia. Será que é razoável comparar os movimentos de exércitos antigos, de efetivos restritos e sem meios de locomoção, com os de divisões já mecanizadas durante a Segunda Guerra Mundial? O próprio Victor Davis Hanson publicou uma obra discutível, intitulada *Carnage et culture – Les grandes batailles qui ont fait l'Occident* (Paris: Flammarion, 2002); através do relato de nove batalhas decisivas (em particular Salamina, Gaugamela e Canas), ele explora as múltiplas facetas de uma supremacia guerreira não igualada, do que designa sob o nome de Ocidente; este o teria arrebatado, graças a uma concepção mais radical e mais mortífera da guerra, principalmente a guerra de aniquilamento.

Um canteiro sempre aberto

Para quem quer compreender o mundo antigo, é indispensável que o tome tal como era, sem transpor dados da época contemporânea para um universo radicalmente diferente. É um mundo no qual as fontes de energia são raras, essencialmente limitadas à força do homem e dos animais; a força do vento ou da água é praticamente inexplorada antes de nossa era. Se o carvão vegetal é utilizado, o carvão mineral não o é. Entre os produtos de petróleo, o betume é conhecido e utilizado para a calafetagem dos navios e para as flechas incendiárias. O gás é apresentado como um fenômeno surpreendente, por exemplo, nas moedas de Apolônia da Ilíria por causa dos fogos naturais na região do Nínfaion descrito por Estrabão VII, 5,8: “Vê-se aí um rochedo que produz fogo; ele escorre por baixo das fontes de água quente e de asfalto; provavelmente é a massa de asfalto que queima; não longe de lá, numa colina, encontra-se uma jazida deste produto”. É impressionante observar que essas mesmas minas de betume são ainda exploradas em 2003 no sítio de Selê-

nica, na Albânia, necessariamente com instalações mais aperfeiçoadas que permitem a exploração de filões situados a mais de cem metros de profundidade. Os transportes fora das zonas marítimas, só podem ser feitos no lombo de animais albardados, o que limita muito as possibilidades de transporte de produtos em grandes quantidades numa certa distância. É também um mundo no qual as distâncias por via terrestre sempre parecem muito longas a percorrer. Em meados do século IV, a Ática importava cada ano 800 mil medimnos de trigo, cuja metade vinha do Mar Negro, como relata Demóstenes: *Contra Leptino* (p. 31-33 – mesmo que a cifra possa ser exagerada). Esses carregamentos chegam ao Pireu e podem depois ser distribuídos em função das necessidades da população, enquanto que os transportes por terra não podem ser feitos, a não ser no lombo de animal, o que teria necessitado de enormes tropas de cavalos, mulas ou burros para garantir o abastecimento de cereais de regiões continentais, distantes do mar. Os caminhos, na Antiguidade Grega, são de qualidade medíocre, em particular durante os meses do inverno, em razão das chuvas; além disso, as vias romanas são muitas vezes construídas mais para facilitar a circulação dos correios imperiais do que para os transportes de produtos pesados. O traçado da *Via Egnatia*, que religa a costa adriática, de Epidaurno-Dyrrhachium e Apolônia de Ilíria até o Golfo Termaico, mostra que a rota segue na medida do possível um traçado retilíneo, com fortes declives para transpor as zonas montanhosas. Essas subidas e descidas podem ser feitas por um cavaleiro, mas não permitem a circulação de carroças carregadas com muito peso.

Um mundo novo

Se desistimos de compreender a Antiguidade através de nossos prismas deformantes – e esta decisão não é fácil –, então ela deve aparecer-nos como um mundo novo a descobrir. Que ela seja utilizada, vez por outra, como elemento da instrução cívica do bom democrata, tanto melhor ou tanto pior, porque também em outro lugar poderíamos encontrar elementos menos satisfatórios nesta via demonstrativa, e porque a democracia ateniense não é a democracia eterna. Vamos tomá-la como um todo, sem apreciações morais, como um campo de pesquisa que é surpreendentemente novo e cheio de promessas.

Um mundo vivo

De fato, seria totalmente inexacto acreditar que atualmente a Antiguidade já é perfeitamente conhecida, que ela não tem mais nada a oferecer. Não existe versão definitivamente estabelecida da história antiga, nem “vulgata” que bastaria consultar para conhecer perfeitamente os mundos grego e romano. Trata-se muito mais de entrar num vasto canteiro, em permanente evolução, graças aos aportes incessantemente novos da arqueologia, da epigrafia, da numismática, etc. A tradição li-

terária foi sem dúvida mais estudada, mas deve ser constantemente confrontada com informações que nos trazem essas outras fontes de documentação. Quando se consulta o catálogo das edições de textos antigos (como a coleção das Universidades da França, chamada *Coleção Budé*), pode-se avaliar o trabalho que resta aos filólogos para colocar à disposição dos estudantes e pesquisadores textos bem editados, traduzidos e comentados. A busca de novos manuscritos, particularmente graças à papirologia e ao estudo dos escólios de numerosos autores, pode permitir melhor consideravelmente o conhecimento da tradição literária.

A Antiguidade é um mundo vivo, um mundo que se move, que coloca pouco a pouco à disposição fragmentos ou retalhos de informações novas e o historiador se esforça por associá-los às fontes mais antigamente conhecidas, para avançar no conhecimento deste passado longínquo (cf. texto enquadrado, p 22-23).

Um mundo que convém tratar com muita humildade

O historiador da Antiguidade deve frequentemente admitir sua ignorância sobre pontos importantes da vida dos antigos, pois nosso saber é frágil, limitado, construído a partir de uma documentação fragmentária, muitas vezes lacunar. Se a documentação é relativamente abundante para a cidade de Atenas nos séculos V e IV aC, não o é mais para os séculos seguintes, e a história ateniense no século III sai do esquecimento graças a achados de inscrições. As regiões mais distantes da Grécia sofrem ainda mais desta precariedade de documentos que só aparecem, na maioria das vezes, na tradição literária, por ocasião de uma guerra na qual tomam parte os exércitos atenienses; no resto do tempo reina o silêncio completo. Só as escavações arqueológicas podem fazer falar esses sítios que testemunham uma civilização interessante. E o que dizer da Gália pré-romana, dos etruscos cuja escrita ainda não foi completamente decifrada e de tantas outras populações cuja língua, puramente oral, só deixou poucos traços na toponímia e na onomástica? O que dizer também das multidões que viveram na escravidão ou em formas de dependência coletiva? Aqui e ali aparecem algumas, graças a uma decisão de alforria gravada no muro de um santuário. Mas esta pobreza da documentação não deve provocar a decepção diante da falta de informação; ela deve, ao contrário, estimular a curiosidade, aguçar o espírito de observação metódica para extrair o máximo de cada aporte antigo. É desta busca permanente e tenaz que pode nascer um melhor conhecimento da Antiguidade.

A extensão do domínio considerado

No tempo

A história começa com a escrita, mas ela ainda não está aperfeiçoada nem é utilizada em toda parte ao mesmo tempo. Fazem parte da Antiguidade os grandes

Impérios egípcio, babilônio, assírio e hitita, remontando até o IV milênio antes de nossa era. Nosso projeto, aqui, é mais modesto, o que pode ser lastimável, porque as civilizações egípcia, mesopotâmica e anatólica são muito ricas, tanto no domínio artístico como no domínio da organização das coletividades humanas. A abordagem dessas civilizações tornou-se difícil por causa do emprego de línguas que só especialistas podem decifrar, mas o esplendor dos museus do Cairo, de Bagdá e Ancara lembra o desenvolvimento bem precoce de civilizações, sob certos pontos muito avançadas, civilizações às quais o mundo cretense, depois micênico e grego, frequentemente fez empréstimos. Vamos limitar-nos aqui à Antiguidade greco-romana, do arcaísmo grego (séculos IX-VIII) até o desaparecimento do Império Romano do Ocidente (em 476), mas com o cuidado de colocar em evidência as permanências, as continuidades. Não existe ruptura brutal entre a época micênica e o arcaísmo, através das Eras obscuras (séculos XII-IX): a decifração do Linear B em 1952, por Michael Ventris e John Chadwick mostrou bem que esta escrita utilizada nos palácios dos séculos XIV-XIII já era grego. Muito menos se pode imaginar ruptura completa entre a Baixa Antiguidade e a Alta Idade Média, tanto mais que o desaparecimento do Império romano só diz respeito ao Ocidente em 476, pois o Oriente ainda conserva o Império Romano estabelecido em Constantinopla durante quase um milênio. A ruptura na península balcânica é muito mais marcada pela conquista otomana nos séculos XIV-XV.

No próprio interior deste grande período que vai do século IX aC até o século V dC, as distinções usuais entre período clássico (séculos V-IV) e período helenístico, depois entre período republicano e império, não devem ser percebidas como rupturas brutais na vida dos contemporâneos. Elas são, principalmente, etapas cômodas para a exposição do historiador. Demóstenes, por exemplo, não sentiu que vivia uma transformação radical na vida da cidade ateniense e do mundo grego. É claro que poderíamos dizer que ele está morto por causa da vitória dos macedônios sobre os coalizados da guerra lamiana em 322; mas ele tinha percebido a Batalha de Queroneia, em 338, como uma derrota temporária das cidades gregas face a Filipe II da Macedônia, e esperava que a iniciativa de reerguer-se, iniciada no governo de Licurgo, poderia levar Atenas ao sucesso. Foi *a posteriori* e tardiamente que os historiadores do mundo grego decidiram separar época clássica e período helenístico, a partir de Johann Gustav Droysen, que publicou sua obra *Geschichte des Hellenismus* em 1843, só traduzida para o francês quarenta anos depois. Foi então muito simples decretar bruscamente o declínio ou a morte da cidade grega que, na realidade, continua seu caminho até sob o Império Romano, sem nenhuma ruptura. O romano que conheceu as tentativas de governo militar da primeira metade do século I aC, depois o Regime Cesariano e a luta entre Antônio e Otávio, não viu na Batalha de Actium, em 31 aC, uma mudança radical na história da Bacia Mediterrânea, progressivamente sujeita à autoridade romana. A estabilidade do poder de Otávio Au-

gusto até 14 dC foi considerada como um bom período na vida deste domínio romano, mas parece que ela não foi definitivamente estabelecida.

A única ruptura nítida percebida pelos antigos era aquela que existia entre o tempo presente, o tempo em que eles viviam, e o tempo das origens mais ou menos míticas de suas cidades, como foi a guerra de Troia para os gregos e como a epopeia de Virgílio tentou reconstruir as origens de Roma. Em seu artigo "Aspects mythiques de la mémoire" (In: *Mythe et pensée chez les Grecs*. Paris, 1965), Jean-Pierre Vernant coloca em evidência três caracteres específicos desta memória das origens: é essencialmente uma memória oral, cuja responsabilidade é confiada aos *aedoi* que têm, como os deuses, pelo dom da inspiração, uma experiência imediata do passado; é como uma memória que é ritmada por ciclos genealogias, uma sucessão de "raças", e não por uma cronologia que seria o próprio de um tempo único, de uma duração homogênea, numa palavra, de um tempo histórico tal como nós o concebemos hoje; enfim, a visão dos tempos antigos possui uma virtude purificadora que procura apaziguar os tempos presentes, a idade de ferro e a idade de ouro pelo contato que ela cria com o passado mítico.

Enfim, convém levar em conta a história em sua totalidade temporal. Todas as épocas são igualmente importantes, todas correspondem à vida de comunidades humanas numerosas, mais ou menos avançadas no que chamamos civilização. Nada é mais contrário ao método histórico do que privilegiar abusivamente um curto período e negligenciar o que se passou antes e depois. É preciso rejeitar a história "como sino", isto é, aquela ideia de que depois de uma longa geração, uma sociedade atinge um curto apogeu, único digno de interesse, antes de sofrer num declínio, numa decadência sem fim. Quantas obras consagradas à história da Grécia Antiga aplicam este esquema, no qual, finalmente, só conta o século de Péricles, ou seja, somente trinta anos na cidade de Atenas, enquanto todo o resto que vem antes é percebido em função do que vai advir exclusivamente de Atenas, e enquanto o que vem depois, o século IV e a época helenística, são apenas prolongamentos inúteis e sem interesse. É claro que não se trata de negar o interesse do período de Péricles, nem de esquecer de valorizar a qualidade da reflexão nos autores trágicos e nos historiadores do século V. Mas o período arcaico, como a época helenística, são igualmente importantes.

No espaço

A extensão do domínio considerado varia muito segundo os períodos

No começo da Antiguidade Grega, o mundo marcado pelo helenismo restringe-se quase exclusivamente à extremidade da península balcânica e ao circuito do Mar Egeu, mas no século VIII aC começa um vasto movimento de colonização que leva os gregos às margens mediterrâneas, da Espanha ao Mar Negro (ou Ponto Eu-

xino), de Marselha a Cirene. Mais tarde, entre 334 e 324, Alexandre o Grande dá uma nova dimensão ao mundo helenístico absorvendo todo o império dos aquemênidas, até as margens do Rio Indo, isto é, conquistando a Turquia atual, a Síria, o Líbano, Israel, o Egito e a Cirenaica, o Iraque, o Irã, o Afeganistão e o Paquistão. A penetração da cultura grega estende-se além de seus limites tradicionais e marca, em diversos graus, regiões tão longínquas como o norte do Afeganistão e da Índia, como revelam as escavações arqueológicas francesas feitas no sítio de Ai Kanum, no norte do Hindukush, nas margens do Amu Dária. No noroeste da Índia, a arte chamada do Gandhara testemunha a influência da arte grega sobre a arte indiana, ainda no século I de nossa era. Os empréstimos feitos à arte alexandrina são perceptíveis tanto nos temas da escultura, como a Atená de capote do Museu de Lahore, o Cavalo de Troia num relevo de Charsada, como no estilo das representações, por exemplo a pureza do oval do rosto, a regularidade dos traços e as pregas do vestido. Da mesma maneira, Roma tem começos bem modestos e um papel restrito no espaço. Ela não passa de um pequeno burgo do *Latium*, dominado de tempos em tempos pelos vizinhos poderosos que são os etruscos. Só progressivamente ela conseguiu conquistar a península italiana; foi preciso esperar o século III aC para ver a Grande Grécia cair nas mãos dos romanos. Siracusa conserva uma certa autonomia até 212 e o famoso cerco ilustrado pelas máquinas aperfeiçoadas por Arquimedes. No século II aC, Roma empreende a conquista do mundo grego balcânico, depois da Ásia Menor, antes de construir seu Império durante o século I aC., e o Alto-Imperio, dominando todo o mundo mediterrâneo, mas também os países que margeiam o Reno e o Danúbio, rios que são até transponíveis em muitos pontos: Campos Decumates, Dácia, assim como a Mancha com a ocupação da Bretanha.

Linhas divisórias sutis

Nos dois mundos, grego e romano, a passagem da civilização à barbárie não se faz ao longo de uma fronteira precisa ou retilínea; margens ou zonas de contato são frequentadas pelos romanos como por seus vizinhos bárbaros e é muitas vezes nessas zonas que as observações mais interessantes podem ser feitas, no caminho da helenização ou da romanização, com aportes, em compensação, do mundo indígena em todos os domínios – econômico, artístico, religioso, etc. Podemos explicar brevemente dois exemplos da dificuldade de perceber o que podia ser uma fronteira no mundo antigo:

- A situação do Epiro é um exemplo típico desta dificuldade. Durante muito tempo, as descrições da Grécia fazem indicar seu começo na Ambrácia, no oeste, enquanto que ela termina na embocadura do Peneu ao leste, deixando de fora o Epiro e a Macedônia. A região situada imediatamente ao norte da Ambrácia, a Tesprotia, é o país onde se vai consultar o oráculo dos mortos nas margens do Aqueronte; mais ao norte ainda vão estabelecer-se, segundo a lenda, os sobreviventes de Troia; eles escaparam do reino dos mortos e se fixaram à margem do mundo dos vivos, no limite do

além; entre os bárbaros ilíricos e os gregos, os epírotas estabeleceram-se numa espécie de *no man's land*, que não pertence nem a uns nem a outros (cf. sobre este tema, CABANES, P. "Les habitants des régions situées au nord-ouest de la Grèce antique étaient-ils des étrangers aux yeux des gens de Grèce Centrale et Méridionale?" In: LONIS, R. (org.). *L'Étranger dans le monde grec*. Nancy, 1987, p. 89-111).

• Edward Luttwak: *La Grande Stratégie de l'Empire romain* (1987, p. 54-55), interessando-se pela muralha de Adriano, escreve: "Não se pode pretender que os romanos eram ilógicos e timoratos, e não obstante as defesas ou fortificações que eles construíram foram muitas vezes consideradas como tão inúteis quanto desmoralizantes"; ele mostrou muito bem que essas defesas não eram concebidas para assegurar uma proteção total contra ataques de grande envergadura, mas contra infiltrações, e que "o complexo das defesas fixas construídas ao longo do *limes* (fronteira) só servia de infraestrutura de apoio para operações ofensivas". Assim ele colocou em evidência que a fronteira era mais uma zona relativamente longa do que uma simples linha de defesa. No entanto, Charles Whitaker: *Les frontières de l'Empire romain* (Annales de Besançon, 1989, p. 26-28), modera esta perspectiva: segundo ele, Luttwak estuda a estratégia em termos de combate militar e não de processo político; ora, esta segunda abordagem faria desaparecer a ideia de uma fronteira científica, resultado de uma decisão imperial. Desde Fergus Millar: *The Emperor in the Roman World* (Londres, 1977), pensa-se de fato que o imperador era antes de tudo passivo e não reagia senão aos apelos insistentes de seus súditos; parece, portanto, que a estratégia do Império romano não era voluntarista, nem contínua, nem prevista a longo prazo.

Uma mesma civilização

É preciso ainda lembrar que mundo romano e mundo grego não constituem dois domínios fundamentalmente distintos, ou duas fases sucessivas de uma história antiga que teria conhecido, primeiro, a expansão da civilização grega, antes que ela fosse substituída pela *pax romana*. A história dos gregos e dos romanos está profundamente imbricada: Roma cresceu no contato com as cidades gregas da Campânia; mais tarde seu Império recobre uma boa parte do mundo grego que conserva sua língua e marca profundamente seu vencedor no domínio cultural, artístico, no urbanismo como na vida religiosa. Inversa e simultaneamente, a vida das cidades gregas não para com o triunfo de Alexandre o Grande (336-323) nem com a Batalha de Actium (31 aC) que marca a vitória de Otávio - o futuro Augusto - sobre Antônio e Cleópatra: as inscrições gregas são cada vez mais abundantes em Atenas e em outras partes do mundo grego durante a época imperial; elas testemunham uma intensa vida cívica durante o Alto-Império. Paul Veyne, na Introdução do primeiro volume da *Histoire de la vie privée* (Paris, 1985, p. 14-15), justifica-se por ter começado esta história da

vida privada pelos romanos e não pelos gregos: "Por que não pelos gregos? Porque os gregos estão em Roma, são o essencial de Roma; o Império Romano é a civilização helenística nas mãos brutais de um aparelho de Estado de origem italiana. Em Roma, a civilização, a cultura, a literatura, a arte e a própria religião, provêm, aos poucos, inteiramente dos gregos, ao longo de um meio milênio de aculturação. Desse de sua fundação, Roma, poderosa cidade etrusca, estava helenizada não menos que as outras cidades da Etrúria. Se o alto aparelho de Estado, imperador e senado, continuou, no que é o principal, estranho ao helenismo (tal era a vontade de poder romano), em compensação o segundo nível institucional, o da vida municipal (o Império Romano formava um corpo cujas células vivas eram milhares de cidades autônomas), era inteiramente grego. A vida de uma cidade do Ocidente latino, desde o século II aC, era idêntica à vida de uma cidade da metade oriental do Império. [...] Assim, quando começa a presente história, uma civilização universal (do tamanho do universo daquele tempo) reina de Gibraltar ao Indo: a civilização helenística. Um povo à margem, ele próprio helenizado, os romanos, faz a conquista desta área cultural e acaba de helenizar-se. Porque ele consente perfeitamente participar nesta civilização que não percebe como estranha e grega, mas como sendo a própria civilização, da qual os gregos não foram senão os primeiros detentores; e os romanos estavam bem decididos a não deixar-lhes a exclusividade desta civilização. Roma tornou-se grega, exatamente como o Japão contemporâneo se tornou um país do Ocidente".

Será que convém dar apenas um exemplo desta comunidade entre mundo grego e mundo romano? Basta referir-se ao livro oitavo da *Eneida*, onde Virgílio começa a descrição do escudo forjado por Vulcano para Eneias à véspera de seu combate com Turno. As cenas cinzeladas pelo deus forjador representam a história futura de Roma até a vitória de Otávio sobre Antônio, em Actium, lugar de contato, se é que existe, entre o mundo grego e o mundo romano. A passagem lembra precisamente o canto XVIII da *Iliada* e uma outra descrição, a do escudo de Aquiles forjado por Hefaios. A intenção de Virgílio é dupla e perfeitamente perceptível para todo leitor contemporâneo: ancorar a legitimidade de Augusto na herança troiana e na civilização grega; estabelecer uma correspondência entre Homero e ele-mesmo, a partir de uma forma literária: a descrição.

Esta comunidade de civilização, fortemente evidenciada na citação de Paul Veyne, explica também que, na presente obra, não buscávamos sistematicamente respeitar um perfeito equilíbrio entre mundo grego e mundo romano, porque eles não são estranhos um ao outro. Em sua vontade de convencer, Paul Veyne vai talvez um pouco longe, negligenciando os aportes propriamente romanos, que permitiram a realização de um vasto Império que se estende da Bretanha à Mesopotâmia, graças ao sentido de organização e à eficácia de uma administração que, muitas vezes, fizeram falta em inúmeros pequenos Estados que repartiam entre si as terras do helenismo.

Um mundo muito diversificado

O domínio geográfico ocupado por esses dois mundos, grego e romano, variou no tempo, como já foi lembrado anteriormente, e não apresenta homogeneidade, mesmo quando se limita ao conjunto mediterrâneo.

As condições físicas

Primeiramente, elas são muito diversas. Sem tentar comparar regiões tão opostas como as grandes planícies da Gália (Bacia Parisiense ou Bacia Aquitana) e regiões da Grécia Central (Ática, Beócia, Fócida, etc.), é preciso reconhecer que no próprio interior da Grécia, na Europa antiga, as condições de relevo, de vegetação e as paisagens mudavam totalmente das margens do Mar Egeu às terras altas do maciço do Pindo; Atenas recebe, em média, um pouco menos de 500mm de precipitação por ano, principalmente distribuídas entre outubro e abril, enquanto Ioanina, no Epiro, recebe 1.300mm de chuva ou de neve, com uma estação seca mais curta, mas também com temperaturas mínimas nitidamente mais baixas, o que não permite as culturas mediterrâneas (oliveiras, vinhas) nas zonas montanhosas. Essas chuvas permitem o desenvolvimento de florestas e de pastagens de altitude, favoráveis a uma pecuária, impossível mais ao sul. Não é difícil observar os mesmos contrastes entre a planície do Pó e a Itália Meridional; da mesma forma, na Ásia Menor, opõem-se as regiões costeiras, regiões da árvore, e os planaltos estépico do interior (cf. texto enquadrado, a seguir).

Uma outra Grécia

Em seu livro *Le Mont Olympe et l'Acarnanie* (p. 223-225), escrito em 1860, o arqueólogo Léon Heuzey ficou impressionado com o contraste entre o mundo egeu e o mundo que ele descobre no oeste de Delfos: "No mês de setembro de 1856, parti de Atenas para ir explorar a Acarnânia. Atravessi primeiro a Beócia em toda a sua extensão; depois dirigi-me para o oeste, penetrei na espessa cadeia do Parnasso, pelo famoso desfiladeiro que os antigos chamavam de Rota Fendida e que leva a Delfos. A partir de Delfos, abria-se diante de mim uma região totalmente diferente daquela que eu acabava de percorrer. Parecia-me estar entrando num outro país, e não estar mais na Grécia. Por toda parte havia florestas e águas correntes; um solo embaraçado de mata, de córregos e de montanhas ao mesmo tempo. A Grécia, em mais de um lugar, é deserto, terra selvagem: mas o é de outra forma. Meus olhos, habituados há muito tempo aos campos nus, queimados pelo sol escaldante, às montanhas que não passam de imensos rochedos, e dos quais eu acabava de ver no Parnasso o mais magnífico exemplo, eram agora como que surpreendidos com esta vegetação e verdura, e com toda a desordem de uma natureza agreste e viva. Toda esta parte do continente, montanhosa e arborizada, que se estende até o Mar Jônio, e que se chamava Lócrida, Etólia, Acarnânia, país dos euriânios, dólopes, anfilocos, foram sempre uma região à parte, distinta do resto da Grécia, tanto pela natureza do solo como pelo caráter das tribos que lá se estabeleceram. Menos

favorecidos do que os outros helenos, e talvez dotados de um gênio menor, os habitantes dessas florestas permaneceram fora do movimento geral da raça helênica. Eles se acostumaram a uma vida rude e parece que não foram atingidos pela incrível necessidade de disciplina e de progresso que começou tão cedo a trabalhar as populações do leste e do sul. Nos mais belos tempos da Grécia, eles ainda estavam habituados à pilhagem e à pirataria, aos costumes rústicos e beligerantes da era heroica. Havia conservado o costume e as armas dos primeiros gregos; e os contemporâneos de Tucídides não precisavam olhar um etólio, um habitante da Lócrida ou da Acarnânia, para ver como eram feitos os heróis de Homero. [...]

Para os que buscam sobretudo os traços da civilização e das artes, em Delfos acaba a Grécia. Além daí só restam povoações mais ou menos bárbaras que podiam muito bem ser reconhecidas como gregas, mas que jamais foram verdadeiramente consideradas como tais; já é o Epiro que começa. Eis a opinião dos antigos, dos primeiros: sobre este país, historiadores e geógrafos são de uma brevidade desesperadora e muitas vezes de uma ignorância manifesta. Pausânias, depois de ter descrito a Fócida, apenas lança um olhar longínquo sobre Anfissa e Naupacto e termina aí seu livro, intitulado, não obstante, *Exploração da Grécia*."

L. Heuzey se aproveitou em grande parte desta análise de Tucídides; o historiador da guerra do Peloponeso descreve assim a outra Grécia, I, 5: "Até os nossos dias, uma grande parte da Grécia vive à maneira antiga, do lado dos lócrios, ozolos, etólios, acarnânios e dos países continentais situados na região. O costume de portar armas, desses povos continentais, é uma sobrevivência dos antigos hábitos de pilhagem". Para Tucídides, trata-se de opor os gregos do noroeste aos atenienses mais civilizados, com o risco de reduzir a Grécia Antiga à zona do Mar Egeu, simplesmente porque lá o modo de vida é diferente e os quadros políticos também. Um perfeito exemplo deste centrismo ateniense aparece em Filon, *Quod omnis probus*, trad. Mad. Petit, 140. Esse juiz de Alexandria definia os atenienses como "aqueles dos gregos que têm a inteligência mais penetrante [...] porque, o que a pupila é para o olho e a razão é para a alma, é Atenas para a Grécia". Trata-se neste caso, realmente, de um ponto de vista tardio, que corresponde a uma época na qual Atenas faz sobretudo figura de escola da Grécia e do Império Romano, mas ele converge mais para uma corrente de pensamento muito mais antigo.

Modos de vida bem diferentes

Da diversidade das condições físicas resultam inevitavelmente modos de vida bem diferentes: a agricultura sedentária opõe-se às práticas de criação transumante, característica das regiões do Norte da Grécia. A organização do espaço é feita em quadros estatais bem diferentes: a cidade-Estado (a *polis* grega) convém muito bem ao mundo dos agricultores sedentários; os países de pastores transumantes preferem o *ethnós*, isto é, uma comunidade mais ampla, mais extensa (cf. texto enquadrado, p. 24). A descrição da Gália, na época de César, coloca em evidência oposições semelhantes entre as cidades da Provença mediterrânea (Marselha, antiga fundação fócica, Aix, fundação romana) ou do Vale do Rhône (Viena: Lugdunum) e os povos do interior (cidades dos arvernos, éduos, etc.).

Uma diversidade geral

Esta diversidade atinge todos os domínios e proíbe, na maioria das vezes, falar no singular para definir um direito grego, uma religião. Existem direitos gregos, formas de vida religiosa bem variadas de uma região à outra, poderíamos quase dizer de um povoado ao outro. Certamente tentativas precoces – desde o século VIII, com a *Teogonia* de Hesíodo – construíram um panteão comum a todos os gregos, em torno de Zeus e dos doze deuses do Olimpo; mas cada região tem suas formas de cultos próprios e atribui funções particulares às divindades. Frequentemente, o epíteto (ou epiclesse) que acompanha o nome do deus ou da deusa é mais importante do que o próprio nome: em Tégea, o templo de Atená-Alea é primeiramente o lugar do culto da deusa Alea, pouco a pouco assimilada a uma Atená; o belo templo edificado pelos eginetas do começo do século V não honra absolutamente Atená, mas uma divindade local, Afaia, “a Invisível”, mesmo sendo exatamente Atená que está no centro dos dois frontões oeste e leste, conservados em Munique; que contraste entre o Zeus tonante e fulminante de Dodona e o Zeus vagando da caverna do Monte Ida! Numa mesma cidade, em Apolônia da Ilíria, Ártemis é venerada com cinco ou seis epicleses diferentes; ela é sucessivamente Agrota, Adrastéia, Limnatis, Proscopa, Sotera, e talvez até mesmo Do [teira] isto é, os apolíonios veneram ao mesmo tempo uma Ártemis rural (a Diana caçadora), a Ártemis “inevitável”, aquela da qual não se pode fugir (epiclesse muitas vezes ligada à Nêmesis), a Ártemis dos pântanos, uma Ártemis “observadora, espreitadora”, uma Ártemis salvadora e talvez uma Ártemis doadora. A sobrevivência das divindades indígenas foi durável na parte oriental do Império romano e pode-se ver, ainda no século I aC, como essas divindades indígenas eram vivazes na Lícia, na Panfília e na Licaônia, conforme o testemunho dos *Atos dos Apóstolos*, 14, sendo ao mesmo tempo acolhedoras de novos deuses (cf. texto enquadrado, p. 24-26).

Cidade e Ethnos

A cidade-Estado (*polis* em grego) reúne vários elementos necessários à sua existência:

- Ela é, primeiramente, uma comunidade cívica, composta dos cidadãos e de suas famílias, cujos efetivos variam de uma cidade à outra, mas cujo agrupamento é indispensável à própria existência da cidade. A cidade está onde está a comunidade, como provam dois períodos difíceis da história de Atenas: no verão de 480, quando o território da Ática estava ocupado pelo invasor persa e Temístocles quer combater na Baía de Salamina, ele obriga seus aliados, que tentam retardar o combate, a embarcar toda a população ateniense na frota e fundar uma nova Atenas no sul da Itália. Em 411, por ocasião de uma tentativa de revolução oligárquica na Ática, as guarnições da frota que cruza diante da ilha de Samos, favoráveis à democracia, afirmam que eles constituem a assembleia popular, a *ecclesia*, visto que por si só eles formam a maioria do corpo cívico; a cidade está onde está estabelecida a comunidade dos cidadãos ou a maioria dela.

• Fora de situações excepcionais, como as que acabamos de evocar, a cidade corresponde, em tempo normal, a um lugar geográfico estável e definido; esta implantação compreende uma cidade (a *asty*), mais ou menos grande, e um terreno rural (a *chora*) que pode alimentá-la: a quase ilha da Ática forma assim o território de Atenas que compreende ao mesmo tempo a cidade agrupada em torno de sua acrópole e um terreno agrícola que se estende ao leste até Maratona, e ao sul até o cabo Súnio. O cidadão que cultiva seu campo a quarenta ou cinquenta quilômetros da cidade é tão cidadão quanto o artesão ceramista que tem seu ateliê no Bairro da Cerâmica. A Beócia, por sua vez, cuja superfície é sensivelmente igual à da Ática, está dividida entre uma quinzena de cidades e jamais foi unificada, apesar dos esforços dos tebanos para impor sua hegemonia.

• A comunidade estabelecida num território onde ela fundou uma cidade dota-se de instituições (assembleia do povo, conselho, magistrados) e de leis que lhe são próprias. Essas cidades-Estados agrupam-se sobretudo na zona egeia da Grécia Continental, nas ilhas, na fachada asiática e nas colônias; em outros lugares, principalmente no norte da Grécia, vive-se de modo diferente, em comunidades estatais mais amplas que podemos qualificar de *ethnos* (no plural *ethné*): aí a cidade está muitas vezes ausente, até o século IV; as populações vivem em povoados não fortificados, o que surpreende muito Tucídides, habituado ao quadro de vida de Atenas e das outras cidades egeias. As comunidades locais, camponesas, agrupam-se frequentemente em comunidades mais amplas, segundo uma organização piramidal, às vezes encabeçada por uma dinastia de reis, como entre os molossos e nos principados da Alta Macedônia. O território, mais vasto, convém à vida pastoril transumante, e mesmo quando as cidades crescem durante o século IV e depois, elas não optam por sua transformação em *poleis*, mas continuam no seio do *ethnos*. Não seria correto considerar este tipo de organização da vida coletiva como um testemunho de atraso no desenvolvimento, como uma fase primitiva da organização das comunidades humanas, antes de seu acesso ao regime perfeito, o da cidade-Estado. É preferível admitir a coexistência dessas duas formas estatais, entre as quais uma, a cidade, convém mais a um mundo de agricultores sedentários, mais tarde a comerciantes e marinheiros, enquanto a outra é mais adaptada a uma sociedade de pastores transumantes (cf. CABANES, P. “Cité et ethnos dans la Grèce antienne”, *Mélanges Pierre Lévêq*, vol. II, Besançon, 1989, p. 63-82).

Na Gália, a situação não é diferente, se quisermos examinar o caso de Nîmes e dos volcas arecômicos no século I aC (cf. CHRISTOL, M. & GOUDINEAU, Ch. “Nîmes et les Volques Arécomiques au I^{er} siècle avant J.-C.” *Gallia*, 45, 1987-1988, p. 87-103). Estrabão IV, 1, 12 descreve assim a estrutura confederal dessas populações: “A metrópole dos arecômicos é Nîmes; bem inferior a Narbona para a população estrangeira e comercial, ela leva vantagem sobre Narbona por seu corpo de cidadãos. De fato, são-lhe sujeitos vinte-e-quatro *oppida* da mesma pertença étnica, de população importante, que lhe pagam tributo, mas que usufruem igualmente do direito latino, de sorte que aqueles que exerceram a edilidade ou a questura em Nîmes se tornam cidadãos romanos; e por isso este povo escapa até da jurisdição dos governadores de Roma”. O termo metrópole aplicado a Nîmes designa o centro que se encontra à cabeça de um povo ou de uma confederação, como Viena entre os alóbrogos, nemossos entre os arvernos, Diricortora entre os remos, Milão entre os insubros. Trata-se cada vez de uma estrutura indígena, não forçosamente ligada a uma forte aglomeração. Aqui o interesse da palavra é indicar que Nîmes estava à cabeça do povo arecômico. Em seguida, Estrabão passa do passado ao presente: os vinte-e-cinco *oppida* *latina* cesarianos correspondem a outras tantas subunidades que compõem a unidade volca arecômica.

Encontra-se aqui, como na Grécia, a comunidade mais ampla composta de uma série de comunidades locais menores, mas federadas entre elas, para constituir o *ethnos*. Os dois autores observam justamente: "A formação das confederações célticas que reúnem povos de menores dimensões é bem conhecida; Estrabão nos indica, por exemplo, que o exército salieno era composto de dez unidades justapostas (IV, 6, 3) que remetem a dez 'povos' diferentes. Estes, ao mesmo tempo que possuem suas próprias instituições, não deixam de reconhecer a autoridade dos reis salienos".

No domínio do direito, o melhor conhecimento do direito ateniense levou várias vezes a fazer dele um direito grego: o estudo do lugar da mulher em regiões tão diferentes como Atenas, Esparta, Creta e o norte da Grécia permite sublinhar as oposições completas que existem de um lugar ao outro (cf. o texto enquadrado abaixo).

Essas observações levam a admitir que não existe um modelo padrão, uma cidadade perfeita, para a qual cada grupo humano evolui mais ou menos depressa. Não se pode classificar comunidades segundo sua proximidade ou distância em relação ao modo de vida ateniense e daí concluir que umas são mais avançadas, outras mais atrasadas. É verdade que Atenas conheceu um desenvolvimento importante em muitos domínios, inclusive no domínio do pensamento e da criação artística, mas o lugar concedido à mulher ateniense, por exemplo, não poderia ser tomado como modelo uniforme. A mulher, proprietária de seus bens e de seus escravos, em Esparta, em Gortina ou em Butroto, beneficia-se de práticas jurídicas que reconhecem mais seu papel ativo na sociedade. É preciso desconfiar de um centrismo ateniense muito corrente nos manuais, talvez por via de facilidade, uma vez que é para esta cidade excepcional que a documentação literária é de longe a mais abundante.

O lugar da mulher na Grécia Antiga

A imagem mais corrente é a da mulher de Iscômaco, descrita no *Oeconomicus* de Xenofonte, quadro tocante de um jovem casal dedicado à gestão proveitosa de um grande domínio, no qual a jovem mulher é comparada à rainha das abelhas, pois ela dirige toda a vida interior da casa. Como Penélope, ela vive no gineceu, de onde dirige o ateliê têxtil e todos os serviços da casa. Evidentemente esta vida não é a vida da mulher ou da filha do pequeno camponês da Ática, como mostram bem as comédias de Aristófanes, no fim do século V: esta participa nos trabalhos do campo com seu marido ou seu pai e os poucos escravos ligados à família; ela não é de forma alguma uma reclusa num gineceu que nem existe em sua modesta casa, mas se extenua em trabalhos fatigantes e em maternidades seguidas. Seja como for, na vida pública, a mulher ateniense é uma menor que não poderia agir sem intervenção de seu tutor (o *kyrios*).

A situação é muito diferente em Esparta onde a mulher não é considerada tão menor como em Atenas: Aristóteles, em sua *Política* II, 9 declara: "Os dois quintos mais ou menos

de todo o país pertencem às mulheres, porque há muitos herdeiros únicos (epícleres) e porque são doados dotes consideráveis". A mulher espartana tem um direito de propriedade sobre o que seu pai lhe dá por ocasião do casamento ou sobre a herança que lhe cabe, na ausência de irmãos. Esta prática é elucidada pela comparação com as indicações contidas no código de Gortina, gravado por volta de meados do século V. Esta lei confirma que em Creta, como em Esparta, a mulher pode ter bens que lhe sejam próprios, que lhe advêm por herança e pela prática do dote; lá também a jovem que não tem irmão, na morte de seu pai a herança é transmitida a seus filhos, depois que ela se casar com o parente mais próximo do lado paterno; mas ela pode recusar-se a casar com este parente e, neste caso, ela guarda a metade de seu bem. Surpreende-nos ler, sob a pena de Claude Mossé: *La Femme dans la Grèce Antique* (Paris, 1983, p. 51), a explicação desta diferença entre o estatuto da mulher em Esparta e em Creta e o da mulher ateniense: "Eu estaria mais inclinado a pensar que se trata de um estágio mais precoce do desenvolvimento da cidade, quando a cidadania ainda não havia adquirido a dimensão funcional que terá na Atenas clássica e da qual a mulher será necessariamente excluída". É ainda pensar que não há senão um modelo único em relação ao qual tudo deve situar-se!

Os recentes trabalhos sobre outras regiões do mundo grego mostram que, frequentemente, a mulher dispõe de um estatuto mais invejável do que em Atenas: permitam-me evocar aqui as informações que nos dão as inscrições do teatro de Butroto no Epiro (atual sul da Albânia) que datam dos séculos III-I aC (cf. CABANES, P. Les inscriptions du théâtre de Bouthrôtes. *Actes du Colloque 1972 sur l'esclavage* - Annales littéraires de l'Université de Besançon, 163, 1974, p. 105-219, esperando a publicação do *Corpus* completo das inscrições de Butroto); aí as mulheres usufruem do papel de chefe de família; sozinhas, elas podem livremente libertar seus escravos, portanto alienar uma parte de seu patrimônio. A mulher é frequentemente citada ao lado de seu marido e de seus filhos entre os proprietários, como se sua menção fosse indispensável para que a liberdade do alforriado seja total; já, mais um tutor é mencionado nesses atos de alforria. A Calcedica também oferece exemplos semelhantes, se bem que seríamos quase levados a pensar que é o estatuto da mulher ateniense, menor sujeita a seu tutor, que é a exceção; sem ir tão longe, é preciso admitir que a Grécia, segundo as regiões, reservou um lugar muito diferente à mulher, sem modelo único nem evolução inelutável para este modelo.

À primeira vista, o mundo romano dá uma impressão de uniformidade maior, em razão da *pax romana* estabelecida nos séculos I-II de nossa era pelos imperadores que se sucederam. A divisão em províncias, senatoriais ou imperiais, oferece um quadro único ao conjunto. Em seu livro recente, *L'inventaire du monde* (Paris, 1988), Claude Nicolet analisou a exploração racional dos territórios subjugados, realizada por Augusto, principalmente por intermédio dos recenseamentos dos cidadãos e dos provinciais, e pelas operações cadastrais. Sabe-se, por exemplo, que a atual Tunísia foi sistematicamente cadastrada no fim da República ou no começo do Império, até nas estepes do sul tunisiano (cf. JACQUES, F. *Rome et l'intégration de l'Empire*. Paris, 1990, p. 161-167). O deslocamento de magistrados, funcionários, soldados e comerciantes favoreceu uma certa mistura de população. Mas as

diversidades não devem ser ocultadas por esses quadros uniformes, elas continuam consideráveis. No modo de vida, tudo contrasta com as regiões do sul da Mauritânia e da Numídia, ou com as províncias da Arábia e da Mesopotâmia, e os países renanos ou dantúbios; passa-se de tribos nômades a uma população de agricultores sedentários ou de selvícolas; numa escala menor, é impressionante o contraste entre a população narbonense e a população cabeluda da Gália, assim como entre os países de língua grega e os de língua latina, que guardam suas particularidades até tornar-se dois Impérios quase separados (cf. texto enquadrado, p. 219-220).

Diversidade na maneira de contar o tempo

Os gregos antigos não tinham um método único para contar o tempo. Na época arcaica, e certamente muito mais tarde ainda, eram as atividades ligadas à agricultura que ritmavam a vida dos habitantes, como testemunha a obra de Hesíodo, no século VIII, *Trabalhos e dias*:

Prestem atenção ao momento em que ouvis a voz do grou lançar do alto das nuvens seu grito de cada ano. Ele traz o sinal para as sementeiras e anuncia a vinda do inverno chuvoso (v. 448-451)... Uma vez que chegou o dia das sementeiras para os mortais, mãos à obra! Servos e senhor juntos e, seca ou molhada, trabalhai a terra na estação das lavras, começando de manhã cedo; assim vossos campos se cobrirão de espigas (v. 457-461). Quando Zeus, depois que virou o sol, completou sessenta dias de inverno, a constelação de Arcturo abandona o curso sagrado do Oceano e sobe, radiosa, do meio das trevas, então a filha de Pansion, a andorinha de gemido agudo, lança-se para a luz: é a nova primavera que nasce para os homens. Antes que ela venha, pensa em podar tuas vinhas: é o bom momento. Mas quando o carrega-a-casa (o escargô) sobe da terra e escala árvores, fugindo diante das Pléiades, não é mais o tempo de trabalhar as vinhas. Amolai as segadeiras e despertai vossos servos... É hora de agir depressa, de juntar vossa colheita em casa, de pé desde a aurora, se quiserdes ter vossa vida garantida (v. 564-577).

As referências se situam na natureza: o voo dos pássaros e seus gritos, mas também na observação das constelações; esses elementos determinam sementeiras e colheitas, mas também todas as outras atividades do camponês. Progressivamente, no entanto, as comunidades humanas procuram contar o tempo de modo mais preciso, e muitas vezes em ligação com festas religiosas, porque é preciso honrar divindades regularmente, para não provocar seu descontentamento. É assim que os gregos definem as olimpíadas, período de quatro anos que separa duas celebrações dos concursos pentetéricos em honra de Zeus no santuário de Olímpia: o ponto de partida está fixado no ano 776 aC, em julho-agosto, isto é, a primeira olimpíada se estende de 776 a 772, enquanto a centésima vai de 380 a 376. Heródoto, VI,

103, data as vitórias alcançadas por Címon, pai de Milcíades, o vencedor de Maratona, em Olímpia, na corrida de quadrigas, mencionando um primeiro concurso, depois um segundo e ainda um outro (sem dúvida os de 532, 528, 524). Uma inscrição de Magnésia do Meandro constata a vitória do messeniano Agesandro no pancrácio, no 140 concurso de Olímpia, ou seja, em 220/219, mas só mais tarde adotou-se o hábito de datar um evento de tal ano, de tal olimpíada.

Quase sempre, cada Estado grego data os eventos que lhe dizem respeito e as decisões votadas por sua Assembleia, pelo nome do magistrado epônimo que muda de um Estado ao outro: é o arconte em Atenas, o prítane em Epidamno-Dyrrhachium, como em Apolônia da Ilíria, o gramatista na Ambrácia, o estefanóforo em Iassos, e depois de 180 em Mileto, etc. Esta prática faz pensar evidentemente na utilização dos dois cônsules epônimos em Roma. Aqui, como nos Estados gregos, esta prática torna muitas vezes difícil a datação precisa do decreto, do tratado ou de qualquer decisão, salvo quando se chega a fazer a lista mais ou menos completa desses magistrados epônimos. A lista dos arcontes epônimos é bem avançada para Atenas, sem ser completa, mas em outros lugares as listas de epônimos apresentam muitas lacunas, mesmo em Esparta, para a lista dos éforos. É evidente que, nos reinos, o nome do rei é utilizado para datar as decisões; este sistema deixa quase sempre os epigrafistas embaraçados, porque não é possível determinar se o texto data do reinado de Antíoco I, de Antíoco II ou de Antíoco III, por exemplo. Algumas vezes o nome do rei é seguido de um magistrado epônimo anual, é o caso, em Epiro, para o *prostatês*; mas as vezes também é especificado em que ano do reinado se situa a decisão, por exemplo, no vigésimo sétimo ano do reinado de Demétrio, certamente Demétrio II, associado ao trono quando seu pai Antígono Gonatas ainda vivia, num ato de libertação de Beroia, que se situa entre 239 e 229.

Em algumas regiões do mundo antigo fixam-se eras, com um ponto de partida preciso: assim, existe uma era selêucida que começa aos 3 de abril de 311 na Babilônia, ou mais precisamente no outono de 312 (o primeiro ano da 117 Olimpíada) para os gregos. Na Macedônia, uma nova era começa com a criação da província romana da Macedônia em 148 aC. É em outubro de 63 aC que começa uma era própria à província da Arábia, isto é, na data da "libertação" deste território por Pompeu. A vitória de Otávio, o futuro Augusto, obtida na Batalha de Actium sobre Marco Antônio e a Rainha Cleópatra, aos 12 de setembro de 31 aC, marca também o ponto de partida de uma nova era, frequentemente utilizada, ainda no século III dC.

Para fornecer uma data mais precisa, é ainda necessário indicar o mês e o dia do evento. Também neste caso, na Grécia Antiga, a situação se complica, em razão da extrema diversidade dos calendários adotados por cada comunidade-Estado. Os nomes de meses são diferentes de uma cidade à outra, e o começo do ano civil não é o mesmo em toda parte. Assim, quando Tucídides (V, 19, 1) quer datar a conclusão da paz (ou melhor, a trégua) de Nícias, em 421, entre Esparta e Atenas, depois de

dez anos de Guerra do Peloponeso, ele escreve: "O tratado entra em vigor sob o eforado de Pleístolas, no quarto dia antes do fim do mês *Artemitios*, e sob o arconato, em Atenas, de Alcaio, o sexto dia antes do fim do mês *Elaphēbolion*". Neste texto encontramos a menção dos dois magistrados epônimos, o éforo para Esparta, o arconte para Atenas, o que indica o ano do tratado; para o mês e o dia, o texto precisa as datas em cada uma das duas cidades: o 4º dia antes do fim do mês *Artemitios*, no calendário espartano, corresponde ao 6º dia antes do fim do mês *Elaphēbolion* em Atenas. É sempre difícil, por exemplo, para Tucídides, dar a data exata de um evento: no começo do livro II, o historiador da Guerra do Peloponeso quer situar com precisão a surpresa de Plateias assaltada pelos tebanos. Ele escreve: "A trégua de trinta anos, acabada depois da tomada de Eubeia, havia durado quatorze anos; no curso do décimo quinto ano, quando Crísis era sacerdotisa em Argos desde quarenta e oito anos, Enésias, éforo em Esparta, e Pitodoro, arconte em Atenas ainda por quatro meses, no sexto mês depois da Batalha de Potídeia, e com o começo da primavera". Ele tenta encontrar os pontos de referência, sem dúvida mais conhecidos por seus contemporâneos – uma vez que se trata de acontecimentos recentes – do que por seus leitores do século XXI, mas avaliamos a dificuldade de datar com exatidão esta agressão contra os plateianos: o primeiro ponto de referência é a trégua de trinta anos, concluída no ano 446/445; estamos pois no ano 432/431, o décimo quinto ano depois desta trégua. Tucídides busca, em seguida, discernir melhor este ano, mencionando a sacerdotisa do Heraion de Argos em função há quarenta e oito anos, o éforo epônimo de Esparta e o arconte ateniense; para ser ainda mais preciso, ele acrescenta que o arconte ateniense está a quatro meses do término de sua magistratura, portanto em março-abril, no começo da primavera.

Às vezes, quando se trata de duas comunidades vizinhas ou que estão ligadas por uma mesma origem, e por conseguinte por cultos idênticos (os nomes de meses correspondem a na maioria das vezes a festas religiosas em honra desta ou daquela divindade), o calendário é o mesmo: assim, no regulamento fronteiriço entre as cidades da Ambrácia e de Caradros, concluído pouco depois de 167 aC (apud CABANES, P. & ANDRÉOU, I. BCH, 109, 1985, p. 499-544 e 753-757), os elementos de datação gravados no início da estela são: "Diófanes filho de Daimacos sendo gramatista, e em Caradros Menândro filho de Metrófanes sendo politarca, no mês de *Phoinikaïos*, como o nomeiam as duas cidades". O gramatista é o magistrado epônimo de Ambrácia, o politarca o de Caradros, e as duas cidades colocam o evento no mês *Phoinikaïos*.

O calendário ateniense começa com o mês *Hekatombaion*, que corresponde ao nosso julho-agosto. Mas o ano civil é um ano lunar de 354 dias, enquanto que o ano solar é de 365 dias e seis horas, se bem que é preciso frequentemente introduzir um mês intercalar para compensar esta falta de correspondência. Diferentes sistemas foram retidos: três meses intercalares num período de oito anos, colocados no

3º, 5º e 8º anos, ou seja, um ciclo de dezenove anos entre os quais sete dotados de um mês intercalar. Este mês intercalar normalmente era colocado como 6º ou 12º mês no ano e tomava o nome de *Embolimos* ou, às vezes, o nome do mês imediatamente vizinho que era repetido pela segunda vez nesses anos que contavam treze meses.

Vamos lembrar aqui apenas as equivalências entre o calendário atual, o de Atenas, o de Delfos e o de Epiro (para este último, ver o artigo de P. Cabanes: "Recherches sur le calendrier corinthien en Épire et dans les régions voisines" (REA, 105/1, 2003, p. 83-102):

	ATENAS	DELFIOS	EPIRO
julho/agosto	Hekatombaion	Apellaios	Datios
agosto/setembro	Metageithion	Boutathios	Kraneios
setembro/outubro	Boëdromion	Boathios	Panamos
outubro/novembro	Pyanopsion	Heraion	Apellaios
novembro/dezembro	Maimaktērion	Daidaphorios	Gamilios
dezembro/janeiro	Posideon	Poitropios	Machaneus
janeiro/fevereiro	Garmēlion	Amalios	Eukleios
fevereiro/março	Anthesterion	Bysios	Artemitios
março/abril	Elaphēbolion	Theoxenios	Psydreus
abril/maio	Mounychion	Endyspoitropios	Agrianios
maio/junho	Thargelion	Hērakleios	Phoinikaïos
junho/julho	Skirophorion	Ilaios	Haliotropios

Devemos precisar que, no Epiro, o ano começa com o mês *Artemitios*, portanto um pouco antes do equinócio da primavera, enquanto que em Atenas ele começa no dia em que a lua aparece depois do solstício do verão, que é o primeiro *Hekatombaion*.

Nos textos atenienses, os elementos de datação comportam também uma menção ao calendário das pritânias. Como explica Aristóteles, *Constituição dos Atenienses*, 43,2: "O Conselho compõe-se de quinhentos membros, cinquenta por tribo. Cada tribo exerce a pritânia por sua vez, na ordem fixada por sorteio: as quatro primeiras durantes 36 dias cada uma, as seis últimas durante 35, pois o ano é regulado pelo curso da Lua". Temos então um ano de 354 dias, dividido em dez pritânias, pelo menos enquanto não foram criadas novas tribos na Atenas helenística (tribos antigonas e demétrias, em honra de Antígono Gonatas e de seu pai Demétrio Poliorcete, substituídos mais tarde pelas tribos ptolomaicas e átalas, em honra de Ptolomeu II Evergetes e de Átalo II de Pérgamo). Assim, o decreto votado em honra do poeta Filípides, em 283/282, começa da seguinte maneira: Sob o arconato de Eúlios, enquanto a tribo acamântis exercia a terceira pritânia, para a qual Nausímenes, filho de Nausíquides, do burgo de Colargos, era secretário, aos 18 de *Boëdromion* que era o 19 da pritânia, na assembleia principal, sendo o epístata dos proedres Hieromnémon, filho de Teístomacos do burgo de Koilé". O ano é precisado pela menção do arconte epônimo, e o calendário civil precisa o 18 *Boëdromion*. Enquanto que o calendário das pritânias fi-

gura com as indicações da 3ª pritania, o 19º dia desta pritania, dia confirmado pela indicação do presidente da sessão, o epístate dos proedres.

A medição do tempo tornou-se mais precisa com a escola aristotélica, a adoção do *gnômon*, instrumento composto de uma coluna vertical que faz sombra sobre uma superfície plana, que prepara o quadrante solar, e a clepsidra, ou relógio de água, que funciona com base no princípio da ampulheta. Ela é especialmente empregada para limitar a duração dos discursos e os oradores fazem muitas vezes alusão a ela: assim Ésquines, *Sobre a embaixada infiel*, 126, precisa que “há onze ânforas para a defesa, isto é, o tempo que esta quantidade de água leva para passar do reservatório superior ao reservatório inferior; a quantidade atribuída a cada orador varia em função da importância do processo. No *Contra Ctesiphon*, 197, o mesmo orador explica que “o dia é dividido em três partes quando um processo em ilegalidade (*graphê paranomôn*) é introduzido diante do tribunal. A primeira medida de água é atribuída ao acusador, às leis e à democracia, a segunda ao acusado e àqueles que falam sobre o próprio fato. Se a acusação de ilegalidade não é descartada pelo primeiro voto, a terceira medida é então consagrada a fixar a pena”. A partir do século IV, em toda parte, cada dia é dividido em doze horas de dia e de noite, o que confere a cada uma das horas uma duração bem desigual em função da estação na qual se está situado, fora dos equinócios. A sétima hora sempre coincidia com meio-dia e meia-noite.

A situação no mundo romano aparece, naturalmente, como menos complicada, pelo menos a partir de César, que define o calendário Juliano, semelhante ao nosso. Em tempos mais antigos, Roma deve ter tido um calendário lunar (chamado calendário de Numa) com um mês suplementar a cada dois anos; este mês evidentemente não contava trinta dias, mas apenas vinte. O ano começa em março, o que explica o nome de alguns meses que parecem deslocados no calendário Juliano (*sextilis*, setembro, outubro, novembro, dezembro) que eram exatamente o 6º, 7º, 8º, 9º e 10º meses do ano que começa em março. Como ponto de partida de uma era, o sistema de Varron manteve a fundação de Roma: *ab Urbe condita*, que corresponderia ao terceiro ano da sexta olimpíada, entre 21 de abril de 753 e 20 de abril de 752. Algumas vezes utilizou-se como ponto de partida a expulsão dos reis, em 509 aC. Mas, para definir o ano, geralmente são usados os nomes dos dois cônsules em exercício, os *fasti consulares*. Para datar a ruína do anfiteatro de Fidenes, Tácito *Annales*, IV, 62, começa seu relato pela expressão: “Sob o consulado de M. Licinius e de L. Calpurnius”, o que indica o ano 27 dC. Toda a História de Tito-Lívio é assim organizada, ano por ano, especificando cada vez o nome dos novos magistrados que entram em função: por exemplo, para o ano que começa em março de 199, o livro XXXII abre-se da seguinte maneira: “Os cônsules e os pretores, depois de assumir seus cargos, nos Idos de março, sortearam suas províncias. A L. Lentulus coube por sorte a Itália; a P. Villius a Macedônia”, depois ele prossegue pela distribuição dos cargos dos pretores. Para medir o

tempo com precisão, os romanos fizeram vir um quadrante solar da Sicília, no século III aC, depois a clepsidra no século seguinte.

Em 46 aC, César estabeleceu um ano de 365 dias com um dia suplementar a cada quatro anos. Este calendário, chamado Juliano, conta os doze meses (Januarius, Februarius, Martius, Aprilis, Maius, Junius, Quintilis que se torna Julius em 44 aC, depois do assassinato de César, Sextilis que se torna Augustus em 8 aC, September, October, November, December). Dentro do mês, em vez das semanas, contam-se três períodos de duração desigual: as Nonas de 5 ou 7 dias a partir do dia 2 do mês, o primeiro dia correspondendo às Calendas, os Idos (oito dias), depois as Calendas a partir do 14 ou do 15 do mês; depois dos Idos, os dias trazem o nome do mês seguinte: o 20 de março é o décimo terceiro dia antes das Calendas de abril. Conta-se para trás, compreendendo no cálculo tanto o ponto de partida, como o próprio dia das Calendas, Nonas ou Idos.

Uma economia de subsistência

Uma grande diversidade no domínio das atividades econômicas

Uma diversidade que impressiona o observador. O título acima pode chocar o leitor que tem em mente o discurso de Péricles, relatado por Tucídides, no começo da Guerra do Peloponeso, no qual Péricles recomenda a seus concidadãos que sacriquem sua agricultura na Ática, que não passa de um jardim de enfeite, à mercê dos vândalos peloponesos. O importante é que Atenas mantenha o controle dos mares para ser abastecida por navios que trazem os produtos colhidos em todo o circuito do Mediterrâneo. É verdade que a talassocracia ateniense se impôs ao mundo mediterrâneo, pelo menos na bacia oriental deste mar, durante uma parte do século V, como é verdade que a Roma imperial foi regularmente abastecida pelos comboios dos trigos colhidos no ano, vindos do Egito, arruinando por isso mesmo a agricultura italiana. Na verdade, é a proximidade da costa que, mais frequentemente, define o tipo de trocas praticado. Não existe um determinismo geográfico absoluto e deve-se descartar a expressão “vocação marítima” frequentemente aplicada à Ática, simplesmente porque esta península é cercada pelo mar na maior parte de sua fronteira. Durante muito tempo, Atenas é apenas uma cidade de agricultores sedentários e é preciso esperar o século VI aC para ver alguns atenienses voltar-se para o mar e tentar ganhar a vida em atividades marítimas (pesca, comércio, pirataria). O que é certo é que o mar oferece um meio de transporte de baixo custo, que permite, portanto, transportes de mercadorias pesadas em grandes distâncias, pois a energia do vento é um dom dos deuses. No entanto, não se deve descuidar da insegurança dos mares, pelo menos até o século V, data em que a frota ateniense assegura a caça aos piratas. A insegurança reina de novo na época helenística e a

multiplicação dos tratados de *asilia* garantindo a segurança, a inviolabilidade de santuários e de cidades próximas do mar oferece um bom testemunho.

Além das trocas de mercadorias, o mar intervém também na vida das comunidades gregas pelo deslocamento das pessoas, suas migrações temporárias ou definitivas, o que é um outro meio de modificar a economia das regiões de partida, como também das regiões de chegada. Mas, como o acesso ao mar é muito distante ou difícil, em razão de um relevo costeiro completamente desfavorável, a atividade econômica continua dominada pela necessidade de assegurar o equilíbrio entre a produção de víveres e o número de bocas a nutrir. A regra mais comum é de uma economia rural, agrícola ou pastoril, segundo as regiões, de fracos rendimentos. Cada um se esforça para produzir aquilo de que necessita, mais ainda porque os transportes são difíceis e perigosos. Muitas comunidades pequenas vivem em autarquia quase total.

Na realidade, não deveríamos falar de uma economia antiga, porque as diferenças de uma região à outra são consideráveis: a situação de Atenas no século V nada tem a ver com a vida econômica dos etólios, dos arcádios ou dos tessalonicenses da mesma época. Ao mesmo tempo, é preciso de toda maneira sair desta vã querela entre historiadores da economia que querem a todo preço classificar a economia antiga, ou como moderna (M. Rostovtzeff), ou como primitiva (Moses Finley) (cf., a respeito deste longo debate, as boas observações de AUSTIN, M. & VIDAL-NAQUET, P. *Économies et sociétés en Grèce ancienne*. Paris: A. Colin, 1972, coll. U). Depois dos estudos de Max Weber e de Johannes Hasebroek que souberam ligar os problemas econômicos às instituições das cidades gregas, mostra-se claramente que os Estados gregos só estão interessados na atividade econômica na medida em que ela é indispensável para assegurar o abastecimento de sua população, portanto de importar se for necessário. Para isto, os Estados cobram taxas, fazem guerra ou impõem seu domínio externo. A produção artesanal e a atividade comercial podem pertencer aos estrangeiros; isto não incomoda a cidade cujos cidadãos se reservam a propriedade do solo e a produção agrícola.

O dinheiro

O dinheiro não intervém em toda parte no mesmo momento. Se as cidades mercantis do Istmo de Corinto, algumas ilhas do Mar Egeu e algumas cidades da Jônia cunharam moeda bem cedo, Atenas espera o último terço do século VI, e muitos Estados da Grécia a época helenística. Mesmo onde a moeda é admirada, nem sempre ela foi um instrumento de troca muito utilizado: o Egito lágida cunha belas peças de prata, no III século aC, mas não são destinadas a circular no país. Elas servem para pagar o soldo dos mercenários estrangeiros que reforçam o exército real de Ptolomeu II ou de seus sucessores imediatos. O Egito interior trabalha

para abastecer os celeiros reais pagando impostos *in natura* e são essas provisões de trigo que garantem excedentes comerciais aos agentes do rei e permitem as entradas do metal precioso necessário à cunhagem de moedas.

A escassez, a fome e a preocupação permanente

Uma má colheita provoca uma situação dramática, e só os principais Estados podem esperar remediar esta crise através de importações caras, materialmente impossíveis, quando se penetra no interior das terras. A via marítima é o único meio de transporte econômico, quando uma potência marítima é capaz de garantir a segurança dos mares, mas a pirataria é uma atividade comum e honesta. A penúria restabelece regularmente o equilíbrio entre a produção e o consumo; todo crescimento da população faz reaparecer o espectro da fome, uma vez que as condições técnicas da vida agrícola quase não mudam, com exceções muito raras. (Sobre os motivos de escassez, em Roma, cf. VIRLOUVEY, C. *Famines et émeutes à Rome des origines de la République à la mort de Néron* (Collection de l'EFR. Roma, 1985); a autora que constrói um útil *corpus* das crises, de suas causas, do vocabulário da fome, desenvolve a ideia segundo a qual as decisões dos homens políticos romanos no domínio frumentário, e até nas distribuições, são originariamente motivadas por uma necessidade material e não principalmente por cálculos políticos; portanto, os motivos de escassez, ou as ameaças de motim, tendem a espaçar-se, para quase desaparecer sob Trajano, graças ao mercado livre do trigo e à *pax romana*. Esses motivos só são retomadas no século IV. Para um estudo mais global, mais econômico que social, remeto a GARNSEY, P. *Famine and Food Supply in the Graeco-Roman World* (Cambridge, 1988), cuja tradução francesa já foi anunciada nas Belles-Lettres.

Um equilíbrio precário

Esta situação não significa, porém, que as questões econômicas ocupam um grande lugar na vida dos Estados. As guerras são frequentes e geralmente não nascem de motivos econômicos. É ainda uma deformação dos historiadores modernos querer às vezes transpor para a Antiguidade preocupações comuns de nossos dias, mas desconhecidas naquela época. Não se faz guerra para conquistar mercados ou para assegurar o controle de matérias-primas. Os imperadores se preocupam com o bom abastecimento de sua capital, de Roma ou de Constantinopla, porque uma fome ou um encarecimento dos produtos de primeira necessidade pode acarretar uma sedição perigosa para o poder político. Eles jamais têm a preocupação de escoar os excedentes de uma produção excessiva, o que é uma preocupação recente.

Quais são então os problemas específicos de uma história econômica da Antiguidade? Num artigo dos *Annales ESC* (set.-dez./1982, p. 687-713), Moses Finley lembra que o primeiro sentimento dos historiadores economistas, especialistas do

período antigo, foi o de uma intensa decepção: não há possíveis estatísticas antigas. Com o impulso da história serial, para muitos isto é uma "ignominiosa verdade". De fato, é preciso reconhecer a impossibilidade de uma quantificação séria. O que se sabe, por exemplo, do consumo de uma cidade como Roma sob o império? Não sendo composta senão de uma parte das ânforas chegadas a Roma desde Augusto até 255, a colina artificial do Testaccio, às margens do Tibre, contém os restos de mais de cinquenta milhões de ânforas; a maioria delas tinha encerrado óleo de Bética. É uma ordem de grandeza, por outro lado, inutilizável. Finley vai mais longe: qual é o motivo de publicação dos documentos públicos de que dispomos e que podem servir ao nosso conhecimento da vida econômica do mundo antigo? A finalidade de todos os documentos, escreve, era transmitir uma informação (ou uma desinformação) ou guardar a lembrança de alguma coisa, mas não fornecer os dados para a ação política ou para a análise, quer se trate do passado, do presente ou do futuro. Numa palavra, os documentos são pontuais, muitas vezes enumerativos. No domínio fiscal, eles não fazem conhecer senão as mudanças: novo imposto, isenções... e a duração de vida dessas estelas, afixadas no lugar principal da cidade, é, em si mesma, um mistério, pois algumas inscrições permaneceram *in situ*, sem nenhuma razão aparente, durante muitos séculos. Segundo Finley, só grupos de documentos podem satisfazer as condições necessárias de homogeneidade e de duração. A fim de prolongar seu propósito, notemos duas direções de pesquisa que já deram bons resultados em história econômica: o estudo das correntes comerciais e o da estrutura social dos lugares de produção. Num caso, o exemplo dos sítios de Domburg e Collijnsplaat, nas embocaduras dos rios Escalda e Mosa é bastante representativo: eis aí um culto prestado por uma população de comerciantes à deusa Nealênia, "porque as mercadorias foram bem protegidas". As designações dos devotos dão uma boa indicação do comércio existente, de um lado, entre a Bretanha e o continente e, de outro lado, no arco renano, até o primeiro terço do século III dC. Ao segundo tipo de pesquisas corresponde o estudo feito por Claude Dommegue, das regulamentações de Vipasca, atualmente Aljustrel em Portugal, onde eram explorados filões de cobre e de prata. A leitura dessas chapas de bronze permite distinguir quatro situações jurídicas diferentes para os colonos: às vezes associados, eles são encarregados pelo procurador, emancipado imperial, de explorar a mina, em troca da metade do mineral extraído.

O espaço de uma vida: demografia e quadro familiar

A manutenção do número de habitantes num nível estável é uma característica de todas as sociedades antigas até uma época relativamente recente. Pode haver variações lentas, mas, a longo prazo, prevalece a estabilidade: a doença, a fome e a guerra se encarregam regularmente de limitar o crescimento da população. Parece

que se estabelece uma espécie de equilíbrio entre a produção de gêneros alimentícios e o número de bocas a nutrir. Se as bocas aumentam, a comunidade se encontra de imediato em dificuldade e busca como desembaraçar-se do excedente de população: a colonização no exterior é um remédio para as cidades. No século IV, Isócrates passa sua vida a buscar a comunidade grega e, finalmente, o chefe capaz de comandar a guerra contra o Grande Rei, a fim de estabelecer na Ásia Menor o excedente de habitantes pobres de uma Grécia em luta contra fortes tensões sociais.

Os movimentos migratórios

Num mundo antigo, que deve velar constantemente para preservar o equilíbrio entre o número de bocas a nutrir e os gêneros alimentícios disponíveis, a ameaça permanente é a escassez, a fome que resulta de más colheitas decorrentes da instabilidade climática, das guerras ou das catástrofes naturais. Com muita frequência, o número de consumidores ultrapassa as quantidades de víveres de que podem dispor, e a emigração se impõe como uma necessidade vital para remediar esta superpopulação. Nestes casos, a emigração certamente não é voluntária. É a comunidade que decide sobre o corte que é preciso fazer na população para restabelecer o equilíbrio indispensável. O caso dos habitantes de Tera, descrito por Heródoto (IV, 153) é bem claro: "Eles decidiram que fariam partir, à razão de um entre dois irmãos, por sorteio, homens tomados em todos os distritos que eram em número de sete". Não são multidões numerosas que partem, porque cada comunidade é reduzida: no caso dos teranos que partiam em direção a Cirene, eles embarcaram em dois penteconteres, ou seja, cerca de cento e sessenta homens. Parece que cada família de Tera que tinha dois filhos devia fazer partir um deles. Encontramos um número um pouco superior a propósito da fundação de Apolônia da Ilíria por colonos vindos de Corcira e de Corinto: Estêvão de Bizâncio, s.v. *Apollonia*, dá o número de duzentos coríntios participando na fundação de Apolônia, sem que se saiba se o contingente de corcírios era equivalente ou não. Esses contingentes de colonos são essencialmente masculinos, o que significa que, desde a primeira geração, os filhos dos colonos são mestiços, nascidos da união dos colonos com mulheres indígenas.

Sem desenvolver aqui o estudo do movimento de colonização que marcou o período arcaico (séculos VIII-VI) (cf. p. 137) vamos lembrar que a Grécia Antiga passou por três fases principais de emigração: a primeira durante as Eras obscuras (séculos XI-IX) que viu gregos estabelecer-se nas costas da Ásia Menor (Eólia, Jônia, Dórida); a segunda do século VIII ao século VI, que atingiu todo o circuito mediterrâneo, de Marselha a Trapezonte, de Óbia a Cirene; e a terceira, que corresponde às conquistas de Alexandre o Grande (336-323) que leva o helenismo até às margens do Indo e aos confins da Núbia. O termo *colônia* (*apoikia* em grego) no mundo antigo tem um significado bem diferente daquele que os séculos XIX e XX costu-

maram lhe dar: na terminologia recente, a palavra designava um território exterior ao da metrópole que, depois de ter sido conquistado, ficava na dependência do conquistador. Na Grécia Antiga, a *apoikia* designa a emigração de uma parte da população que deixa a metrópole e vai estabelecer-se em outro lugar e constituir uma nova comunidade inteiramente distinta e independente. O coríntio que partiu para participar da fundação de Siracusa, em 733, torna-se cidadão da nova cidade e perde sua cidadania coríntia. É esta a característica essencial da colônia grega antiga: o novo estabelecimento é inteiramente independente da metrópole, mesmo que tenha reproduzido muitas vezes suas instituições e transportado as divindades da metrópole para adorá-las como os deuses protetores da nova fundação. A colonização jamais teve motivação missionária: a religião está estreitamente ligada ao sentimento de pertença a uma comunidade nacional, mas o colono jamais é um apóstolo.

A noção de *apoikia* é muito diferente da noção de *clerúquia* que foi frequentemente utilizada pelos atenienses a partir do fim do século VI. No caso da *clerúquia*, trata-se de um grupo de cidadãos que recebem um lote de terra (um *cleros*) para cultivar numa região para a qual a cidade os envia para estabelecer-se. Esses clerucos estabelecidos por Atenas quer em país bárbaro, quer em país grego (na Eubeia ou em Samos, por exemplo), têm como missão primeira vigiar um ponto fraco ou ameaçado do império ateniense. Os clerucos não perdem sua cidadania de origem: eles são atenienses instalados em Samos ou em outro lugar, mas quando voltam à Ática podem tomar parte na Assembleia ou tornar-se magistrados. Não perderam absolutamente seus direitos cívicos, mas também não fundaram uma nova cidade.

O termo *emporion* é utilizado para designar simples sucursais comerciais que não adquiriram a independência de uma cidade-Estado (a *polis*). O nome permaneceu para designar, por exemplo, Ampúrias no norte da Catalunha. Este termo também se aplica a Náucratis do Egito, que não é uma colônia, mas apenas uma sucursal.

Essas migrações não se fazem ao acaso, pois a escolha de uma terra acolhedora é importante. Para que a fundação tenha alguma chance de surtir êxito, é indispensável estabelecer os novos colonos numa zona em que uma terra cultivável possa ser explorada rapidamente; mas também é necessário dotá-los de uma posição defensiva que possa resistir ao descontentamento das populações indígenas, insatisfeitas de ver algumas partes de seu solo açambarcadas por estrangeiros que, além do mais, vêm roubar suas mulheres e filhas para assegurar a renovação das gerações, indispensável à sobrevivência da colônia. Na realidade, a fundação de uma colônia sempre é precedida de uma descoberta progressiva da zona por marinheiros que demarcam os sítios favoráveis ao estabelecimento de colonos, suscetíveis ao mesmo tempo de fornecer-lhes a terra de que necessitam, eventualmente um porto bem abrigado e, de toda maneira, a segurança indispensável de um sítio a defender. O exemplo que, deste ponto de vista, é verdadeiramente extraordinário, é o da Colônia de Faros, fundada

pelos cidadãos de Paros: Faros se situa perto de Split, na costa dalmata, na ilha que lhe emprestou seu nome, a Ilha de Hvar. O sítio escolhido pelos colonos está no fundo de uma ria de quinze quilômetros de profundidade, numa ilhota que garante a proteção dos habitantes (hoje ocupada pela cidade de Stari Grad) e na proximidade de uma vasta planície fértil de 10 por 3 km, o *champs*, que ainda traz os traços do loteamento antigo. Uma tal escolha supõe de fato um conhecimento preciso dessas ilhas, antes de fixar-se precisamente na posição julgada a melhor. Todos esses relatos de viajantes (comerciantes, marinheiros e soldados gregos) deviam ser conhecidos no santuário de Delfos: os futuros colonos jamais partiam sem consultar o oráculo, e a Pítia orientava os colonos de modo preciso, como mostra o relato de Heródoto quando conta a fundação de Cirene (IV, 157-158).

A conquista de Alexandre o Grande vem acompanhada de importantes transferências de população para as novas fundações urbanas, realizadas ao longo de todo o percurso do exército macedônio. Basta pensar, naturalmente, em Alexandria do Egito, que rapidamente se transformou numa cidade bem grande, povoada de egípcios, judeus, mas também de macedônios e de gregos de todas as origens. Também se pensa nos 23 mil colonos estabelecidos em Bactriana durante o reinado de Alexandre, que se revoltam em 22 na esperança de um regresso para seu país de origem (Diodoro, XVIII, 7). Essas migrações de população prosseguiram sob o reinado dos primeiros selêucidas que continuaram o movimento de fundação de novas cidades, com os nomes de Selêucia, Antioquia, Laodiceia, Apameia, etc.

No mundo romano, também surgiram os problemas de superpopulação, embora as grandes planícies da Europa central e ocidental oferecessem cereais em maior abundância do que as pobres terras da Grécia. Migrações de população não eram raras, sob formas diversas: implantação de fortes e de guarnições nas zonas fronteiriças, deslocamentos das legiões e das tropas auxiliares de uma fronteira à outra, fundação de colônias de veteranos muitas vezes no local de cidades rebeldes ou sancionadas pelo poder romano: são ilhotas de latimidade que se estabelecem, por exemplo, quando Corinto, destruída em 146, renasce antes de tornar-se sede da província de Acaia; é o caso de Dyrrhachium, de Patras, para tomar exemplos no mundo grego vizinho. Migrações em massa e desordenadas manifestam-se ao longo do *limes*, constituídas de populações bárbaras atraídas pela prosperidade do Império: os celtas estabeleceram-se na Etrúria padana desde o século IV aC, e alguns fizeram uma incursão até Roma, enquanto em 280 a fronteira macedônia se curvava à pressão de celtas vindos do Danúbio e devastando a Grécia até as portas de Delfos. No fim do século II aC, cimbro e teutões penetram até Narbonense, antes de serem derrotados por Marius. O Rei do Ponto, Mitridates IV Eupátor, e suas hordas arruinam a província romana da Ásia e as regiões vizinhas em 88 aC, massacrando 80 mil romanos. Sob o reinado de Marco Aurélio, a fronteira do Danúbio não resiste às pressões dos quados e marcomanos que vão até a Aquileia. No século

to jamais foi considerado normal. Temos poucas informações sobre a exposição de crianças no nascimento, porque é um assunto do qual não se quer falar, mas não se deixa de praticá-la. Parece que este costume atingia especialmente os bebês do sexo feminino. A exposição é amplamente praticada em Esparta e certamente em outros lugares, com exceção do povo judeu, dos germanos e dos egípcios, que se recusam a fazê-la. O mundo romano não é diferente, como lembra muito bem Paul Veyne (*Histoire de la vie privée*, I, p. 23-26): ao levantar do chão a criança que acaba de nascer, o pai a reconhece e se recusa a expô-la; mas se ele não faz este gesto, a criança é exposta à porta da casa ou num despejo, ou porque o marido duvida de sua paternidade, ou porque a criança sofre de má-formação, ou por pobreza, ou enfim, por questões de transmissão do patrimônio. A criança exposta podia, às vezes, ser acolhida e criada, mas era a escravidão que a esperava, no melhor dos casos, a situação de alforriada.

Existe um controle da natalidade?

A exposição das crianças recém-nascidas leva necessariamente a perguntar sobre a limitação da natalidade, a contracepção e o aborto na Antiguidade. Os antigos quase sempre evitavam evocar esses assuntos, mas constata-se frequentemente que os grupos familiares, enumerados particularmente em certas inscrições, geralmente não ultrapassam três, ou até quatro filhos. É verdade que, desde seu casamento, muitas vezes precoce, as filhas deixam de figurar em sua família de origem. Será que a explicação de um equilíbrio real entre nascimentos e óbitos está simplesmente na forte mortalidade infantil, ou no número de crianças que sobrevivem, apesar de uma forte natalidade que geralmente não ultrapassa três ou quatro nascimentos, ou fica até muitas vezes bem aquém deste número?

É constante a hesitação entre a preocupação de transmitir o patrimônio sem dividi-lo e o desejo de uma ampla descendência. Já Hesíodo, em *Os trabalhos e os dias* (v. 376-380), não sabe o que escolher: "Possas tu não ter mais de um filho para nutrir o bem paterno - assim a riqueza cresce nos lares - e morrer velho deixando teu filho no teu lugar. Mas, com muitos filhos, Zeus pode facilmente dar também uma imensa fortuna: muitos fazem mais obra, e maior é o proveito". A cidade espartana sempre está às voltas com a preocupação de renovar sua casta guerreira, a fim de que seu exército continue sendo o melhor do mundo grego: nela a procriação é um dos aspectos importantes do dever cívico e o celibato é ridicularizado e passível de sanção. Curiosamente, esta preocupação militar leva a mesma cidade a duas atitudes radicalmente opostas, mas ambas explicáveis: Heródoto, VII, 205, indica que nas Termópilas, Leônidas veio com os melhores dos cidadãos, escolhidos entre aqueles que pertencem aos Trezentos, os *hippeis*, e entre aqueles que tinham filhos. Esses últimos já tinham cumprido sua função assegurando a substituição, portanto era preferível escolher os para um combate sem esperança, em vez de arriscar a vida de homens jo-

III, a fronteira do Reno é por sua vez liberada por povos germânicos que penetram na Gália, enquanto os godos se estabelecem no Danúbio. Um século depois, em 378, os visigodos invadem o império e matam o Imperador Valente na Batalha de Andrinopla, começando um vasto périplo através da península balcânica e a Grécia, antes de tomar Roma em 410. O começo do século V também é marcado pelas grandes invasões no Reno, com a incursão no império dos francos, burgúndios, alamanos e vândalos, enquanto os visigodos acabam suas migrações na Península Ibérica. Quer dizer que o Império Romano conheceu muitos movimentos migratórios que revolucionaram consideravelmente o povoamento de seu território durante todo seu curso, e mais particularmente depois de 250.

Uma vida curta

Há, sem dúvida, um traço comum a todo este longo período antigo, e ele se prolonga bem mais: é a brevidade da vida humana. Basta pensar no tratado redigido por Sêneca e consagrado à "brevidade da vida": para este estoico, não há razão para queixar-se, é melhor empregar bem o tempo que nos é dado. As inscrições nos oferecem certamente exemplos de longevidade notáveis, mas o falecimento em idade avançada é mais exceção do que regra. Sócrates, que conheceu a época de Péricles e a vitória de Filipe II em Queroneia, enquanto viveu de 436 a 338, aparece de fato como um caso único. Na sociedade romana, a longevidade dos pais é uma verdadeira catástrofe; antes da morte de seu pai, um romano não podia agir juridicamente por sua própria autoridade: nem testar, nem emancipar, nem firmar um contrato, nem emprestar. Sem o consentimento de seu pai, ele não podia fazer-se evergeta, nem dispor realmente de seus bens.

A morte é uma companheira bem próxima da sociedade antiga: ela surpreende muito as crianças de pouca idade, mas também as parturientes. Esta alta mortalidade infantil contribui para a estabilidade da população nas cidades e nos Estados da Antiguidade, apesar de uma taxa de natalidade próxima da taxa de fecundidade natural das mulheres. A supermortalidade feminina ligada à gravidez e aos partos difíceis vem acompanhada de recasamentos frequentes dos homens. Além disso, segundo Aline Rousselle, em sua contribuição à *Histoire des femmes*, (Paris, 1991), a frequência das mortes no parto modifica as práticas sexuais no seio da família romana: são as concubinas alforriadas que carregam o peso das múltiplas gravidezes, e do envelhecimento precoce, seguido do abandono de seu corpo arruinado a um alforriado ou a um escravo. São elas que carregam o peso dos abortos, se o patrão não pode vê-las grávidas, ou se elas mesmas se recusam a levar adiante a gravidez".

Inversamente, algumas sociedades guerreiras, como o corpo cívico lacedemônio, conhecem uma supermortalidade ligada à guerra. Apresenta-se então o problema de um equilíbrio aproximativo entre homens e mulheres, num mundo em que o celibato

vens ainda sem filhos. Mais tarde, Aristóteles, *Política* (II, 9.19), conta com uma lei que incentiva a natalidade, quando no século IV o corpo cívico caiu para menos de mil membros: "O legislador, querendo aumentar, na medida do possível, o número de espartanos, pressiona os cidadãos a ter mais filhos, tantos quantos for possível. De fato, eles têm uma lei que isenta o pai de três filhos do serviço militar e o de quatro de toda imposição". O resultado previsto não foi atingido, pois o corpo cívico permaneceu aquém de mil membros até às reformas de Cleómenes III, em 227.

Somos um pouco mais informados da situação em Roma, onde a medicina é essencialmente grega e na maioria das vezes exercida por médicos vindos da Ásia Menor, como Asclepiades de Prusa, formado em Alexandria, no século I aC, amigo de Cícero, ou no século II dC, também formados em Alexandria, Rufus de Éfeso, Soranos de Éfeso, especializado em obstetrícia e ginecologia e Galeno de Pérgamo. Plínio o Velho é muito hostil aos médicos gregos: "Esta arte tão frequentemente manejada varia ainda todos os dias; nós somos arrastados pelo vento do charlatanismo da Grécia e é notório que o mais hábil a discorrer entre eles se torna de imediato o dono de nossa vida e de nossa morte" (*História natural*, XXIX, 5, p. 2). Para Soranos e seus contemporâneos, a concepção reserva à mulher apenas um papel de receptáculo, só a semente paterna traz a vida do feto. Mais paradoxalmente, a mulher é sempre tida como responsável pela esterilidade do casal, como já dizia Hipócrates; só tardiamente é que começa a ser aventada a hipótese de uma esterilidade masculina. Se a esterilidade é uma preocupação, inversamente outras mulheres não desejam ter filhos, de modo que receitas anticoncepcionais e práticas abortivas são comuns em Roma. As informações só dizem respeito aos meios da sociedade rica, criticada com indignação por Juvenal: "Sobre os leitos dourados, quase não se vê mais parturientes, tão eficazes são as manobras e as drogas que tornam estéreis as mulheres, e se oferecem para matar as crianças no seio de sua mãe" (*Sátiras*, VI, p. 593-597). O poeta mistura aqui contracepção e aborto, o que Soranos, num primeiro exame, sabe distinguir muito bem: ele é contrário ao aborto e prefere aconselhar a utilização de meios anticoncepcionais à base de plantas. Se, no entanto, a concepção acontece, Soranos retoma os meios de aborto já enumerados por Hipócrates: trabalhos forçados, banhos de assento, sangrias. Ele condena as manobras mecânicas intragenitais que fazem a mulher correr grandes riscos. Para ele, só o aborto terapêutico é admissível. O aborto foi sancionado a partir de Setímio Severo e de Caracala, cujas leis punem os autores de manobras abortivas. Essas disposições foram reforçadas pelos primeiros imperadores cristãos.

A criança e a família

Se a criança de família rica é muitas vezes confiada a uma ama de leite na Grécia como em Roma, evidentemente este não é o caso da maioria das crianças que mo-

ram no seio de sua família por tanto tempo quanto as disposições legais o permitem. Sabe-se que em Esparta a comunidade se encarrega da criança desde seus sete anos; para ser interna, isto é, completamente separada de sua família aos doze anos e viver assim aquartelada até seus trinta anos. O caso das crianças cretenses é quase idêntico, mas, em compensação, as crianças que figuram nas comédias de Aristóphanes partilham a vida de sua família, ajudam nos trabalhos do campo e só são chamadas para servir a cidade no momento da efêbia (ARISTÓTELES. *Constituição dos Atenenses*, 42), por dois anos, entre dezoito e vinte anos.

No século V, só as crianças ricas podiam beneficiar-se do ensino dos sofistas, em razão do elevado custo do ensino de um Protágoras ou de um Górgias, ensino que devia assegurar-lhes o sucesso na Assembleia, graças à sua eloquência, sua arte do raciocínio, mesmo falso, mas convincente. Depois, quando na época hefenística a efêbia deixou de ser uma formação do soldado-cidadão, o ginásio tornou-se o centro principal da formação do jovem que lá podia praticar a educação física mas também receber um ensino literário. Às consequências das disparidades sociais, entre rurais e urbanos, escravos e livres, é preciso acrescentar também as dificuldades específicas da leitura: como mostra Luciano Canfora em "Lire à Athènes et à Rome" (*Annales ESC*, jul.-ago./1989), lê-se provavelmente à meia-voz, e é um efeito da dificuldade de decifrar o texto grego; os leitores de ofício tornam-se rapidamente necessários com textos "sem separação de palavras, sem colometria, sem sinais de leitura ou de execução". A alfabetização generalizada, desejada por Platão no Livro VII das *Leis*, é efetivamente um programa de utopistas.

Em Roma, a escola permite a uma boa parte das meninas e dos meninos que aprendam a ler, a escrever e a contar até a idade de doze anos. Além desta idade, só os meninos de família abastada prosseguem seus estudos sob a fécula de um "gramático" que lhes ensina os autores clássicos, a mitologia e sobretudo a retórica. Não se trata de aprender um ofício, mas de poder distinguir-se na sociedade culta. No fim da República e sob o império, numerosos jovens romanos acrescentam à sua formação a aprendizagem da língua grega. Eles vão passar uma temporada em Apolônia da Ilíria como Otávio, ou receber aulas de um eminente filósofo, como Epicteto, em Nicópolis, no começo do século II dC. O inverso não acontece, isto é, os jovens da parte oriental do Império não sentem a necessidade de iniciar-se na língua e na literatura latina. A verdadeira cultura é grega.

O casamento

Um ato privado

O casamento, tanto no mundo grego como no mundo romano – se as noções de "privado" e de "público" têm um sentido no mundo antigo – resulta de um acordo entre o futuro marido e os parentes da jovem, e no qual a comunidade cívica ou re-

ligiosa não intervém, o que não significa que deixe de vigiar sobre a origem dos esposos que condiciona o estatuto jurídico de seus filhos. Sabe-se que, em Atenas, a partir do decreto de Péricles, em 451/450, a criança não pode aceder à cidadania, a não ser que seu próprio pai seja cidadão e sua mãe filha de pais atenienses. O dote mantém um lugar muito importante, a ponto de haver leis que se esforçam para minimizar-lhe a importância, seja em Atenas no tempo de Sólon, Gortina em Creta, em meados do século V, ou em Esparta, visto que Aristóteles recomenda a redução do dote para remediar esta possessão feminina da terra. Em Roma, o dote parece ser um dos meios honestos de enriquecer.

Esta união de duas pessoas tem naturalmente por função essencial a procriação. A sociedade cívica não pode manter-se senão pelo nascimento de crianças capazes, por sua vez, de defender a cidade e de procriar. Voltaremos com mais detalhes sobre o casamento lacedemoniano, mas é preciso dizer que, sob uma forma elevada ao extremo, ele representa muito bem a concepção antiga da união conjugal: a mulher deve ser o ventre fecundo que assegura o futuro da comunidade.

Um dever cívico

Assim o casal é percebido na Grécia como em Roma, o que não significa necessariamente que ele seja pouco estável ou desunido. O bom entendimento é muitas vezes sublinhado nos epitáfios, e estaríamos equivocados se vissemos neles simplesmente uma fórmula vazia de sentido: por exemplo, nesta inscrição latina do século II dC, conservada no museu de Apolónia da Ilíria, uma Caecilia Venusta de Byllis, casada com Lartidius de Naissus nos afirma que ela viveu quarenta e dois anos com ele "sine querella, sanctissime". Sob a influência do estoicismo, o casamento pôde tornar-se uma amizade entre marido e mulher, isto é, o casal se torna uma realidade que dura, mesmo quando a procriação não pode mais explicar sua existência.

Um casamento muito precoce

Ele acontece de fato muito cedo, em particular para as jovens, e mais cedo ainda em Roma do que na Grécia. Os médicos gregos fixam o casamento para as jovens depois dos quatorze anos. Não é raro em Roma que esta idade seja adiantada para doze anos. Será que se trata então de casamentos não consumados? Deve-se, ao contrário, imaginar uniões consumadas com meninas impúberes? Há coabitação desde o começo do casamento? É verdade que o casamento romano tem por finalidade a procriação e, apesar de muitas ignorâncias no domínio médico, a ligação devia ser feita entre casamento e puberdade. Um problema real parece existir em Roma, visto que Soranos, por exemplo, luta vigorosamente para retardar a idade do casamento das meninas, até pelo menos a sua puberdade. Como os homens, nas classes abastadas, se casam entre vinte e trinta anos, resulta consequentemente

uma importante diferença de idade entre marido e mulher, o que acentua a tendência do marido de tratar sua mulher como uma criança, uma menor, e de maneira nenhuma como uma igual.

As estratégias de alianças

É o que acontece particularmente em Roma, onde a "liberdade de casamento", em comparação com proibições canônicas posteriores, e de recasamento, assim como a prática frequente da adoção, estão associados ao cuidado atento dos romanos para construir seu parentesco. Vamos dar só um exemplo, surpreendente em si mesmo: desejo de atar laços familiares com Catão e não podendo obter dele sua filha Pórcia, casada com Bibulus, Hortênsio lhe pede então sua própria esposa, Márcia, e a obtém. Lucano (*Pharsale*, 2, p. 333) justifica o ato pela intenção de "unir duas casas pelo sangue materno". Isto significa sem dúvida, na sociedade romana que desenvolveu à porfia as obrigações recíprocas entre pessoas, que o parentesco e a amizade são os laços mais fortes. No meio senatorial, as motivações evoluem com o regime político, as carreiras republicanas implicam, assim, estabelecer numerosas alianças políticas ao sabor das eleições, enquanto que, sob o império, a inserção numa rede de parentesco permite aceder à benevolência do príncipe. Ora, os meios de aliança são variados: graças a esponsais precoces, estabelece-se um primeiro vínculo que não implica nenhuma obrigação ulterior; pela exogamia, diversificam-se os vínculos, consolidando ao mesmo tempo os mais antigos adquiridos pela endogamia; a adoção, enfim, muitas vezes combinada à estratégia do casamento, permite remodelar a família, tecer um laço sanguíneo – *consanguinitas* – entre não parentes, e também controlar uma pessoa exterior à família.

Sobre todas essas questões podemos remeter ao bom artigo de Mireille Corbier: "Construire sa parenté à Rome" (*Revue Historique*, CCLXXIV/1, p. 3-36), com uma importante bibliografia, e ao colóquio *Parenté et stratégies familiales dans l'Antiquité romaine* (Roma: l'Ecole française de Rome, 1990).

Uma vida social de contrastes bem marcados

A vida em sociedade deve ser observada sob seus múltiplos aspectos, levando em conta ao mesmo tempo todas as nuances necessárias devido à extensão cronológica desta observação. Não é possível tratar, ao mesmo tempo, da sociedade homérica e da sociedade do Baixo-Império marcada pelo cristianismo triunfante. A mensagem transmitida por Paulo, Epístola aos Gálatas, 3,28: "Não há judeu nem grego, nem escravo nem homem livre, nem homem nem mulher, porque todos vós fazeis um só no Cristo Jesus", era fortemente revolucionária numa sociedade construída sobre categorias nitidamente separadas. Como isto foi vivido, é mais difícil de dizer, na medida em que a vida cotidiana das comunidades da Igreja primitiva continua muitas vezes

desconhecida, mas a mensagem em si mesma é importante e contribuiu para diminuir muitas barreiras étnicas ou sociais. Antes, pode-se considerar que a sociedade repousa constantemente numa oposição de dois grupos, um beneficiando-se de qualificativos valorizantes, o outro figurando sempre o negativo das pessoas honestas: na Grécia, é a oposição entre gregos e bárbaros, entre livres e não livres, depois entre ricos e pobres. Em Roma, as oposições são da mesma ordem: cidadãos romanos e peregrinos, urbanos e rurais, livres e não livres, ricos e pobres, *honestiores et humiliores*. Existiam naturalmente, no interior de cada um desses grupos, nuances importantes: assim, entre as "pessoas honestas", os membros da classe senatorial se colocavam bem acima daqueles que pertenciam à ordem equestre, estes dominando ainda os membros dos conselhos municipais e os veteranos.

As classes etárias

Esta sociedade, na qual a vida é curta, em média, reconhece no entanto um lugar particular aos homens idosos. Ela atribui aos anciãos um papel importante na vida política e na justiça. Este papel dos *gerontes*, da *gerúsia*, em Esparta, dos *presbyteroi*, assim como o de um Senado em Roma, é considerável. É a proteção dos deuses que concede longa vida a alguns homens, sendo-lhes reconhecida a sabedoria, apesar de Aristóteles denunciar a venalidade e a irresponsabilidade da *gerúsia* lacedemoniana, da qual os membros fazem parte por toda a vida. As classes etárias desempenham um papel importante na organização da sociedade: elas estão à base de toda a organização da educação em Esparta como em Creta, e certamente em Atenas e na maior parte dos Estados. É ao sair da efebia que os novos cidadãos são admitidos na Assembleia e podem pretender às magistraturas, algumas das quais são às vezes reservadas para cidadãos mais maduros que já atingiram os trinta anos. A própria atividade militar é regulamentada pela pertença a uma classe etária: nas cidades gregas, a partir de cinquenta e cinco anos, o guerreiro assegura a defesa do território cívico e aos sessenta anos, ele é liberado do serviço das armas.

As classes etárias foram particularmente estudadas pelos historiadores formados no estruturalismo, prosseguindo com outros conceitos as pesquisas comparativas sobre as sociedades africanas e a sociedade espartana feitas por Henri Jeanmaire em *Couroi et Courètes* (Lille/Paris, 1939). E isto pelo menos por duas razões: de um lado, era evidente que os mecanismos de transição e de iniciação permitiam valorizar a ideologia da cidade, quer pela revolução dramática própria ao tempo da iniciação, quer pelo triunfo final dos valores cívicos: "O cripto era para o hoplita o que a montanha era para a planície, o homem jovem "nu", isto é, sem armas pesadas, para o soldado completamente equipado, o astucioso matador de hilotas para o combatente das falanges que se defrontam, a noite para o dia e, é claro, o cru para o cozido", escreve Pierre Vidal-Naquet utilizando amplamente por sua conta o vo-

cabulário de Claude Lévi-Strauss. Além disso, as pesquisas em torno dos ritos de iniciação foram engajadas numa segunda direção: da oposição entre o efebo arcaico ou o cripto, de um lado, e o hoplita, de outro, emerge uma reflexão sobre a bipartição da função guerreira: guerra de noite ou guerra de dia, artimanha ou face a face, combate individual ou combate coletivo.

Além disso, como lembra Pierre Vidal-Naquet, em *Le Chasseur noir* (Paris, 1981), o par juventude-velhice participa das contradições internas da cidade, pelo mesmo título que a oposição entre homens e mulheres, entre livres e escravos, visto que os gregos fizeram do princípio de polaridade uma das bases de sua representação do mundo. Entretanto, a oposição entre jovens e idosos não funciona exatamente da mesma maneira segundo os sexos. Sigamos de perto o exemplo ateniense. Em 415, a *ecclésia* se reúne para saber se é preciso lançar o essencial das forças atenienses na expedição da Sicília. Enquanto Nícias, contrário a ela, a campanha militar, faz apelo à solidariedade dos anciãos contra os loucos projetos dos jovens, Alcibíades consegue convencer a Assembleia, afirmando que só uma Atenas unida pode vencer, numa palavra, que as oposições entre classes de idade se anulam no seio da cidade. Para as mulheres, não existe, propriamente falando, rito de iniciação, uma vez que a cidade ateniense está construída sobre a exclusão das mulheres. Os pequenos "ursos" do santuário de Ártemis em Brauron representam uma elite por seu fraco número, o que limita, de fato, o alcance da iniciação. Da mesma forma, na sociedade espartana, a educação das moças está ainda mais longe de coincidir com a educação dos rapazes, porque elas não são repartidas em "classes de idade". O único paralelo possível nas mentalidades antigas é o esboçado por Jean-Pierre Vernant, em sua "Introdução" a *Problèmes de la guerre en Grèce Ancienne* (Haia/Paris, 1968, p. 15): "O casamento é para a moça o que a guerra é para o rapaz: para ambos é a realização de sua respectiva natureza, ao sair de um estado em que cada um ainda participa do outro".

Escravidão e dependência

Outras barreiras separam ainda os seres humanos em todas as sociedades antigas: a mais temível é a barreira que distingue os homens livres dos não livres, sejam esses escravos ou pertençam a uma coletividade que vive na dependência de uma casta de cidadãos. Não é possível simplificar ao extremo, tratando em bloco não livres como se todos eles partilhassem do mesmo estatuto. Existe, na realidade, toda uma gama de estatutos intermediários entre a liberdade e a servidão. Parece que a escravidão não era novidade na época arcaica, pois já se encontra nos poemas homéricos, com uma gradação entre o porcarão Eumeu, por exemplo, que é qualificado de escravo, mas tem sua casa, sua família e escravos a seu serviço. Esta servidão, cuja origem está, no começo, na guerra (os prisioneiros), na pirataria e sem dúvida

no próprio endividamento numa economia pré-monetária, passou por um desenvolvimento considerável a partir do momento em que o escravo pôde ser comprado e vendido como uma mercadoria. Ele é visto em Quios desde o século VI, depois nas grandes cidades comerciais do Istmo e logo depois em Atenas. Esparta resolveu seu problema de outra maneira. Foi uma massa de *hilotas* que, por seu trabalho, garantia a subsistência da casta dos guerreiros dispensados dos trabalhos agrícolas: a origem deste estatuto de dependência explica-se facilmente pela conquista das cidades coloniais, como Siracusa ou Heracleia do Ponto, que reduziram a esta dependência uma parte dos indígenas vizinhos. Não é certo que a explicação seja boa para o Estado lacedemoniano. Se, para os *hilotas* da Messênia, a dependência é exatamente a consequência da conquista militar de todo o território messênico, operada pelos espartanos, por ocasião das duas guerras da Messênia (séculos VIII-VII), para a Lacônia a explicação não pode aplicar-se da mesma forma aos *hilotas* desta região. Na Messênia, a população vencida permanece no local, mas trabalha a terra por conta da casta dos guerreiros espartanos; na Lacônia, alguns habitantes aqueus, estabelecidos no local antes da chegada dos dórios, são integrados entre os espartanos (é o caso do povoado de Amicleas. Portanto é provável que a escravidão dos *hilotas* lacônios seja muito mais o resultado de uma crise econômica e social nesta região do sul do Peloponeso, comparável à que aconteceu na Ática antes do arconato de Sólon (594/593): os cidadãos endividados tornaram-se *hectemores* e alguns foram até vendidos como escravos, para pagar suas dívidas (eventualmente *in natura*, pois Atenas ainda não conhecia a moeda nesta data). A cidade de espartana pôde conhecer, na época arcaica, uma evolução semelhante que levou alguns habitantes a uma dependência completa; o fato é que, em Esparta, o *hilotas* não é propriedade de um particular, mas da coletividade, da cidade. A escravidão espalhou-se progressivamente por todo o mundo grego, inclusive nos cantões mais recuados, na época helenística.

Os atos de alforria de escravos constituem uma fonte apaixonante da história das sociedades antigas. Mas o leitor deve estar bem convicto de que somente uma pequena minoria de escravos recobra a liberdade graças a esta decisão. Certamente, as inscrições conservadas não representam a totalidade das decisões de libertação de escravos tomadas durante a Antiguidade. Muitas decisões puderam ser tomadas sem dar lugar à sua gravura na pedra, num santuário ou em outro lugar. Além disso, bom número de inscrições podem ter desaparecido entre a época de sua gravura e nossos dias. Os fornos quentes consumiram muitas delas, outras foram reutilizadas como blocos para a construção de casas. A erosão, a chuva e as diferenças de temperatura conjugaram seus esforços para reduzir o número de inscrições conservadas até agora. Apesar de todas essas perdas e desaparecimentos de blocos inscritos, é claro que a esmagadora maioria dos escravos jamais chegou a sair da servidão, quer tenham entrado nela desde o nascimento, ou somente num momento

preciso de sua vida (prisioneiros de guerra ou vítimas de uma razia ou de uma vendagem, como era o caso dos escravos comprados no Ponto-Euxino, citas e trácios, ou nos mercados de escravos que funcionavam particularmente em Delos). O santuário de Delfos fornece, em particular na parede poligonal que sustenta o terraço do Templo de Apolo, 1.400 alforrias, distribuídas sobretudo entre os séculos II e I a.C. Este número pode parecer elevado, mas em duzentos anos isto não passa de sete alforrias por ano. No santuário de Butroto, muito menos importante que o do Apolo délfico, chega-se a seiscentas alforrias entre 175 e 44 a.C. Trata-se de um material que, sem dúvida alguma, é muito útil ao epigrafista e ao historiador das sociedades antigas, mas a média por ano continua bem fraca. É preciso também interrogar-se sobre o porquê dessas decisões: por que, em certos anos, os proprietários parecem mais facilmente dispostos a dar a liberdade a seus escravos? A resposta não pode ser uma só: as relações entre patrões e escravos muitas vezes não são expostas. A generosidade pode existir, como também o reconhecimento do dono ao escravo pelos serviços prestados. Cabe também pensar que as alforrias são mais numerosas nos anos em que os mercados de escravos estão bem providos, ou em que os preços caem, quando então é mais fácil substituir a mão de obra dos escravos libertos por novos escravos. Além disso, muitas inscrições de alforria não fazem menção do pagamento de um resgate pelo escravo ou por ele mesmo, correspondendo ao valor de um escravo substituído. Este silêncio dos textos não significa necessariamente que não tenha havido resgate, pagamento de uma soma para obter a liberdade do escravo. Este resgate levanta então a questão da origem dessas somas: como pôde o escravo economizar ou conseguir uma tal soma, que é maior ainda se o escravo tem competências de alta qualidade?

No mundo romano, o escravo também está presente, mas sua distribuição é irregular. Desconhecida no Egito, fora dos escravos domésticos, a escravidão é comum no sul da Itália e na Sicília, para a exploração dos grandes domínios. De um modo geral, no império, a agricultura compreende sobretudo pequenos camponeses independentes e meeiros, enquanto o artesanato emprega essencialmente uma mão-de-obra servil. Estima-se que os escravos formavam $\frac{1}{4}$ da mão de obra rural na Itália. Alguns desses escravos, que trabalhavam para médicos e banqueiros, podiam esperar obter a alforria e exercer a profissão de seu ex-patrão. Uma boa parte da administração imperial está nas mãos dos escravos libertos, cuja situação é, porém, muitas vezes difícil.

A busca da segurança

É impressionante constatar que as revoltas de escravos são muito raras na Grécia Antiga, como se existisse uma certa solidariedade de fato entre os escravos e seus patrões, pelo menos quando se trata de escravos domésticos ou de escravos

comprados em pequeno número por seu proprietário. A situação era completamente diferente para as tropas de escravos que trabalhavam nas minas do Laurião na Ática. As revoltas só explodem no Sul da Itália e na Sicília, a partir da segunda metade do século II aC, por ocasião da revolta de Eunous, escravo sírio de Enna que criou um reino de tipo oriental. Em 103, motins na Campânia e depois novamente na Sicília. O escravo siliciano Atenion proclama-se rei e chefe mágico; a mais célebre revolta é a de Spartacus, em 73, que confirma que a acumulação de escravos, muitas vezes prisioneiros de guerra, em vastos *latifúndios*, favorece a expansão de um sentimento violento de injustiça sofrida e o desejo imperioso de libertação entre eles. A docilidade dos escravos antigos obriga também a lembrar que, naquela época, a segurança era muitas vezes preferível à liberdade individual. O que conta é a pertença a um grupo, a um *oikos*, a uma família, a uma coletividade, porque, neste quadro, cada um tem acesso à terra e se beneficia de uma certa proteção. O indivíduo em sua solidão é rejeitado e só pode sair dela pela adesão a uma nova coletividade: o exército por um engajamento a título de mercenário, ou a integração na plebe urbana, frequentemente constituída pela justaposição de indivíduos isolados que se dotam de organizações substitutas, destinadas, de modo particular, a garantir-lhes uma sepultura na hora da morte. Muitas vezes fica-se impressionado ao ver, nas atas de alforria, alforriados que permaneciam com seus ex-patrões, continuando a exercer as mesmas atividades que exerciam antes de sua libertação. Pretendeu-se ver nessa atitude uma libertação a prestações. O proprietário encontra certamente vantagem nessa atitude, uma vez que fica com sua mão de obra, mas será que o novo alforriado desejava realmente ir embora ou prefere permanecer no seio da família de seus ex-patrões que lhe garantem emprego e segurança, o que não teria encontrado facilmente em outro lugar? Os casos de libertos que se consagram ao serviço de divindades, em santuários da Ásia Menor, coincidem sem dúvida com a mesma preocupação de segurança. Esses *hieródulos* estão certamente ligados ao santuário por uma certa piedade para com o deus protetor, mas esperam dele em troca a segurança que não existe mais na sociedade civil de seu tempo. Esta mesma preocupação por segurança aparece no século III aC em coletividades, cidades e santuários que se fazem reconhecer o privilégio de *asylia* e de inviolabilidade pelos países mais ameaçadores. A insegurança é um flagelo terrível e cada um, inclusive os escravos, tenta escapar dela.

Cidadãos e não cidadãos

Entre os livres, aparecem outras distinções. Muitos Estados reservaram o título de cidadão a um pequeno número de homens, deixando de fora do corpo cívico toda uma população que tem *status* variados e nomes diferentes de uma cidade à outra. Em particular, trata-se de *periecos* lacedemonianos, que habitam normal-

mente na periferia do território cívico, participam da defesa da cidade ao lado dos guerreiros espartanos, mas não intervêm na vida política da cidade. Onde existe a democracia, distinguem-se nitidamente os cidadãos dos estrangeiros que podem ser o estranho absoluto, o não grego, vindo do Oriente, da Trácia, da Cítia ou da Gália, mas também o estrangeiro político que é efetivamente grego mas não pertence à mesma cidade, à mesma comunidade: é o caso do megárico e do coríntio estabelecidos em Atenas. É para esses últimos que aparece no século V o estatuto de *meteco* que é atribuído aos estrangeiros domiciliados há um certo tempo na cidade, estatuto que lhes assegura a proteção da cidade que os acolheu, mas fixa também seus deveres para com ela. Anteriormente, a hospitalidade era de regra para com o estrangeiro de passagem, mas ela não impedia que se exercesse o direito de repelá-los contra todo compatriota do autor de danos.

Em muitas cidades, e o caso de Atenas é um bom exemplo disso, o corpo cívico se torna cioso dos privilégios associados à cidadania e, a partir de 451, ela é raramente concedida a um estrangeiro. Os casamentos mistos são praticamente proibidos, visto que não garantem aos filhos nascidos dessas uniões a cidadania do pai. A cidade parece concentrar-se sobre si mesma e o estatuto de meteco torna-se tanto mais preciso, quanto mais o estatuto de cidadão se torna um privilégio inacessível. Em Esparta, bem cedo, o corpo cívico recusou toda naturalização de estrangeiro ou de *perieco*, e foi preciso esperar o século III aC e uma oligantropia dramática no seio do corpo cívico, reduzido a algumas centenas de cidadãos, para ver os reis Ágis IV e Cleômenes III tentarem uma reforma do corpo cívico por incorporação de *periecos*.

A chance de Roma?

O modelo de Roma face às cidades gregas

No começo, a cidade de Roma quase não parecia diferente de uma cidade grega e a pertença ao corpo dos cidadãos romanos era um privilégio invejado. À diferença das cidades gregas, Roma soube ampliar progressivamente seu corpo cívico fazendo os cidadãos das cidades que foram aos poucos absorvidas no território romano partilhar do seu direito de cidadãos romanos. Toda a história do fim da República e do Alto-Império mostra esta promoção concedida com parcimônia, mas cujos beneficiários provinciais e geralmente ricos são muito orgulhosos, até o dia em que Caracala estende também aos habitantes livres do Império esta cidadania. Habitantes foram então alargadas as instituições de uma cidade de dimensões do império inteiro, e até o fim de sua existência no Ocidente, o título de cidadão romano foi procurado pelos bárbaros estabelecidos às margens do império. Pelo próprio número de seus cidadãos, Roma se situa bem depressa numa escala diferente daquela das cidades gregas, e inclusive de Atenas: enquanto esta culmina, por volta de 431, com um corpo cívico de 45 mil cidadãos (HANSEN, M.H. *La démocratie athénienne à*

l'époque de Démosthène, p. 78), retém o número de 60 mil cidadãos por volta de 450), Roma já possui várias centenas de milhares de cidadãos na época da segunda guerra púnica, no fim do século II aC, para ultrapassar os quatro milhões na época de Augusto (cf. as tabelas estatísticas de NICOLET, C. *Le métier de citoyen dans la Rome Républicaine*. Paris: Gallimard, "Bibliothèque des histoires", 1976; reed. Coll. "Tel", 1988, p. 69-70); para uma boa introdução ao estudo de Claude Nicolet, ler a nota crítica de Jean Andreau (*Annales ESC*, n. 4, jul-ago./1977, p. 756-763).

Sistemas bem diferentes

Na realidade, devemos nos perguntar se, desde Políbio, não jogamos com as palavras para descrever dois sistemas bem diferentes e portanto dificilmente comparáveis. Como lembrou muito bem Philippe Gauthier, em seu artigo intitulado: "'Générosité' romaine et 'avarice' grecque: Sur l'octroi du droit de cité" (*Mélanges William Seston*, p. 207-215) "a noção de cidadania não podia ter sido sentida nem vida da mesma maneira em Roma e numa cidade grega". O direito de cidadã na Grécia não pode ser conferido a um indivíduo ou a um grupo, a não ser por uma decisão da assembleia popular e segundo regras estritas; mediante o que, o novo cidadão tem o direito de participar na vida política da comunidade independente que o admitiu; ele assiste às assembleias deliberativas e aos tribunais e pode votar; salvo exceção, ele pode ser candidato às magistraturas. Em Roma, uma decisão individual de alforria faz entrar um novo membro na cidade romana, sem consulta ao Senado ou aos comícios, o que levou alguns a falar, a propósito desses alforriados, de "cidadãos de segunda classe". Da mesma forma, o censor, sozinho, admite os latinos na cidade romana (antes de 187). Enfim, o fundador de uma colônia romana pode incluir na nova cidade um certo número de estrangeiros que serão *cives romani*, assim como o general em chefe pode recompensar um determinado soldado aliado com o direito de cidadania. Segundo a expressão de Ph. Gauthier, a cidade romana não é "generosa", mas "permeável". De fato, a *civitas* não é a *politéia*: o estrangeiro que obtém a título individual a *civitas romana* adquire sobretudo direitos civis, mas politicamente ele só conta se for rico e influente, o que é raramente o caso do indivíduo isolado em assembleias onde o voto é contado por grupo. Por conseguinte, se for aplicada a concepção grega da cidadania à situação romana, só os membros da aristocracia senatorial são plenamente cidadãos. Vê-se portanto o risco de um possível erro numa comparação por demais simples.

O progresso técnico é refreado por ignorâncias científicas

Esta questão já fez correr muita tinta e, não raras vezes, em dois sentidos radicalmente opostos. O raciocínio sofre com o fato de que os historiadores da Antiguidade raramente estão preparados, nos nossos dias, para tratar da história das ciên-

cias e das técnicas. Uma posição extrema foi exposta por A. Aymard, no posfácio de *L'Histoire générale du travail*: "Longe de ignorar os conhecimentos científicos ou os dispositivos práticos que lhes teriam permitido iniciar o progresso técnico, depois prosseguir-lo, foi de propósito que eles se absteram. Os gregos estavam animados do verdadeiro espírito científico e não coube senão a eles aplicar praticamente os princípios que seus raciocínios lhes permitiram descobrir... Mais ainda, eles começaram a aplicá-los para satisfazer fantasias reais ou para defender Siracusa contra os romanos... Não foi por ignorância que a Antiguidade pecou, mas por recusa".

Na verdade, esta explicação não pode resistir: no domínio das técnicas, somos surpreendidos com certas ignorâncias, porque estamos habituados desde nossa infância a certos saberes. Como faz observar Bertrand Gille (*Les mécaniciens grecs*. Paris, 1980, p. 192): "Os gregos não conheceram o sistema biela-manivela que nos parece tão simples de imaginar. E o sistema biela-manivela está à base de todo mecanismo desenvolvido". Foi só no fim do século XV que apareceu este sistema que transforma um movimento alternativo retilíneo num movimento circular contínuo, ou vice versa. Isto não é recusa, é ignorância. O eolípila de Heron colocava em jogo a força do vapor, mas foi só no extremo fim do século XVII que surgiu a máquina a vapor, depois de um certo número de descobertas científicas e de invenções técnicas: conhecimento do vazio e da condensação, conhecimento da pressão atmosférica, emprego do sistema biela-manivela, utilização de alguns processos de metalurgia.

É preciso acrescentar ainda que a Grécia Antiga não dispunha de fontes abundantes de energia para o desenvolvimento de um maquinismo avançado: cursos de água irregulares e secos no verão, transformados em torrentes a cada chuva, o que não é favorável à edificação de moinhos de água, além de poucas florestas.

Os romanos que herdaram dessas técnicas não progrediram quase nada, aproveitando ao mesmo tempo técnicas de povos bárbaros subjugados e, em razão da dimensão de seu Império, recursos naturais muito mais abundantes: Marie-Claire Amouratti (*"L'attelage dans l'Antiquité - Le prestige d'une erreur scientifique"*. In: *Annales ESC*, 1991, p. 219-232) certamente tem razão de reagir contra uma tendência da historiografia moderna de considerar a Antiguidade como um período de ignorância profunda no domínio dos transportes, para atribuir à Idade Média a aparição do cabresto para os cavalos, o aperfeiçoamento do leme de cadaste e a utilização da vela latina triangular. Ela atribui a responsabilidade desta análise ao comandante Lefèvre des Noëttes que, na primeira terça parte do século XX, procurou demonstrar a utilização, na Antiguidade, de um sistema defeituoso das atrelagens com um cabresto flexível que estrangulava o cavalo. Ela mostra que na realidade o período antigo soube utilizar diversas técnicas de atrelagem, distingue a atrelagem de jugo no pescoço do cavalo e a atrelagem de jugo dorsal. A Antiguidade conheceu progressos técnicos, inovações, portanto não há lugar para falar de bloqueio técnico. Mas permanecem limites reais a este progresso e não se pode dissociar totalmente

o saber científico do saber técnico, como sugere Marie-Claire Amouretti (cf. texto enquadrado, p. 55).

A onipresença do sagrado

Homens e deuses, uma fronteira pouco definida

É mais um domínio da Antiguidade no qual a reação dos modernos formados no racionalismo é completamente estranha. No mundo antigo, seja grego ou romano, não existe barreira entre o mundo dos humanos e o mundo dos deuses. Toda uma tradição antiga mostra os deuses intervindo sem cessar nas questões e ocupações dos humanos: o friso do tesouro de Sifnos em Delfos, apresenta a Assembleia dos deuses que tomam partido violentamente, uns pelos troianos, outros pelos aqueus, conforme o relato da *Ilíada*, e Zeus tenta arbitrar dificilmente esses debates enfiados entre habitantes do Olimpo; o mesmo acontece nos primeiros relatos da vida de Roma, frequentemente socorrida pela intervenção de Castor e Pólux. Mas a intervenção dos deuses não só é nítida nas grandes querelas entre os homens; eles ainda estão presentes no cotidiano e em cada ação da vida dos humanos. Hesíodo, em *Os trabalhos e os dias*, apresenta uma grande quantidade de exemplos desta presença das divindades nas atividades cotidianas de um grego do século VIII aC: "Rogai ao Zeus infernal e à pura Deméter que tornem pesado quando maduro o trigo sagrado de Deméter, no mesmo momento em que, começando a lavoura e segurando na mão a empunhadura que termina a rabiça do arado, tocareis o dorso dos bois que exercem tração sobre a chave do jugo"; "acautela-te, quando desponha a aurora, de oferecer a Zeus libações de vinho escuro com mãos que não lavaste; nada mais aos outros deuses; saiba que eles não te escutam e desprezam tuas preces". Grande número de ritos devem ser cuidadosamente respeitados, se o ser humano não quiser desencadear a cólera dos deuses, mas espera obter das potências subnaturais uma resposta às suas demandas.

Cidade e comunidade religiosa

A vida coletiva também está cheia de manifestações religiosas: pertencer a uma comunidade cívica significa necessariamente participar no culto dos deuses da cidade. Não se pode separar, como na nossa época, a vida do cidadão de suas opiniões ou de suas crenças. Não há uma vida religiosa individual, segundo a consciência de cada um: ser ateniense significa participar nas cerimônias (procissões, sacrifícios, concursos) em honra dos deuses da cidade. O magistrado da cidade é ao mesmo tempo o sacerdote, pois não existe um clero distinto dos magistrados da cidade. Se Críatias podia presumir, no fim do século V, que as divindades tinham sido inventadas pelo homem para a manutenção da ordem social, ele é o único a contar

com seu ateísmo que, associado ao seu papel entre os trinta tiranos, contribuiu para o processo e a condenação de seu mestre, Sócrates. O fragmento do *Sísifo* permite compreender seu progressivo avanço para esta descrença: "Houve uma época em que a vida do homem era desordenada e controlada pela força brutal, como a dos animais selvagens. Não havia então nem recompensa para os bons, nem punição para os maus. Depois os homens conceberam a ideia de impor leis como um instrumento de punição, a fim de que a justiça fosse a única mestra e mantivesse em xaque a violência. Se alguém estiver no erro, será punido. Mas como as leis punem apenas os atos de violência manifesta, os homens continuarão a cometer seus crimes em segredo. Então creio que um homem resoluto e que vê longe percebe neste momento a necessidade de um preventivo capaz de surtir efeito, mesmo quando alguém pense ou execute atos secretos. Assim foi introduzida a ideia de divindade, de um deus sempre ativo e vigoroso, escutando e vendo em espírito tudo o que fazem e dizem os humanos".

Progresso técnico, escravidão e menosprezo do trabalho manual

Esses três elementos são frequentemente associados. Os dois últimos servem para explicar a pretensa recusa do progresso técnico. É uma vez mais o importante estudo de B. Gil-le que dá esta citação de M.M. Fontaine (*L'Homme et la machine*, Paris, 1973, p. 4-5): "Mas, ainda que os conhecimentos científicos tenham sido certamente suficientes, as máquinas não se generalizaram: é que se preferiu à construção de máquinas complicadas o trabalho dos escravos, mais econômico para a fabricação dos objetos. As artes mecânicas e o artesanato eram reciprocamente desprezíveis porque servis. Platão os condena e Aristóteles recusa ao artesão o direito de ser cidadão. Um matemático como Arquimedes não achou digno transcrever suas invenções pelas quais ele é agora tão conhecido, como por seus trabalhos sábios".

Na realidade, o desprezo ao trabalho manual, demonstrado com numerosas citações, mas quase todas do mesmo período (o século IV) e dos mesmos meios da aristocracia ateniense, particularmente de Platão e de Aristóteles, certamente originário de Estágira, mas bem integrado na cidade ateniense, está longe de ser geral na Antiguidade. Até 322, os atenienses tomam parte regularmente na assembleia, embora Platão o deplora: este juízo de valor é uma tomada de posição política, uma reação social; estaríamos equivocados se fizéssemos dela a expressão de uma opinião geral. Este desprezo pelo trabalho manual, em alguns meios, poderia explicar-se por uma assimilação com o trabalho servil, o dos escravos; este trabalho degrada o corpo, impede a reflexão e torna portanto indigno de estar entre os cidadãos da cidade ideal imaginada pelos filósofos.

Ao mesmo tempo, o trabalho de escravos, em razão de seu baixo custo, teria impedido o progresso técnico, de modo que se podia parecer encerrado num círculo vicioso: a escravidão levando ao desprezo do trabalho manual, e o trabalho manual sendo necessário por causa do bloqueio técnico, que é uma consequência da escravidão. Outras interpretações tentam inverter a proposição, considerando a escravidão como um mal necessário em razão do atraso técnico. Aristóteles (*Política*, I, 4, 3) dá uma resposta que não deveria permitir vári-

as interpretações: "Se as navetas tecessem por si mesmas e os plectros pinçassem sozinho a cítara, nem os chefes de artesãos teriam necessidade de operários, nem os patrões necessitariam de escravos". Para Aristóteles, o sentido é exatamente este: que a escravidão é uma solução na ausência de progressos técnicos, o que não basta para explicar esta prática da escravidão, mais ainda porque, segundo o mesmo Aristóteles, o progresso técnico teria atingido tanto os trabalhadores livres como os escravos. Finalmente, é incorreto ligar a escravidão ao atraso técnico: muitas sociedades escravagistas conheceram progressos técnicos notáveis. Poderíamos igualmente discutir o caráter mais barato do escravo em relação ao trabalhador livre, levando em conta seu zelo mínimo pelo trabalho e seu sustento indispensável para mantê-lo num estado físico compatível com a atividade que lhe é imposta.

A situação não é diferente no mundo romano que conhece a utilização de massas de escravos, muito mais numerosos do que na Grécia Antiga, e que não se beneficiou de progressos técnicos suscetíveis de revolucionar o emprego da mão de obra.

Concluindo, convém, pois, renunciar a qualquer vínculo entre a existência da escravidão e a ideia de um bloqueio técnico. Como dizia J. Ellul (*La Technique ou l'Enjeu du siècle*, Paris, 1954, p. 32): "Na realidade, estamos aqui diante de uma dessas explicações fáceis, impressionantes e absolutamente anti-históricas. Os justificadores desta teoria são muito comuns. Convém descartar definitivamente de nossos manuais, de nossos livros, e até de nossos estudos eruditos, tão ricos em outros aspectos, este velho clichê da história da Antiguidade".

Ao mesmo tempo, o religioso impregna profundamente atividades que temos a tendência de considerar puramente laicas. Quando o Barão de Coubertin restaurou os jogos olímpicos, ele pensava unicamente na competição esportiva, enquanto que os concursos antigos eram também comemoração fúnebre (Pélops em Olímpia) e relações com o mundo ctônico pelo contato com a terra, Gaia. Certamente também entra aí todo um aspecto agonístico. O concurso deve extrair o melhor, o *aristos*, e sua cidade natal sente disto grande orgulho.

O além

A vida religiosa é profundamente diversa de uma cidade à outra, de uma região à outra, como já observamos. O problema mais sério, para nós, é tentar saber o que contém a aspiração religiosa manifestada pelos antigos. A tragédia clássica nos dá a ideia de deuses que intervêm cegamente na vida dos humanos, sem que estes possam modificar de alguma forma o curso do destino implacável. A resposta não é simples. Penso que ela é capital, porque marca também a diferença profunda quanto ao monoteísmo. Parece que não se deve atribuir ao grego antigo, não mais que ao romano, a inquietude de uma relação individual do ser humano com o Deus soberano e transcendente, o vínculo de pessoa a pessoa; ele vive cercado de uma série

de potências, e é a filosofia que faz aparecer esta noção de transcendência. O além também não é percebido da mesma forma que na tradição cristã: a vida religiosa cívica refere-se à existência terrestre, ela a organiza; a lembrança do defunto e sua imortalidade podem ser garantidas pela celebração das boas ações de sua vida, celebração que lhe permitirá viver na lembrança de seus compatriotas.

Representação dos infernos

Sem dúvida, os infernos são muitas vezes representados em monumentos funerários. Penso, em particular, neste baixo-relevo da descida aos infernos, conservado no Museu de Apolônia da Ilíria, que publiquei na *Revue Archéologique* (I/1986, p. 137, fig. 20), onde se opõem, em dois registros superpostos, o mundo dos vivos e o domínio das sombras. Na parte superior, uma mulher de joelhos, vestida de luto, estende desesperadamente a mão a um de seus parentes próximos que ela não quer deixar partir para o reino dos mortos. O defunto já não pertence mais ao mundo dos vivos, a não ser por sua própria mão que ainda ultrapassa a fronteira simbólica entre a terra e os infernos. A estrutura é bem clássica: o artista, para captar o movimento, escolheu um momento de articulação a partir do qual ele organiza a cena. Ele traça, portanto, um limite visual, aqui a fronteira entre o mundo terrestre e os infernos, e representa uma dupla ultrapassagem, a da mão do defunto e a de uma aba do manto de sua companhia que pende para os infernos, como se a perda do ente querido arrastasse a viúva ou a mãe privada de seu filho para um espaço intermediário entre a vida e a morte. Embaixo da escada para onde Hermes o leva, o defunto deve subir na barca de Caronte para chegar ao reino de Hades. Mas mesmo para aqueles que conhecem a morada dos bem-aventurados, os Campos Elísios, a *Odisseia* não transmite uma descrição muito feliz: é Aquiles que responde a Ulisses: "Eu preferia estar na terra como servo de gleba às ordens de um camponês, mesmo sem patrimônio e de poucos recursos, do que reinar aqui no meio dessas sombras consumidoras".

A memória dos ancestrais

É um costume, comparável ao hábito das orações fúnebres pronunciadas em Atenas, em honra dos cidadãos mortos em combate, relatado por Políbio, observador da Roma do século II a.C. Ele ficou impressionado, particularmente com a prática das *imagines* dos ancestrais, com essas máscaras reutilizadas durante os cortejos fúnebres, que garantem uma espécie de perenidade aos notáveis antepassados que voltam a tomar parte, de alguma forma, nas cerimônias familiares. Diversos elementos se conjugam para explicar este costume: o orgulho de pertencer a uma gloriosa linhagem intervém certamente, assim como a vontade apresentar modelos à

juventude, mas também há lugar para uma crença na permanência do glorioso defunto enquanto sua descendência puder garantir sua presença nos cortejos familiares. A extinção da família marca também o esquecimento do glorioso ancestral. Para evitar isto, as pessoas estão dispostas a recorrer a todos os tipos de meios, especialmente a adoção, que garante a manutenção de uma descendência e, por conseguinte, da memória viva dos homens célebres da família.

A lembrança dos ancestrais desaparecidos toma duas formas complementares: de um lado, uma individualização do defunto, com a reprodução perfeita dos traços do rosto numa máscara de cera; de outro lado, a manifestação, por ocasião dos rituais funerários, dos valores coletivos nos quais o desaparecido é reconhecido e que ele contribuiu para ilustrar, por seus grandes feitos. A importância desta forma de memória coletiva aparece bem, *a contrario*, no desencadear de violência, ao qual dá lugar uma danação de memória (*damnatio memoriae*): inscrições onde os nomes de Nero ou Domiciano foram martelados, por exemplo. É a uma danação de memória que Jean-Pierre Vernant assimila as crueldades de Aquiles sobre o cadáver de Heitor, em seu artigo "La belle mort et le cadavre outragé" (*L'Individu, la mort, l'amour*. Paris, 1989, p. 41-79). A danação de memória, como inversão completa da "belle mort", exerce sua violência ao mesmo tempo sobre o que pode individualizar o desaparecido e sobre os meios que lhe permitem sobreviver na lembrança coletiva (cf. texto enquadrado, p. 59).

A expectativa messiânica

Ela é completamente diferente na tradição judaica, mas também é amplamente terrestre; é o retorno da independência de Israel que é esperado, um novo Salomão; são apenas algumas correntes do judaísmo que chegam a uma expectativa de renovação espiritual. A irrupção do cristianismo não aconteceu sem provocar muitas perturbações nos espíritos. E também muita incompreensão: este Deus ressuscitado não convém aos areopagitas de Atenas que tinham ouvido Paulo; em outros lugares, em compensação, as pessoas estão prontas a engrandecer o panteão local, como relatam os *Atos dos Apóstolos* 14,11, a propósito da reação dos licaônicos a uma cura operada por Paulo: "À vista do que Paulo acabava de fazer, a multidão gritou, em língua licaônica: 'Os deuses, em forma humana, desceram até nós!' Chamavam Barnabé de Zeus e Paulo de Hermes, pois era ele que tomava a palavra. Os sacerdotes do Zeus que estavam diante da cidade trouxeram até o portal touros ornados de guirlandas e se dispunham, combinados com a multidão, a oferecer um sacrifício". As religiões locais resistem a esta revolução trazida pela mensagem evangélica, cuja propagação foi rápida no Império Romano, como mostram a correspondência de Plínio o Jovem com Trajano para a Ásia Menor, e os acontecimentos de Lião em 177.

Mas um mundo que não nos é totalmente estranho

"A ignorância reconhecida, a recusa do fanatismo, os limites do mundo e do ser humano, o rosto amado, a beleza, enfim, eis o campo em que vamos encontrar-nos novamente com os gregos", escrevia Albert Camus em *L'Étré*, em 1948. Ao sair dos horrores de uma guerra mundial, que às vezes foi tida como guerra de extermínio, compreende-se a solicitude de Camus, em busca de uma sabedoria antiga, tão depressa esquecida; mas surpreende-nos a imagem tão "lisa", sem nenhuma aspereza, que o escritor dá da Antiguidade grega; como se a democracia ateniense – pois é sua imagem que é preciso descobrir por trás dessas linhas – não tivesse também vivido no confronto, na *stasis*, que aqueles que estudam a história política da Antiguidade concordam em reconhecer hoje como uma das formas mais banais da violência cotidiana na Atenas democrática.

Não se trata de renunciar à conclusão sobre a estranheza dos antigos, mas sobretudo de precisar aqui o que se entende tradicionalmente por herança, quando se quer designar os legados da Antiguidade. Como foi que nós nos reconhecíamos, apesar de tudo, neste mundo desesperadamente estranho? Muitos trabalhos, alguns deles bem recentes, estão interessados neste problema.

A oração fúnebre e a máscara funerária em Roma conforme Políbio (VI, 53-54)

"Quando morre um personagem proeminente e são celebradas as suas exéquias, o corpo é levado com toda a pompa possível ao Fórum, perto do que se chama os Rostros. Geralmente o defunto é exposto aos olhos do público numa postura vertical, raramente alongada. Quando a multidão se reúne toda em volta, um filho adulto – se o defunto deixou um e se ele se encontra em Roma, ou alguém de sua família – sobe à tribuna e faz um discurso no qual lembra os méritos do defunto e o que ele realizou durante a sua vida. Assim, na multidão, as pessoas se lembram e reveem o que ele fez, e isto não vale só para aqueles que participaram em seus feitos grandiosos, mas também para os outros. Tal é então a emoção sentida por todos: que o luto que fere a família do morto apareça como o luto da cidade inteira. Em seguida, depois de sepultado o corpo observando o ritual estabelecido, coloca-se seu retrato no lugar mais visível de sua casa, numa espécie de tabernáculo de madeira. Esses retratos são máscaras que reproduzem com uma semelhança muito grande os traços e a fisionomia dos defuntos. Por ocasião das festas religiosas oficiais, abrem-se os tabernáculos e as máscaras são embelezadas com o maior cuidado. Quando um personagem importante da família vem a falecer, as máscaras são levadas no cortejo fúnebre por homens que tenham uma estatura e uma corpulência comparáveis às dos falecidos a que eles representam. Esses homens vestem uma toga bordada de púrpura se carregam a máscara de um ancião pretor ou de um ancião cônsul; uma toga toda de púrpura quando se trata de um ancião censor, uma toga bordada de ouro se o falecido recebeu as honras do triunfo ou realizou alguma ação notável. Os figurantes avançam em carros precedidos pelos emblemas e outras insígnias às quais cada um dos personagens encarnados por eles teve direito, segundo o cargo que exerceu na cidade, durante a sua vida. Quando eles atingem os Rostros (tribuna adornada com proas de

navios onde os oradores romanos discursavam) sentam-se todos em fila em assentos de marfim. Não poderíamos imaginar espetáculo mais nobre do que este para um homem jovem, ávido de glória e de virtude. De fato, será que existe alguém que, vendo reunidas as imagens, por assim dizer vivas e animadas, desses grandes homens honrados por seu mérito, não seria estimulado por um espetáculo como este? É possível ver algo mais belo?

Além disso, o orador encarregado de falar do defunto, quando disse o que tinha de dizer, põe-se a evocar a lembrança de seus ancestrais, dos sucessos e dos feitos grandiosos de cada um deles. Com isso se renova sem cessar a reputação dos grandes homens, cujos atos lhes valeram a glória, e o mérito daqueles que serviram bem a pátria vem ao conhecimento do grande público e passa à posteridade. O mais importante é que os jovens encontram aí uma inspiração que os instiga a tudo suportar pelo serviço da coletividade, porque esperam adquirir, também eles, esta glória que se atribui aos cidadãos valorosos".

Para um comentário desta passagem de Políbio, VI, podemos referir-nos a Claude Nicolet (*Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*. Paris: Gallimard, Paris, 1988, p. 460-467), ou a Michel Meslin (*L'Homme romain, des origines au I^{er} siècle de notre ère*. Bruxelles: Complexe, 1985, p. 59-63). Ver também o relato dos funerais de Júnia, em 22 dC, onde desfilam as imagens de vinte famílias senatoriais, em Tácito, *Anais*, 3, 76, 1.

É preciso, antes de tudo, distinguir a perspectiva historiográfica, na qual Arnaldo Momigliano, a partir de 1955 (cf. PATLAGEAN, É. "Les Contributi d'Arnaldo Momigliano: portrait d'un historien dans ses paysages". In: *Annales ESC*, 1982, p. 1.004-1.013) e Moses I. Finley, por exemplo com *Eslavage antique et idéologie moderne* (Paris, 1981), foram precursores. Esses estudos não têm por objeto, *stricto sensu*, a história da história e *a fortiori* a história dos historiadores, o que é uma via estreita e perigosa. Os estudos historiográficos foram os mais fecundos, seja quando eles permitiram avaliar as implicações ideológicas de alguns trabalhos, e por conseguinte de redefinir os próprios termos a partir dos quais os antiquistas trabalham ("cidade", "escravidão" ...), seja quando distinguiram certos bloqueios criando riscos de modernização (para contornar o obstáculo). Esta perspectiva historiográfica pode evoluir progressivamente para uma sociologia dos historiadores da Antiguidade que mostraria os aportes do antropólogo, do "classista", do historiador.

A segunda abordagem possível, sem dúvida a mais rara, consiste em explicar o interesse do público pela Antiguidade, apesar de um nítido recuo dos estudos clássicos. Não mais se trata da questão "quem fala?" como em historiografia, mas "quem fala a quem?" Esboçamos pois alguns elementos de interpretação. O que traz o olhar que se concentra sobre um mundo fechado e distante como o mundo antigo?

Pode-se tratar de uma preocupação de legitimidade: é o caso do nacionalismo arqueológico que procura definir as fronteiras ideais de um Estado e frequentemente justificar manobras expansionistas. Sabe-se o que podem dar tais perspectivas, por exemplo, no mundo balcânico atual. Pôde-se tratar de um fantasma de pu-

reza original: nos escritos sobre a Atlântida pelo ideólogo nazista Alfred Rosenberg, em *Le Mythe du XX siècle*, onde ele afirma que os atlantes eram ancestrais dos germanos (cf. VIDAL-NAQUET, P. *La démocratie grecque vue d'ailleurs*. Paris, 1990, p. 158), como nos discursos dos revolucionários franceses sobre Atenas e sobre Esparta. Neste caso a pureza era sobretudo moral, visto que se buscam modelos de legisladores virtuosos. A Antiguidade é também o que está longe, a própria imagem do exotismo, como a Atenas imaginada por Shakespeare em *O sonho de uma noite de verão*.

Os olhares lançados sobre o mundo antigo são diversos, pelo próprio fato da diversidade da Antiguidade e da utilidade dos laços afetivos que se tecem entre seus "herdeiros" e ela. Estudando-os, ou confiando aos especialistas dos períodos mais recentes o encargo de estudá-los, o antiquista pode, sem dúvida, lançar um olhar mais lúcido sobre as condições de seu trabalho, limitado pelas flutuações ideológicas e sensíveis que subsistem na escrita da história.

OS FUNDAMENTOS DOCUMENTAIS DA HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE

As fontes documentais, a partir das quais é possível tentar reconstituir a história do período antigo, são naturalmente muito mais raras do que para épocas mais recentes. O historiador da Antiguidade está numa situação exatamente inversa à do historiador do século XXI: este ameaça sufocar sob o peso da avalanche de informações que se apresenta sob as formas mais diversas — textos impressos (livros, jornais, revistas, folhetos, anúncios, etc.), vídeos, filmes e reportagens, fotografias, arquivos de todos os níveis, desde a escala local, a empresa ou a paróquia, até os arquivos departamentais e nacionais. Seu trabalho de inventário e de seleção é enorme; a qualidade de todos esses testemunhos é extremamente variável de um a outro e podem, às vezes, estar devidamente orientados, porque redigidos para fins de propaganda. Por outro lado, a proximidade imediata dos fatos torna delicada a interpretação dos testemunhos, visto que falta ao historiador contemporâneo o indispensável recuo no tempo. Para reconstituir a história da Antiguidade, o que cria problema não é tanto o excesso da documentação, mas antes a raridade. Na maioria das vezes não temos senão algumas peças do quebra-cabeça para tentar reconstituí-lo inteiro: alguns setores, geográficos ou cronológicos, são favorecidos, como o século V ateniense, até um certo ponto o Alto Império em seu centro político. Mas existem lacunas imensas tratando-se de outras regiões do mundo grego e mesmo no século III ateniense, sem falar do período arcaico; a mesma pobreza documental atinge muitas vezes as províncias do Império Romano que só aparecem incidentalmente, a propósito de uma guerra ou de um governador chamado a um ilustre destino; quanta ignorância também sobre a época da República romana, sobre as motivações de suas opções políticas e de suas crises sociais.

Esta pobreza das fontes sobre a Antiguidade contribui para dar ainda mais valor às poucas informações que chegaram até nós. Isto quer dizer que quem quer estudar a Antiguidade deve examinar as fontes com uma atenção particular, não negligenciar nada do que elas contêm, mas sem querer fazê-las dizer mais do que podem. Seria um grave erro forçar os testemunhos antigos; o autor de tais abusos entraria no gênero romanesco, e não poderia mais ser considerado historiador.

Cada documento, por mais modesto que seja, é portador de indicações que convém saber interpretar. Em geral, emprega-se espontaneamente a metáfora da palavra para designar as relações que se tecem entre o historiador e o documento: caberia ao historiador "fazer o documento falar" para extrair dele todas as indicações que ele pode trazer sobre a realidade de uma época passada. Esta metáfora usual deve ser criticada: de um lado, ela mostra a vontade de estabelecer uma relação direta e irrealizável entre o passado e o presente; isto, seria negligenciar a parte do sangue vertido pelo historiador para "fazer falar" os fantasmas, se quisermos retornar aqui a imagem utilizada por Wilamowitz, citada no começo do nosso primeiro capítulo. De fato, o historiador é muito mais ativo do que a metáfora da palavra poderia dar a entender: por espírito de análise, o historiador assinala os elementos constitutivos e a economia interna de seu documento; por espírito de síntese, coloca em série os documentos, descobre as invariantes, decodifica as alusões, faz comparações, interpreta enfim, tirando das séries os conceitos que tornam inteligíveis as realidades passadas. Além disso, a metáfora da palavra satisfaz muito pouco, na medida em que ela pretendia fazer crer que o funcionamento interno de todos os documentos é de tipo linguístico: ora, é justamente ao desviar-se desta ideologia que se pôde reconhecer às imagens seu estatuto específico.

É claro que um documento será tanto mais sugestivo se puder ser recolocado em seu contexto exato. Um exemplo pode fazer compreender mais facilmente esta necessidade: uma moeda traz em si mesma informações muito interessantes, que estão relacionadas com seu peso, com a qualidade do metal, com a qualidade da cunhagem, com seu tipo monetário e com inscrições que ela traz. Ela permite às vezes conhecer o retrato dos soberanos ou daqueles que aspiram ao poder, sejam eles César, Brutus, Antônio ou Cleópatra. Ela fornece ao historiador os próprios princípios do poder imperial (*imperium, auctoritas*). A moeda também pode informar-nos sobre a vida religiosa das cidades e dos Estados, pela representação desta ou daquela divindade, e o nome de um príncipe em moedas de uma cidade vizinha pode significar seu domínio sobre ela. Mas esta moeda isolada num museu não pode dizer mais nada, a não ser que o arqueólogo que a colocou em dia pôde indicar em que túmulo foi encontrada, com que material funerário (vasos de cerâmica, objetos de bronze, armamentos, adornos, inscrições); ela pode constituir um valioso elemento de datação para o túmulo, mas também para todo o material que a acompanha. Por isso fazem tanto mal as escavações clandestinas que só se interessam pelo objeto precioso, furtivamente extraído de seu contexto arqueológico; são outras tantas perdas irreparáveis; o objeto isolado de todo conjunto que o cerca tornou-se muito menos útil do que poderia ter sido. Daí também a importância que se deve atribuir à qualidade da escavação arqueológica, tal como é concebida nos dias de hoje: ela não é muito rápida, é claro, mas permite examinar o solo metodicamente, estabelecendo cuidadosamente a estratigrafia, observando os diferentes níveis de

cultura e, desta forma, deixando sempre o objeto precioso (moedas, estátuas, inscrições, vasos, etc.) em seu conjunto ambiental exato. Uma escavação apressada, mal-conduzida, é uma destruição irreparável de um testemunho que poderia ter fornecido muito mais informações.

Pelos exemplos acima, pode-se ver a grande diversidade dos documentos que podem ser utilizados pelo pesquisador apaixonado pela descoberta da Antiguidade, cuja história não está acabada, como já foi dito no primeiro capítulo, mas que está sempre em plena exploração. A pesquisa metódica dos testemunhos nos leva a utilizar os textos literários, as inscrições, as moedas, os selos, mas também todos os testemunhos figurativos que a arqueologia nos oferece. Alguns suportes merecem uma atenção particular pela riqueza das informações que trazem, em particular o papiro conservado em certas condições de clima seco, ao abrigo de toda umidade. Carlo Ginzburg, em *Mythes, emblèmes, traces, morphologie et histoire* (Paris, 1989, p. 149), relata a tradição chinesa que atribui a invenção da escrita a um alto funcionário que havia observado as impressões de um pássaro na margem arenosa de um rio. O homem teria sabido ler antes de saber escrever. Assim também o historiador, e de modo particular o especialista em história antiga que trabalha sobre traços que foram durante muito tempo varridos pelos ventos, não deve esquecer que o traço não tem o mesmo estatuto que a linguagem, que ele deve buscar todo tipo de indícios e que, afinal, ele continua sendo, quase que por instinto, um caçador.

Enfim, esses documentos variados devem ser associados uns aos outros, comparados, confrontados. As conclusões tiradas desse confronto vêm fortalecer-se umas às outras, mas às vezes também contradizem-se. Mais ainda do que para outros períodos mais ricos, o historiador da Antiguidade tem interesse em cruzar as fontes de diversos tipos, colocá-las em paralelo e fazê-las sofrer diversas elucidações. É este todo o trabalho do historiador, tanto para a Antiguidade como para os outros períodos históricos. Em história contemporânea, o estudioso acaba se tornando especialista da imprensa, dos arquivos filmados ou das sondagens de opinião, em razão da enormidade dos arquivos. Em história antiga, não se pode ser simplesmente o especialista, o técnico de numismática, ou de epigrafia ou papirologia. O historiador da Antiguidade deve poder fazer a síntese das informações fornecidas por cada uma das disciplinas que concorrem para a construção da história.

As fontes literárias

Elas são as mais conhecidas e mais utilizadas, graças aos trabalhos dos filólogos que colocam à nossa disposição textos fixados com muita seriedade e às vezes traduzidos em coleções de textos que os tornam acessíveis a todos os leitores desajustados de descobrir esta tradição literária. É o caso, em língua francesa, da *Collection des Universités de France*, publicada sob o patrocínio da Associação Guillaume-Budé,

que dá, ao mesmo tempo, o texto grego ou latino e, em paralelo, a tradução francesa. Muito já foi feito, mas existem ainda muitas obras interessantes que só estão parcialmente traduzidas e publicadas, ou às vezes nem isso. Esforços paralelos foram feitos sem dúvida em muitos países (na Alemanha com as edições Teubner que dão somente o texto grego ou latino, na Grã-Bretanha e na Itália), mas aspira-se pelo fim deste vasto empreendimento, que deve ser realizado em colaboração por filólogos e historiadores, a fim de traduzir mais exatamente os termos institucionais e fornecer informações mais completas sobre a geografia histórica das regiões descritas ou dos sítios arqueológicos que podem corresponder a cidades ou fortalezas antigas.

Sua transmissão

Os manuscritos

Quem utiliza essas fontes literárias deve questionar-se, primeiro, sobre a transmissão dessas obras: como pode ter sido conservado um discurso do século IV aC? É claro que não é pedido a cada um que se refira aos manuscritos mais antigos, este trabalho cabe precisamente aos filólogos, e uma edição crítica contém necessariamente, como introdução, precisões sobre o modo como esta obra nos foi transmitida através de mais de dois milênios. Se a curiosidade, tão legítima, leva o leitor a interessar-se por este problema, muitas vezes ele é surpreendido pela data relativamente recente dos manuscritos utilizados, o que significa que entre a obra original e o manuscrito mais antigo pode ter escoado um período de dezesseis ou dezessete séculos, durante os quais a obra foi objeto de múltiplas cópias manuscritas. Tomarei como exemplo os três discursos de Dinarco, publicados por M. Nouhaud e traduzidos por L. Dors-Méary (Paris: PUF, 1990), recentemente publicados: o autor indica que "os manuscritos de Dinarco não são numerosos. Eles se reduzem a dois principais: A - *Crippsianus* ou *Burneianus* 95, do começo do século XIV; N - *Bodleianus* Auct. T. 2. 8, sem dúvida do século XIV"; os outros manuscritos que derivam de A e uns dos outros em seguida, são do século XV. Isto é, esses três discursos de Dinarco, adversário de Demóstenes por ocasião do caso de Harpale, escritos em 322, só nos chegaram através das cópias manuscritas que datam dos anos 1300-1400, ou seja, mais de 1.600 anos depois que foram escritas. Essas cópias eram feitas por escribas, muitas vezes monges, a partir de um texto anterior. Antes da invenção da imprensa, era este o único meio de tornar conhecida uma obra e de enriquecer uma biblioteca com cópias de obras conservadas em outras bibliotecas. É preciso dizer que esses copistas nem sempre eram monges de grande cultura, portanto corriam o risco de cometer erros, de não ler corretamente, de omitir uma linha ou de inventar correções à obra tal qual era no manuscrito anterior. Basta conhecer um pouco o estado dos manuscritos em certos mosteiros do Monte Athos

ou dos Meteoros, para preocupar-se com a qualidade dos textos conservados e fazer uma ideia de como eles eram copiados antes da descoberta da imprensa. Acontece que, para os três discursos conservados de Dinarco, dispõe-se, além disso, atualmente, de três papíros dos séculos II e III dC que dão a conhecer uma parte do *Contra Demóstenes* e do *Contra Filócles*. São documentos muito mais próximos da obra original, pois puderam ser copiados diretamente do texto conservado na biblioteca de Alexandria, ou com cópias intermediárias bem menos numerosas do que as dos manuscritos do século XIV. O filólogo que fixou o texto para a nova edição de Dinarco comparou, portanto, as leituras dos manuscritos com as dos papíros, que dão uma versão menos alterada desses discursos.

A tarefa do filólogo

Este exemplo mostra a importância do filólogo para a fixação do texto, na esperança de que ele seja o mais fiel possível à obra redigida pelo autor antigo, e também o risco de deformação da obra original através de suas múltiplas e sucessivas cópias durante todo o período medieval. A alteração da obra original pode ter outras causas: em *O nome da rosa*, Umberto Eco imagina o exemplar de uma parte da *Poética* de Aristóteles, consagrada à comédia, escondido na biblioteca de um convento beneditino do Norte da Itália, no século XIV: situação paradoxal, uma vez que Aristóteles voltou à moda naquela época, depois de dois séculos, e que ao mesmo tempo o problema da tolerância do riso jamais foi abordado com tanta frequência. Será que se deve mesmo imaginar destruição ou censura de alguns textos por preocupação moral? Isto não é impossível.

A destruição das grandes bibliotecas da Antiguidade

Só podemos lastimar as de Atenas, Alexandria, Antioquia, Constantinopla, Roma e Bagdá. É certo que os escritores do Baixo-Império dispunham de um material antigo bem mais rico do que aquele que chegou até nós, e as destruições são muitas vezes tardias: conquista árabe aqui, invasões bárbaras ou mongóis lá, Cruzadas que por toda parte por onde passaram provocaram destruições irreparáveis que o paciente trabalho dos filólogos tenta recuperar, sem jamais ter certeza de consegui-lo realmente. Em Alexandria, foi na época do Imperador Aureliano (270-275 dC) que a biblioteca do Museu foi incendiada, biblioteca rica, como se diz, de setecentos mil volumes ou rolos manuscritos (comparativamente, a Biblioteca nacional de Paris conta com doze milhões de impressos). O que podia subsistir de escritos egípcios recopiados e conservados na biblioteca do templo de Serápis foi depois destruído no incêndio deste templo, em Alexandria mesmo, em 391. As perdas de obras antigas são consideráveis: dos quarenta livros da *História* de Políbio, temos na íntegra apenas os cinco primeiros, conservados num manuscrito do século XI; para os dezoito pri-

meiros livros dispomos de uma compilação de extratos feita na época bizantina, chamada *Epitomè* ou *Excerpta antiqua*; para o resto, é preciso contar somente com algumas citações de historiadores e de geógrafos antigos, diversas coletâneas confeccionadas no século X por ordem de Constantino VII Porfirogeneta; enfim Tito Lívio traduziu muitas vezes para o latim e demarcou o texto de Políbio, mas sem jamais esquecer de modificá-lo para a maior glória de Roma. Da obra de Tito Lívio, escrita em cento e quarenta e dois livros, restam-nos apenas trinta e cinco livros, com fragmentos e resumos. A *Biblioteca histórica* de Diodoro da Sicília em quarenta livros conservou apenas os livros I a V, XI a XX e XX e fragmentos.

Poderíamos prosseguir esta constatação desastrosa multiplicando os exemplos, mas vamos nos limitar a observar o desaparecimento quase completo de toda tradição literária para algumas épocas: assim, para o século subsequente à morte de Alexandre o Grande, em 323, a tradição histórica é um vasto campo de ruínas. Nenhuma das grandes obras históricas contemporâneas é conservada, seja a de Jerônimo de Cárdis ou a de Filarco. Elas foram utilizadas posteriormente, a primeira por Diodoro, Arriano e Plutarco, e a segunda por Políbio, Troge-Pompeu e Plutarco. O próprio relato do reinado de Alexandre não consta mais nos escritos de seus contemporâneos, cujas obras desapareceram todas, mas nas obras da época de Augusto (Diodoro da Sicília e Troge-Pompeu), ou do reinado de Vespasiano (*História de Alexandre*, de Quinto-Cúrcio), ou do século II (*A Anábase* de Arriano da Nicomédia, ou *A vida de Alexandre*, de Plutarco). É preciso levar em conta esta defasagem cronológica entre os eventos narrados e a data em que aconteceram: três ou quatro séculos de distância certamente não convencem ninguém a tomar este autor como testemunha direta! Como se, em nossos dias, as guerras de religião emergissem simplesmente do nada (Sobre Flávio Arriano, e de modo mais geral, sobre o alcance do "mito de Alexandre", é preciso ler a importante introdução de Pierre Vidal-Naquet à *Histoire d'Alexandre*. Paris: De Minuit, 1984, p. 309-394).

Um exemplo

Alguns manuscritos têm uma história particularmente extraordinária, como os manuscritos do Mar Morto, encontrados a partir de 1947 nas grutas das rochas de Qumran. Na primeira gruta, um jovem pastor beduíno, em busca de uma ovelha desgarrada, encontrou, em jarras de argila munidas de tampa, rolos de couro manuscritos, cuidadosamente envolvidos em um pano de linho. Em dez anos de pesquisa, onze grutas trouxeram um material importante, inclusive rolos de cobre escritos em caracteres hebraicos. No total, manuscritos dos livros bíblicos, comentários de passagens bíblicas provenientes de uma seita, compilações de regulamentos sobre a admissão de adeptos, gênero de vida prescrito aos adeptos e organização deste grupo que deve, sem dúvida, ser assimilado aos essênios, conhecidos de Flávio Josefo, Filon de Alexandria e Plínio o Velho.

Convém, portanto, para utilizar as fontes literárias, conhecer bem o autor, sua vida, seu meio de vida e sua época; são elementos que permitem também atribuir mais ou menos credibilidade à sua obra. Frequentemente, o autor escreve tendo em vista um objetivo bem determinado e nem sempre ele está totalmente isento de espírito partidário. Mesmo esforçando-se para ser isento, ele pode ser influenciado por seu meio de origem e escrever para determinados leitores. Por exemplo, Tácito escreve para os senadores presentes e futuros, para os *optimates*. Pierre Grimal observa em sua biografia de Tácito (*Tacite*. Paris, 1990, p. 260): "Para tornar eficazes suas lições, ele será obrigado a referir, repetidas vezes, os propósitos indignos, as moções indignamente cortesãs dos Senadores, sob Tibério e seus sucessores: 'Não tomei por regra expor todas as propostas feitas no senado, mas somente aquelas que são importantes, quer por seu valor moral, quer por uma particular ignomínia, porque acho que a principal função dos anais é que as qualidades morais não soçobrem no esquecimento e que o que é mau, em palavras ou em atos, receie que a posteridade o julgue infame', *Anais*, III, 65".

Nem todos os testemunhos têm o mesmo valor e devem ser examinados e apreciados pelo que são realmente: é claro que uma comédia de Aristófanes, de Plauto ou de Terêncio traz um esclarecimento bem vivo sobre um meio ou uma cidade num momento preciso, mas sua meta é fazer rir os espectadores e distraí-los pelo exagero das esquisitices de cada personagem. O sucesso depende disto, e não poderíamos, pois, deter-nos numa leitura de primeiro grau: quando Plauto, em *Os Meninas* descreve a cidade de Epidamne-Dyrrachium como povoada "de grandes folgões e de grandes bebedeiras", todos os espectadores sabem muito bem quanto de exagero entra nesta descrição, que coincide ao mesmo tempo com a ideia que se fazem as pessoas em Roma do porto do Adriático, mais tarde chamado, por Catulo, de "taverna do Adriático". O discurso político ou a defesa do advogado quer vencer uma assembleia, um tribunal. Esse discurso é construído como uma demonstração da inocência do acusado, ou, ao contrário, de sua perversidade; ele procura orientar a maioria num voto. A leitura dos oradores do século IV deve levar em conta este engajamento do advogado como também do homem político numa causa. Portanto não se pode pedir-lhe moderação, imparcialidade: é uma obra engajada e ela deve ser lida como tal e interpretada de conformidade. Convém igualmente levar em conta o papel das técnicas ensinadas pelos sofistas na arte oratória. Também é necessário saber em que ordem os oradores intervêm, pois é certo que Demóstenes ataca muito seu adversário, Ésquino, quando ele fala por último, como no processo *Sobre a Coroa* e no processo *Sobre a Embaixada*.

O recente livro de Marie-Françoise Baslez: *Les sources littéraires de l'histoire grecque* (Paris: Armand-Colin, 2003), vem completar admiravelmente a breve apresen-

tação das fontes literárias na presente obra, trazendo um estudo excelente das fontes gregas da história antiga. Traz, em particular, informações importantes sobre outros gêneros literários além da história, estudando sucessivamente as diferentes formas do escrito: primeiramente, poetas da epopeia arcaica, sejam poemas homéricos ou os de Hesíodo e de Arquíloco uma geração mais tarde; depois vem o teatro na Atenas democrática (tragédia e comédia do século V, mas também a Nova Comédia com Menandro): as representações teatrais são verdadeiras cerimônias religiosas que se inserem num culto, o de Dioniso na maioria das vezes. Elas contribuem para o desenvolvimento de uma cultura de massa, mas uma cultura rapidamente cristalizada, por falta de renovação. O teatro também é um meio de comunicação que se interessa frequentemente por problemas bem contemporâneos para os espectadores, seja diretamente através dos assuntos abordados (como *Os Persas* ou a revista satírica da comédia de Aristófanes), ou mais indiretamente através dos temas da atualidade (a percepção do estrangeiro na Atenas clássica em *Os Suplicantes* de Ésquilo). O estudo dos oradores atenienses do século IV contribui tanto para a história dos eventos e a história política e institucional, como para a história da vida privada e da sociedade, e para a vida econômica à luz dos processos de negociação. Infelizmente, os discursos conservados só o foram por seu valor retórico, como modelos, e não por seu interesse histórico, por mais que sua forma atual resulte de correções, remanejamentos e revisões que não permitem mais conhecer seu estado original. O discurso é sempre um intercâmbio entre o orador, muitas vezes procedente da "elite", e o auditório que corresponde à massa dos cidadãos que é preciso convencer, o que obriga o orador a não fugir muito da opinião dominante. Ele traz um esclarecimento único sobre o direito privado e público, sobre o direito dos negócios. Não raras vezes, só o ponto de vista de uma das partes foi conservado e o texto pode corresponder mais a um remanejamento posterior do que à defesa pronunciada.

Os próprios filósofos podem trazer sua colaboração para um melhor conhecimento da sociedade em que viveram. Platão e Aristóteles foram, bem ou mal, engajados nas dificuldades de seu tempo: o primeiro, cidadão ateniense, deixa Atenas depois da morte de Sócrates e durante dez anos conhece experiências políticas decapionantes, enquanto que Aristóteles, meteco em Atenas, pode lançar um olhar mais objetivo sobre a situação na Ática. Tanto um como o outro são favoráveis a um poder forte, o que pouco corresponde à opinião da maioria da assembleia ateniense: suas ideias se espalham num círculo restrito. O historiador pode explorá-los como testemunhas, mas não necessariamente como homens de influência. Os escritos deles, como a *República* e as *Leis*, de Platão, e a *Política*, de Aristóteles, oferecem um bom esclarecimento sobre a evolução das ideias políticas do século IV, enquanto que a única *Constituição* conservada, a *dos Atenienses*, oferece um importante quadro das instituições atenienses no terceiro quarto do século.

Vamos deter-nos particularmente nos últimos capítulos do livro de M.-F. Baslez que tratam, primeiramente, da literatura documental e técnica no século IV: Xenofonte e os Companheiros de Alexandre como memorialistas, manuais de saber viver em honra do proprietário de terras, tratados de economia, tratados militares (Xenofonte e Eneias o Estrategista), Périples (Pseudo-Skylax). Ela se interessa depois pelas literaturas bíblica e judaica de língua grega (os *Setenta*, e os escritos de Filón de Alexandria e de Flávio Josefo); os Livros dos Macabeus testemunham a resistência às tentativas de he enização. Filón e Flávio Josefo tentam lutar contra o antijudaísmo tão acentuado na Alexandria do século I de nossa era. A sociedade dos letrados nos dois primeiros séculos dá lugar à poesia (epigramas reunidos especialmente na *Antologia palatina*), às conversas de mesa (Plutarco e Ateneu de Náucratis), às enciclopédias e aos romances. M.-F. Baslez reúne ainda biografias (Plutarco, Diógenes Laércio, Filóstrato), historiadores (Apiano, Arriano, Dion Cassius), oradores e sofistas (Dion de Prusa, Aelius Aristides), periegetas (Pausânias) da época dos Antoninos e do século III. O último capítulo já está voltado para a Baixa Antiguidade, apresentando literatura e religiões, helenismo e cristianismo em perspectiva: o Novo Testamento fornece um banco de dados para o estudo da sociedade do Oriente romano e da penetração do cristianismo nas cidades da Ásia Menor. A vida religiosa desta região também é descrita na *Vida de Apolônio de Tiana* por Filóstrato, nos *Discursos sagrados* de Aelius Aristides e em *Alexandre ou o falso profeta* de Luciano. Os conflitos filosóficos são vivos em Alexandria entre Celso e Orígenes, enquanto que os *Atos dos Mártires*, particularmente os de Policarpo de Esmirna, morto em 177 e os *Atos de Píonio*, executado em 250, dão a conhecer um pouco melhor as cidades da Ásia Menor.

Um estudo tão aprofundado das fontes latinas da história antiga deve trazer em breves complementos não menos úteis para uma boa exploração das bases documentais em latim sobre a Antiguidade, tanto romana como grega.

Os historiadores antigos

No início de um ensaio que Paul Veyne consagra à história do critério do verdadeiro e do falso, *Les grecs ont-ils cru à leurs mythes?* ele oferece uma chave que permite explicar o procedimento dos historiadores antigos, procedimento bem distante do que chamamos hoje "História": "Segundo a concepção (dos antigos), a verdade histórica era uma vulgata que consagra o acordo dos espíritos ao longo dos séculos" (p. 18). Portanto, não se trata de real trabalho crítico, nem de anotações, ou distinção entre fontes primárias e fontes secundárias, noções que não têm, propriamente falando, nenhum sentido nesta perspectiva. A origem da História, a investigação – uma vez que é este o sentido primitivo da palavra *história* – faz prevalecer o argumento de autoridade que Heródoto é um dos primeiros a usar. A história não

nasce da controvérsia, do debate entre sábios, mas da investigação, do relato de viagem, da familiaridade com uma multidão de informantes, cujos nomes é inútil citar. Para os historiadores modernos que não confiam mais cegamente na vulgata – não que eles sejam menos crédulos que os contemporâneos, mas porque o “critério de verdade” mudou –, qual é o procedimento possível?

O historiador moderno deve esforçar-se para colocar em contato o relato a que tem acesso com as outras fontes de que dispõe. Mas isto seria apenas fazer a meta-tema do caminho: a meta dos modernos não é justificar a autoridade deste ou daquele autor. A diferença dos historiadores antigos, o historiador moderno se esforça para interpretar os elementos de que dispõe, ele não é apenas um compilador. Além disso, o historiador moderno, leitor dos historiadores antigos, buscará explicar modos de escrever a história: como escreve mais uma vez Paul Veyne, “quando um texto é uma vulgata, é tentador confundir o que seu autor escreveu materialmente e o que ele teve de escrever para ser digno de si-mesmo. Quando uma história é uma vulgata, distingue-se mal o que efetivamente aconteceu daquilo que não pôde deixar de acontecer, em nome da verdade das coisas. Todo acontecimento conforma-se a seu tipo e é por isso que a história dos séculos obscuros de Roma é povoada de relatos bem detalhados, cujos detalhes são para a realidade o que as restaurações da Viollet-le-Duc são para a autenticidade” (p. 21). É uma tarefa tanto mais difícil para o historiador moderno, se o historiador antigo que ele estuda goza de uma melhor reputação.

Heródoto

Os historiadores positivistas fizeram dele o “pai da história”, não no sentido de inventor de um gênero literário, mas de iniciador de um método científico. Por conseguinte, como observa Catherine Darbo-Peschanski em *Le discours du particulier – Essai sur l'enquête hérodotéenne* (Paris, 1987), “todas as passagens do texto – e elas são numerosas – que manifestam o caráter pouco sistemático da crítica dos documentos, o gosto pelo maravilhoso e pelo inclassificável, que maltratam nossa lógica, são considerados falsos, defeitos de juventude. Não se lhes dá nenhuma interpretação”.

Tucídides

É muito comum lembrarmos espontaneamente o caráter tão inovador da obra de Tucídides: contemporâneo da medicina hipocrática e da sofística, dotado de um estilo rigoroso e de um hábil espírito científico, ele tem uma real preocupação com a informação e investiga cuidadosamente: “No que concerne aos atos que tiveram lugar no curso da guerra, não achei que devia, para contá-los, fiar-me nas informações do primeiro que aparece, não mais do que na minha opinião pessoal: ou eu ajudei a mim mesmo; ou então investiguei sobre cada um em comparação com ou-

tro, com toda exatidão possível. Aliás, tive dificuldade em estabelecê-los, porque os testemunhos de cada fato apresentavam versões que variavam segundo sua simpatia por uns ou por outros, e segundo sua memória” (I, 22, 2-3). Para explicar o desencadear da Guerra do Peloponeso, “comecei por indicar, em primeiro lugar, os motivos e as fontes de diferendos, a fim de evitar que alguém se pergunte um dia de onde surgiu, na Grécia, uma guerra como esta. De fato, a causa mais verdadeira é também a menos confessada: na minha opinião é que os atenienses, ao multiplicar-se muito, causaram apreensão aos lacedemonianos, obrigando-os assim à guerra” (I, 23, 5-6). Ele não se contenta em contar, em fazer uma crônica, mas quer conhecer a verdadeira causa. Limitando-se aos vinte primeiros anos da Guerra do Peloponeso, até o verão de 411, Tucídides também faz o processo dos homens políticos que, depois de Péricles, não souberam comandar Atenas nesta guerra difícil, levando-a progressivamente à derrota: homem político e vítima dos cargos que ele aceitou na época de sua estratégia. Tucídides não é somente um excelente historiador da guerra, é também um observador atento das práticas políticas de Atenas. Também sua obra histórica se apresenta como uma política retificada, acabada, útil às gerações seguintes. No entanto, mesmo um historiador como Tucídides deve ser utilizado com precaução, e ele o sabe, uma vez que tem a honestidade de prevenir seu leitor sobre o modo como ele redigiu os discursos frequentemente relacionados em estilo direto: “Acrescento que, tratando-se dos discursos pronunciados por uns e por outros, seja justamente antes ou durante a guerra, era bem difícil reproduzir o próprio teor deles com exatidão, tanto para mim, quando os tinha pessoalmente ouvido, como para qualquer outro que me tivesse contado esses discursos desta ou daquela procedência: expressei o que na minha opinião eles poderiam ter dito, aquilo que correspondia da melhor maneira à situação, mantendo-me, para o pensamento geral, o mais perto possível das palavras realmente pronunciadas: tal é o conteúdo dos discursos” (I, 22, 1). O leitor do começo do século XXI deve prestar atenção a isto: quando ele lê um discurso de Péricles relatado por Tucídides, ele não lê o texto autêntico do discurso pronunciado pelo célebre orador, mas uma construção imaginada por Tucídides, com uma certa defasagem no tempo, isto é, ele conhecia a sequência dos eventos quando recompunha as palavras emprestadas a Péricles ou a algum outro orador enredado na Guerra do Peloponeso. Além disso, como mostra bem Catherine Darbo-Peschanski em “La politique de l'historien: Thucydide historien du présent” (In: *Annales ESC*, mai.-jun./1989, p. 653-675), a superioridade científica geralmente atribuída a Tucídides, talvez venha do rigor de suas críticas, “as fraquezas da política acreditando por contraste as virtudes da história”. “A primeira trai a verdade, acrescenta a autora, e estamos prontos a admitir que a segunda, porque se faz juiz da traição, é capaz de fazer triunfar a verdade; uma fracassa em assegurar o bem da cidade e a denúncia deste fracasso dá toda a sua força de persuasão à outra, quando ela promete uma utilidade eterna”.

Políbio

Para nós, este historiador tem o grande mérito de fazer a ligação entre Roma e a Grécia: nativo de Megalópolis, na Arcádia, e refém aqueu em Roma, ele escreve a história da expansão romana na bacia mediterrânea, desde o começo da intervenção romana na Grécia até a tomada da Numância em 133. Ele quer explicar este triunfo romano que fez sua pátria sofrer e que lhe parece inelutável. Ele também faz uma descrição das instituições romanas, cuja finalidade manifesta é explicar o motivo da vitória de Roma sobre seus adversários gregos. Depoimento valioso, dir-se-á, uma vez que ele permite conhecer o olhar de um grego sobre os fatores da dominação romana. Na realidade, como demonstra Arnaldo Momigliano num belo artigo: "Polybe et Poseidonios" (In: *Sagesse barbares, les limites de l'hellénisation*. Paris, 1979), Políbio é o genuíno protótipo de historiador que jamais se surpreende, ao inverso de Heródoto, que sempre se surpreende: chegado a uma Roma consideravelmente helenizada, ligado por amizade aos dois filhos sobreviventes de Paulo-Emílio, participando assim da vida intelectual do círculo dos Cipíotes, Políbio não procura contemplar Roma à distância e se volta para as antigas virtudes da cidade. A tranquilidade da alma que procura, para o vencido, a contemplação das virtudes do vencedor, não incita a levar adiante as buscas. Portanto, Políbio não diz nada sobre as dissensões no seio da classe romana dirigente e sobre o escândalo das Bacanais; sua apresentação da constituição mista da Roma republicana, verdadeira ficção institucional que fez uma grande parte de sua reputação na época moderna, segundo Momigliano, vem talvez também desta repugnância de colocar os verdadeiros problemas, no caso o dos laços delicados entre Roma e seus aliados. Arnaldo Momigliano lança, pois, uma proposta estimulante: "Se quiserdes saber o que era a Grécia sob o domínio romano, lede Políbio e tudo que pensais poder atribuir a Posidônio (filósofo esteuico do primeiro século aC, discípulo de Panaito e continuador de Políbio para o período seguinte de 146 aC); se quiserdes compreender Roma dominando a Grécia, lede Plauto, Catão e Mommsen".

A história em Roma

Nem sempre a história em Roma foi feita com a preocupação de exatidão, tão cara a Tucídides e a Políbio. Será que César pode mesmo ser considerado historiador, embora faça sobretudo sua própria história para a sua própria glória? Sua intenção apologética é muito incômoda e muitas vezes foi exagerada a exatidão de suas descrições, chegando ao ponto de se buscar este ou aquele lugar e este ou aquele detalhe de batalha, circulando no local das operações militares com o *Comentário à guerra das Gálias* na mão. O que dizer de sua descrição quando sofreu um revés no confronto com Pompeu? Ele sabe passar sorrateiramente por alto o acontecimento para minimizar-lhe a importância. Salústio queria imitar Tucídides, mas

sem ter a imparcialidade dele e nem sempre ocultar seu zelo democrático para atribuir a culpa aos nobres. É verdade que antes de escrever seu *Jugurtha* ele fez um grande esforço de informação, mesmo junto das fontes indígenas durante seu cargo de pretor na África. Tito-Lívio, em seu prefácio, não oculta que ele escreve para glorificar sua pátria. Ele quer perpetuar a lembrança dos feitos gloriosos do primeiro povo do mundo". Por outro lado, a história oferece belos exemplos: "O fruto mais importante e mais salutar do conhecimento da história é que nela se considera toda sorte de exemplos instrutivos colocados em plena luz. Nela se encontra, para si mesmo e para a cidade, modelos a imitar e também feitos vergonhosos a evitar por seu começo e por seu fim". Tácito tem mais qualidades, ele quer buscar as causas e não deter-se nas peripécias. Ele promete escrever sem ódio e sem partido tomado, mas a obra histórica deve guardar a dignidade, portanto não se confia nos *Anais* que contam os fatos brilhantes, deixando de lado os outros. Para ele, a história é um ensinamento moral, como lembra na passagem, já citada, dos *Anais* III, 65.

Não são nossas únicas fontes escritas

É evidente que o estudo sobre os historiadores antigos não deve dar a sensação de que só as obras deles são úteis ao historiador atual que se interessa pela Antiguidade. Limitar-se à obra dos historiadores seria reduzir a história da Grécia ao período clássico e helenístico, visto que Heródoto é o primeiro a fazer obra de historiador na época de Péricles. Para todo o período anterior, é a epopeia e a poesia que podem transmitir algumas indicações, que é preciso tentar interpretar. Ainda se debate para saber se *A Ilíada* e *A Odisseia* descrevem um mundo contemporâneo da guerra de Treia, ou o mundo contemporâneo de Homero, no século VIII ou VII aC. Assim também os autores de comédias, Aristófanes, Menandro e Plauto, não relatam exatamente a vida de seus contemporâneos. Seu papel é fazer rir e, para isto, eles deformam a realidade e acentuam os traços, o que não lhes retira, sem dúvida, todo interesse que o historiador pode ter neles, com a condição de recolocar essas obras em seu justo lugar, em sua relação com o real, o imaginário e o simbólico. Todos os escritos do passado são enriquecedores, cada um à sua maneira, e é certo que a Correspondência de Cícero como a de Plínio o Jovem são minas de informações, pelo menos tão valiosas como muitos escritos históricos. Convém simplesmente abordar cada tipo de documento escrito sabendo qual é sua natureza, sua originalidade e quais as precauções a tomar para utilizá-lo com conhecimento de causa.

As inscrições

Lugar das inscrições na Antiguidade

Podemos ficar surpresos ao observar o lugar considerável que ocupavam as inscrições na Antiguidade, geralmente gravadas em pedra e às vezes em placas ou cha-

pas de bronze. Nosso século XXI é muito mais sobre em documentos do mesmo gênero, com exceção dos cemitérios, de inscrições geralmente muito breves, dos monumentos aos mortos presentes em cada comuna da França desde o fim da Primeira Guerra Mundial, das placas que indicam os nomes de ruas e de inscrições que lembram que este homem ilustre viveu neste ou naquele imóvel e às vezes de ex-votos nas igrejas. As cidades e os santuários antigos estavam atulhados de tais inscrições. As paredes eram cobertas de textos como, por exemplo, a parede polygonal que sustenta o terraço do templo de Apolo em Delfos, sobre a qual se pode ler um milhar de atos de alforria de escravos. Às vezes a mesma pedra servia para gravar sucessivamente vários textos: de um lado, um texto grego, do outro um texto latino, em locais em que duas culturas se impuseram uma após a outra.

A abundância de inscrições

Averiguada no quadro da vida dos antigos, a abundância das inscrições não significa absolutamente que os arquivos da cidade estavam na praça pública ou na rua. Alguns textos são muito explícitos sobre esta distinção entre as cópias depositadas nos arquivos e as estelas colocadas na cidade ou num santuário: uma grande inscrição encontrada na Ambrácia, recentemente publicada (CABANES, P. & ANDREOU, J. "Le règlement frontalier entre les cités d'Ambracie et de Charadros". In: *BCH*, 109, 1985, p. 409-544 e 754-757), distingue bem as estelas que as duas cidades deixaram em seu respectivo santuário, depois as estelas de bronze colocadas no santuário de Zeus Olímpios em Élis e naquele de Apolo Kardoios em Larissa, estelas redigidas exatamente como na Ambrácia e em Caradros. Enfim, as duas cidades depositam cópias nos arquivos (*grammatophylakeion*, isto é, o lugar onde se guardam os escritos). Esses textos depositados nos arquivos estavam escritos em papiros ou pergaminhos. A aceitação dos arquivos é também a função do *Tabularium* que domina o Fórum republicano em Roma sobre a vertente do Capitólio. Por conseguinte, é preciso buscar uma outra função para as inúmeras estelas que atulhavam cidades e santuários antigos.

Elas não são equivalentes aos nossos anúncios

Os antigos também tinham uma afixação temporária que era feita sobre tabuinhas ou painéis, pintados de branco (*album* em latim, *leukôma* em grego) e que permitiam levar ao conhecimento do público a lista dos cidadãos chamados a servir na próxima campanha militar (como se pode ver na comédia de Aristófanes, *A paz*, 1179-1190, onde o Corifeu lamenta que os camponeses sejam inscritos na lista, mais frequentemente do que seria a vez deles: "Eis um cidadão que não comprou víveres; ele ignorava que devia partir. Depois, plantado diante da estátua de Pandion, ele viu seu nome na lista e, não sabendo o que pensar desta desgraça, correu

com o olhar úmido. Eis como eles nos tratam, nós os camponeses: com os da cidade eles não usam tanto mal, esses que abandonam os escudos diante dos deuses e dos homens") ou uma outra decisão de interesse geral. A gravura sobre pedra tem um outro objetivo, ela é uma publicidade universal e durável. Por isso são particularmente buscados os lugares mais frequentados, como os santuários pan-helênicos, as praças públicas, a vizinhança dos templos nas cidades, a entrada dos teatros. É isto também que explica a abundância das inscrições honoríficas destinadas a louvar os méritos deste ou daquele benfeitor público. O *evergeta* depende disto: que sua generosidade seja conhecida e que a lembrança de seus favores se perpetue muito além de sua própria vida.

A inscrição é um testemunho direto

A inscrição apresenta o interesse de ser quase sempre um documento primário, um testemunho direto que nos chega sem intermediário, à diferença das fontes literárias transmitidas por manuscritos recopiados uns sobre os outros durante séculos. O gravador, o lapicida, é o único intermediário que recopia o modelo manuscrito que lhe é entregue por um magistrado ou por um particular. Consequentemente, o risco de erro é muito reduzido. O leitor de uma inscrição tem pois conhecimento direto do texto gravado no século V ou no século III aC, e às vezes até numa data bem mais remota. Os textos do Linear B, que tanto interessaram os especialistas da época micênica há quarenta anos, são essencialmente escritos sobre ladrilhos de argila que foram cozidos no incêndio dos palácios e que assim foram conservados intactos, enquanto que as contas que eles trazem eram destinadas a ser apagadas no ano seguinte para estabelecer novos inventários. É de fato uma transmissão direta através dos séculos e o descobridor de uma inscrição nova experimenta uma sensação de curiosidade intensa e de grande alegria ao decifrar o nome de uma nova comunidade cívica ou étnica, da qual nenhum texto literário ou epigráfico jamais havia falado e que, graças a esta pedra ou a esta placa de bronze, recobra vida depois de dois milênios de esquecimento.

O documento epigráfico é fonte de uma renovação constante da história da Antiguidade. Como dizia Louis Robert: "A epigrafia traz à história antiga um frescor sempre renovado; ela luta contra a aridez das discussões sem fim sobre textos malaxados há quatro séculos" (In: SAMARAN, Ch. *L'Histoire et ses méthodes*. Paris, 1961, p. 462 [Coll. La Pléiade]). A contribuição das inscrições para a história da Antiguidade é considerável e muito diversa. Elas fornecem muitos elementos que nos faltavam sobre a história política, fazendo chegar diretamente até nós textos de leis e de decretos, tratados que regulam as relações entre duas ou mais comunidades, dando a conhecer as instituições de muitos Estados que os textos literários passam totalmente sob silêncio. Mas é certamente a história social que mais é beneficiada com essas inscrições, porque elas fazem as cidades viver em seu cotidiana-

no, revelam as tensões, valorizam as transformações, seja sob a forma de atos de alforria que indicam os caminhos de acesso à liberdade, mas também o direito de propriedade do chefe único de família ou de todos os familiares, ou sob a forma de decretos honoríficos que cantam os louvores de cidadãos ricos, protetores de sua cidade e de seus concidadãos (cf. texto enquadrado, abaixo).

A diversidade das inscrições

As leis e decretos

Podem ser, neste caso, tratados de paz e de aliança, de fusão entre duas comunidades ou de arbitragem entre duas coletividades em conflito. Mais tarde podem ser assimilados a este mesmo tipo de documentos públicos as cartas reais e imperiais que têm normalmente valor de leis, as prestações de contas de um reinado como as *Res Gestae* de Augusto em Ancara, a tabela de Diocleciano fixando o preço máximo dos alimentos e dos salários, além dos numerosíssimos decretos honoríficos que têm, em particular em Atenas, uma composição bem estruturada e sempre idêntica que é bom conhecer (cf. texto enquadrado, p. 78-80).

Os documentos religiosos

Também neste caso encontramos uma grande diversidade de textos: dedicações a uma divindade, ex-votos, regulamentos religiosos ou referentes aos bens do santuário, instituições de novas festas, contas e inventários de templos, listas de *teodorocos* (que recebem os teoros, enviados por um santuário, nas cidades e Estados por onde passam), inscrições agonísticas, inscrições oraculares (as mais interessantes são as que encontramos sobre as lamelas de chumbo no santuário de Dodona, pois em Delfos as questões deviam estar escritas sobre um material que não permitiu sua conservação).

O aporte das inscrições

Alguns exemplos precisos podem permitir que se avalie o aporte das inscrições em diversos domínios:

1) A chapa claudiana de Lião (48 dC)

"Sem dúvida, esta foi uma iniciativa ousada, tomada por meu tio-avô materno, o divino Augusto, e meu tio Tibério César, quando quiseram que toda flor das colônias e dos municípios, de qualquer região que fosse, tratando-se, é claro, de personalidades honráveis e ricas, pudessem entrar nesta cúria. E então? Então um senador italiano não deve ser preferido a um provincial? Logo que eu chegar, terei de vos fazer aprovar esta parte de minha censura, exprimir-vos sobre este ponto a minha opinião. Mas não creio que seja preciso recusar os provinciais, contanto que eles possam honrar a cúria."

Vede esta tão distinta e tão poderosa colônia dos vienenses, que há muito tempo já forneceram senadores a esta cúria! É desta colônia que vem Lucius Vestinus que honra mais do que muitos a ordem equestre, que eu amo com profunda afeição e que mantenho atualmente aos meus serviços. Possam, eu vos suplico, seus filhos aceder ao primeiro grau dos sacerdotes, a fim de chegar, mais tarde, com os anos, à elevação de sua dignidade...

É agora o momento, Tibério César Germânico, de revelar aos Senadores romanos o fim de teu discurso, porque já chegaste aos limites extremos da Gália narbonense.

Vede todos esses jovens brilhantes que estão diante de meus olhos! Não há mais razão de lastimar vê-los senadores do que lastimar ver Persicus, de tão grande nobreza e meu amigo, ler entre os retratos de seus ancestrais o nome de Alobrógico. E se aprovais que seja assim, o que desejais do outro senão que vos aponte com o dedo que o próprio solo que se encontra além da narbonense vos envie já senadores, uma vez que a partir de agora temos na nossa ordem personalidades de Lião, cuja presença não temos de lastimar? Timidamente, sem dúvida, Senadores romanos, ultrapassei os limites provinciais que vos são costumeiros e familiares, mas é abertamente que deve agora ser defendida a causa da Gália cabeluda (parte da Gália onde os habitantes usavam cabelos longos). E se consideramos que seus habitantes durante dez anos fizeram guerra ao divino Júlio (César), também devemos considerar seus cem anos de inmutável fidelidade e obediência, mais do que comprovada, em numerosas circunstâncias críticas para nós. Quando meu pai Druso subjugava a Germânia, eles lhe asseguraram uma paz garantida com sua calma e a segurança em suas retaguardas, e isto no exato momento em que a guerra o desviava do recenseamento, operação então nova e insólita para os gauleses" (linhas 41-78).

Esta bela inscrição latina numa chapa de bronze, conservada no Museu galo-romano de Fourvière, oferece um testemunho vivo da decisão do Imperador Cláudio, de permitir que habitantes da Gália cabeluda, já cidadãos romanos, se tornassem senadores, apesar das reticências do Senado conservador. O texto deve ser confrontado com Tácito, *Annals*, XI, 23-25.

2) Decretos da comunidade dos balaitas

"Durante a pritania de Bion, filho de Kleigenês, no dia 18 do mês Psydreus, o tesoureiro Aristên, filho de Exakios, tendo contado aos Anciãos (*presbyteroi*) e à Assembleia (*ekklesia*) (para mostrar) que o *peripolarco* Aristên, filho de Parmên, prestou aos balaitas muitos serviços, os balaitas quiseram coroar o *peripolarco* Aristên, filho de Parmên, com uma coroa de ouro no valor de cinco peças de ouro por sua valentia e seu devotamento. O *peripolarco* Aristên, filho de Parmên, tendo testemunhado seu reconhecimento aos balaitas pelo privilégio que lhe foi conferido e tendo em troca coroadado a comunidade (*koinon*) dos balaitas com a mesma coroa, aprouve aos balaitas que o decreto fosse transcrito numa placa de bronze e que ela fosse colocada num local bem visível por causa dos serviços anteriores que ele havia prestado, que ele e seus descendentes tomassem parte nas questões comuns e também tomassem parte nas questões comuns seus secretários (*grammateis*) Parmên filho de Teisarcos e Boulos filho de Abaios".

Esta inscrição do século II aC, gravada numa placa de bronze encontrada na região de Fieri, na Albânia, na vizinhança de Apolônia e da comunidade dos bilionos, é o único documento que revela a existência deste pequeno Estado, desta comunidade ou *koinon* dos balaitas que possui toda uma organização estatal: um Conselho dos Anciãos, uma Assembleia popular, magistrados: o príncipe epônimo, o tesoureiro, o que supõe receitas provenientes de

impostos para suprir as despesas. Entre essas despesas, esta coroa de ouro destinada a prestar homenagem a um *peripolarco*, isto é, um oficial comandante do destacamento de soldados patrulheiros que deve ser aqui como um mercenário estrangelo ao serviço do *koinon* dos balaitas, pois, no segundo decreto, os balaitas lhe concedem o direito de participar nas questões comuns: ele recebe o equivalente a um direito de cidade entre os balaitas.

Os documentos privados

Pensa-se em particular nos atos de alforria de escravos, que são muitas vezes também atos religiosos gravados num santuário para garantir melhor o caráter irrevogável da decisão. Mas também é preciso acrescentar as contas, por exemplo as tabuletas dos palácios micênicos no Linear B.

As inscrições funerárias ou epitáfios

Às vezes muito breves, às vezes muito poéticas, elas cantam a atividade do defunto em vida ou manifestam seu pesar por ter deixado esta terra.

Os graffiti

Eles são inscritos desajeitadamente por particulares nos locais mais inesperados, como esta inscrição do começo do século VI aC, gravada por mercenários gregos a serviço de Psamético II sobre a perna esquerda de um colosso de Abu Simbel no alto vale do Nilo, ou como essas inscrições de marinheiros perdidos no Mar Jônio sobre as rochas dos montes Acroceráunios no lugar chamado Gramata e, perto de Otranto, em grutas costeiras (cf. texto enquadrado, p. 81-82).

A dificuldade de sua utilização

A decifração de uma inscrição

Isto nem sempre é coisa fácil. Os suportes (pedra, bronze, chumbo, ladrilho) sofreram mais ou menos no curso dos séculos: alguns foram quebrados, letras foram apagadas. Cabe, portanto, ao epigrafista todo um trabalho minucioso, em particular quando é necessário reconstituir partes do texto que faltam. É claro que quando se trata de nomes próprios, de pessoas ou de lugares, a reconstituição é na maioria das vezes impossível. Em compensação, para fórmulas correntes nas inscrições, a utilização de paralelos, isto é, a comparação com documentos do mesmo gênero, pode permitir a reconstituição da fórmula que falta, mas não se deve esquecer que os gregos, mais do que os romanos, têm uma certa fantasia no emprego das fórmulas jurídicas. O estereótipo jamais é universal. É verdade que, ao inverso, a epigrafia grega é mais simples pelo fato do não uso de abreviações, enquanto que a epigrafia latina usa sistematicamente as abreviaturas.

Titulatura imperial e carreira senatorial

Este tipo de inscrições é próprio do mundo romano, mas podem, sem dúvida, ser transcritas em grego na parte oriental do Império. Elas são extremamente interessantes para o estudo das instituições imperiais e do *cursus honorum* da carreira dos senadores romanos.

Nero (54-68)

Nero Claudius, filho (por adoção) do divino Cláudio, neto de Germanicus César, bisneto de Tibério César Augusto, tataraneto do divino Augusto, César Augusto Germanicus, sumo Pontífice, dotado do poder tribunicio pela XI vez, Imperador, pela IX vez, senador da pátria, cônsul pela quarta vez, no XV dia das calendas de julho, Aulus Licinius Nerva Silianus e Publius Pasidienus Firmus sendo cônsules (sufetes).

S. Dusanic, *Germania* 56, 1978, p. 461-475 (AE, 1978, 658) Negoslavci (Panônia int.) perto de Vukovar (Croácia) 17 de junho 65.

Cursus honorum na ordem direta

A Tiberius Julius Celsus Polemaeanus, filho de Tiberius, cônsul, procônsul da Ásia, Tiberius Julius Aquila levantou (este monumento).

(Dedicado a) Tiberius Julius, filho de Tiberius da tribo Cornelia, Celsus Polemaeanus, cônsul, procônsul da Ásia, tribuno da terceira legião Cirenaica, admitido à categoria dos anciãos edis pelo divino Vespasiano, pretor do povo romano, legado dos divinos Vespasianos e Titus para a província da Capadócia, Galácia, Ponto, Pisídia, Paflagônia, Armênia Menor, legado do divino Titus da quarta legião da Cítia, procônsul do Ponto-Bitínia, prefeito do tesouro militar, legado de Augusto propretor da província da Cilícia, membro do colégio sacerdotal dos *quindecim-viri sacri facundis*, curador dos templos e das obras e lugares do povo romano; Tiberius Julius Aquila Polemaeanus, cônsul (honrou) seu pai. Os herdeiros de Aquila terminaram (o monumento).

R. Heberdey, *JOEAI*, 7, 1904, Beib. col. 56 (AE 1904, 99); *IVE*, VII, 2, 5103. Éfeso.

Esse personagem, nascido na ordem equestre, sem dúvida em Sardes, prestou seu serviço militar como tribuno militar (69-70) e é Vespasiano que o admite ao Senado como *adlectus inter aedilicios*; sua carreira é em seguida mais lenta: pretor em 75 ou 76, legado pretoriano da província de Capadócia-Galácia em 78/79, legado da IV legião da Cítia em 80/82, procônsul do Ponto-Bitínia ca. 83/84, prefeito do tesouro militar ca. 85/87, legado da província de Cilícia ca. 88/89-90/91, cônsul sufoete em maio 92, ele permanece em Roma para gerir uma curatela, depois obtém enfim o proconsulado da província da Ásia. Com exceção do consulado e do proconsulado da Ásia, sua carreira é traçada seguindo a ordem cronológica, do começo ao fim de sua vida.

Cursus de Plínio o Jovem, apresentado na ordem inversa:

Caius Plinius, filho de Lucius, da tribo Oufentina, Caecilius Secundus, - cônsul - áugure, - legado propretor da província do Ponto-Bitínia com poder consular enviado a esta província com o assentimento do Senado pelo Imperador César Nerva Trajano Augusto Germanicus Dacicus, pai da pátria - curador do leito do Tibre, das margens e dos esgotos da Cidade - prefeito do tesouro de Saturno - prefeito do tesouro militar - pretor - tribuno da plebe - questor do imperador - *sevir* dos cavaleiros romanos - tribuno militar da III legião Gálica - de-

todo ano, reúne todos os textos novos publicados e presta assim grandes serviços. Para a epigrafia latina, *L'Année épigraphique* desempenha um papel semelhante, e sua consulta é indispensável para se ter certeza de não esquecer textos novos.

O tratado romano-etoliano de 212 aC

Segundo Políbio, XI, 5-18: (O rodiano Trásícrates interveio diante da assembleia dos etolianos em 207): "Considerai, pois, o erro no qual caístes. Dizeis que fazeis a guerra a Filipe para o bem dos gregos e para que, salvos por vós, eles não tenham mais que obedecer a ele? Mas na verdade combateis para subjugar e arruinar a Grécia. É exatamente isto que preveem as cláusulas de vosso tratado com os romanos, um tratado que de início não foi mais do que um texto, mas que hoje se vê traduzir em fatos. Antes, só havia este texto para vos envergonhar, mas agora há atos que puseram a coisa em plena luz, aos olhos de todos. De mais a mais, Filipe é apenas um nome que serve de pretexto à guerra, porque a ele não foi feito nenhum mal. Mas como ele tem como aliados a maioria dos peloponeses, beócios, focídios, eubeus, locrianos, tessalônicos e epirotas, é contra esses povos que concluístes vosso tratado, que prevê que o despojo, pessoas e bens mobiliários, cabe aos romanos, e as próprias cidades, com seu território, aos etolianos. Se vos acontecesse tomar uma cidade sozinhos, não permitiríeis exercer violências sobre a população livre nem incendiar as construções, porque uma conduta como esta vos pareceria feroz e digna dos bárbaros. Ora, concluístes um tratado pelo qual entregais todos os outros gregos aos ultrajes e às violências mais ignominiosas. Isto, não se soube de antemão. Mas hoje, depois do que aconteceu às pessoas de Oreo e aos infelizes eginetas, aparecem tais como sois aos olhos de todos e se diria que a Fortuna expõe de propósito em plena cena vossa cegueira. Tal foi o começo de vossa guerra e tal foi, até o presente, o curso que ela seguiu. E quanto ao resultado final, se tudo se passar como desejais, com que devemos então contar? Não marcará ele para a Grécia o começo de provas extremamente penosas?"

Segundo Tito-Lívio, XXVI, 24, 8-15: "Foram redigidas, portanto, as condições nas quais os etolianos se tornariam os amigos e os aliados do povo romano [...]: os etolianos fariam imediatamente a guerra contra Filipe em terra. O romano os ajudaria com vinte e cinco quinhentares pelo menos. Nas cidades conquistadas, da Etólia até a Corcira, solo, casas, muros e território pertenceriam aos etolianos, todo o resto dos despojos ao povo romano, e os romanos se esforçariam para assegurar aos etolianos a Acarnânia. Se os etolianos fizessem a paz com Filipe, eles inscreveriam no tratado que esta paz seria ratificada somente quando Filipe tivesse cessado de combater os romanos, seus aliados e as pessoas colocadas sob sua dependência. Da mesma forma, se o povo romano concluísse um tratado com o rei, ele se precaveria de deixar-lhes o direito de atacar os etolianos e os aliados deles. Foi esta a convenção, e seu texto foi depositado, dois anos depois, em Olímpia pelos etolianos, e no Capitólio pelos romanos, para ser atestado por essas inscrições consagradas".

Inscrição encontrada em Thyreion na Acarnânia, IG IX 241: "[...] que contra todos aqueles (isto é os povos e cidades, aliados de Filipe, anteriormente designados) os magistrados dos etolianos comecem imediatamente a guerra, como isto pretende ser feito. Se os romanos tomam à força algumas cidades desses povos, que pelo povo romano seja permiti-

cênviro para julgar os processos, por testamento ordenou atribuir às terras x sestércios, para complementos em vista da decoração 300.000, e além disso para a manutenção 200.000 sestércios, do mesmo modo legou à coletividade para nutrir seus alforriados 1.800.000 sestércios e 66.666 sestércios cujos lucros serviriam para a refeição da plebe urbana; ainda em vida deu para uma fundação alimentar dos meninos e das meninas da plebe urbana 500.000 sestércios, como também para uma biblioteca, e para sua manutenção 100.000 sestércios.

CIL V 5262, Cosme em Transpadano.

L. Caecilius Secundus, que se tornou pela adoção de seu tio materno, C. Plinius Secundus, chamado Plínio o Velho, Caius Plinius, filho de Lucius (seu pai biológico), Caecilius Secundus, começou sua carreira exercendo um dos cargos do vigintivirato, sendo um dos *decemviri stlitibus iudicandis* que julgam as contestações relativas ao estado civil dos cidadãos, depois prestou seu serviço militar como tribuno militar na Síria, na terceira legião Gálica (em 81), voltou a Roma como *sevir equitum romanorum*, isto é, chefe de um dos seis esquadrões (*turmae*) de cavaleiros romanos, o que é sobretudo um cargo honorífico; tornou-se questor em 89 ou 90 e entrou no Senado no fim de sua questura, depois tribuno da plebe em 91 e pretor em 93; prefeito do tesouro militar de 94 a 96 ou de 95 a 97, ele se tornou sob Trajano *praefectus aerarii Saturni* (99-100), depois cônsul suíte por dois ou três meses, foi augure em 103 ou 104, em 105 *curator alvei Tiberis et riparum et cloacarum urbis*; recebe, enfim, uma missão extraordinária como *legatus pro praetore Ponti et Bithyniae consulari potestate*, numa província que era até aquele momento senatorial, daí a menção do assentimento do senado. Ele morreu no cargo em 113. A inscrição termina com a enumeração de suas generosidades, por testamento e em vida, que se assemelham inteiramente às práticas dos evergetas do Oriente Grego.

Dificuldade também devida à dispersão das inscrições

Algumas permanecem inéditas durante muito tempo depois de sua descoberta, o que é prejuízo para a ciência, mas muitas delas são publicadas principalmente em revistas de pouca difusão. Por isso foram feitos esforços para fazer a publicação de *Corpus* de inscrições, isto é, de coletâneas epigráficas, como havia feito, no século XIX, a Academia de Berlim publicando os volumes das *Inscriptiones graecae*. Hoje este trabalho prossegue, frequentemente através de publicações regionais ou nacionais. Mas esses volumes dão necessariamente o conjunto das inscrições conhecidas no momento da redação do volume; as atualizações ou as reedições não são simples de fazer. É por isso que existem outros recursos que permitem responder a esta lacuna: é o trabalho feito durante quarenta e cinco anos por Jeanne e Louis Robert no *Bulletin épigraphique*, publicado na *Revue des Études grecques* e prosseguido por uma equipe de epigrafistas. Este boletim pretende ser crítico, portanto não se contenta em assinalar as inscrições novas publicadas, mas propõe novas leituras, correções, reconstituições. O *Supplementum epigraphicum graecum*, que também aparece

do ao povo dos etolianos ter essas cidades e esses territórios; o que, exceto as cidades e os territórios, os romanos tomarão (isto é o despojo móvel) que os romanos o tenham. Se os romanos e os etolianos tomam juntos algumas dessas cidades, que seja permitido pelo povo romano aos etolianos ter essas cidades e esses territórios; o que, exceto as cidades, eles tomam, que isto seja comum a um e ao outro. Se algumas dessas cidades passam para o campo dos romanos ou dos etolianos, ou se entreguem a eles, que pelo povo romano seja permitido aos etolianos receber em sua comunidade política esses homens, essas cidades e esses territórios (todos eles permanecendo) autônomos".

Interpretação do tratado romano-etoliano em 197 (Políbio, XVIII, 38, 1-9): "Filipe (V) declarou que aceitava todas as condições anteriormente propostas pelos romanos e seus aliados, que faria o que se exigia dele e que, de resto, ele se conformaria com o Senado. A essas palavras, todos os delegados permaneceram em silêncio, exceto o representante dos etolianos, Faineias, que exclamou: 'E por que então, Filipe, não nos entregas Larissa, Cremaste, Farsália, Tebas de Ftíótida e Equinos?' Filipe respondeu-lhe então que tinha de tomá-las, mas Flaminíus declarou que não se tratava disto, com exceção de Tebas de Ftíótida. Porque, diz-ele, quando ele chegou diante desta cidade e convidou-a a 'entregar-se à fé' dos romanos, ela havia recusado fazê-lo. Por isso, agora, ela se encontrava em seu poder e, segundo o direito de guerra, ele era livre para dispor dela segundo sua vontade. Como Faineias se indignava e assegurava que as cidades que outrora tinham feito parte da Confederação deviam voltar aos etolianos, primeiro porque estes tinham tomado parte na atual guerra do lado dos romanos, e depois em virtude de seu antigo tratado de aliança, nos termos do qual os bens tomados ao inimigo caberiam aos romanos e as próprias cidades aos etolianos, Flaminíus replicou que ele estava errado tanto sobre um como sobre o outro ponto. O tratado de aliança, diz ele, tinha sido abolido, desde o momento em que, abandonando os romanos, os etolianos haviam tratado com Filipe; e, supondo que ele subsistisse, estes tinham o direito de recobrar e de ocupar não as cidades que se haviam sujeitado voluntariamente aos romanos, como era o caso de todas as cidades da Tessália, mas somente aquelas que haviam sido tomadas por viva força".

Este conjunto de textos refere-se precisamente ao mesmo tratado entre romanos e etolianos, concluído em 212, no momento em que Roma, em combate com Aníbal, busca aliados na Grécia para sustentar a primeira guerra da Macedônia contra Filipe V. Antes do achado, por P.M. Fraser, desta inscrição em Thyreion, na Acarnânia, o tratado não era conhecido, a não ser por fontes literárias, sobretudo Políbio, muitas vezes retomado por Tito-Lívio. No primeiro texto, Políbio recompôs o discurso do enviado rodiano na Etólia. Ele precisa bem que o tratado prevê a partilha: aos etolianos cidades e territórios e aos romanos o despojo (pessoas e bens móveis). É possível que Políbio tenha apresentado, no livro VIII ou IX, o tratado, mas essas passagens estão perdidas e Tito-Lívio pôde inspirar-se nelas. A passagem de Tito-Lívio dá um resumo preciso do tratado, prevendo especialmente a proibição de paz separada. Chega então a inscrição incompleta, que parece uma tradução de um original latino em dialeto etoliano; o texto atenua o rigor da partilha apresentada por Políbio e Tito-Lívio: sempre se distinguem as conquistas de territórios e o despojo e, em todos os casos, cidades e territórios conquistados são atribuídos aos etolianos; mas também se distinguem as operações comandadas exclusivamente pelos romanos e as que foram comandadas conjuntamente por romanos e etolianos. Neste último caso, ação comum dos romanos e etolianos, o despojo é comum aos dois beligerantes, o que deve traduzir-se por uma partilha. Será que

esta oposição entre a inscrição, mais atenuada, e as afirmações de Políbio e de Tito-Lívio corresponde a dois estados sucessivos do acordo: um primeiro retomado por Políbio e Tito-Lívio e um segundo, emendado num sentido favorável aos etolianos que figuraria na inscrição? É uma explicação possível. O último texto de Políbio se situa depois que os etolianos aceitaram uma paz separada com Filipe V (paz de Naupacto em 206). Flaminíus considera que o tratado caducou, mas admite a hipótese segundo a qual seria ainda válido e lá as condições entre o fim do texto epigráfico e a última frase de Políbio são reais. Poderíamos, com efeito, pensar que os etolianos estão em seu direito ao reclamar essas cidades tessalicas, segundo a inscrição. Será então preciso distinguir as cidades que se uniram aos romanos-etolianos no curso da guerra e aquelas que só se renderam depois da vitória romana em Cinoscéfalos, essas últimas caindo na categoria de cidades vencidas sujeitas à lei do vencedor? Talvez, mas sente-se a dificuldade de harmonizar essas diferentes fontes. Aparecem também as numerosas questões levantadas por este achado epigráfico confrontado com a tradição literária (cf., por último, DREYER, B. *ZPE* 140-2002, p. 33-39).

É evidente que a comparação dos textos literários com inscrições que tratam dos mesmos assuntos é muito interessante, pois aumenta consideravelmente nossa informação, mas também e sobretudo ela permite verificar a credibilidade dos autores, na medida em que o documento epigráfico nos transmite, sem intermediário, a decisão tomada pela Assembleia ou por algum outro órgão do governo; esta comparação constitui um excelente teste da seriedade dos autores antigos, como mostra o exemplo do tratado romano-etoliano de 212 aC (cf. texto enquadrado, p. 87-88).

A papirologia

Esta disciplina também trata de documentos escritos, o que a assemelha às duas precedentes, mas ela depende ainda mais de especialistas, em razão da variedade de escritas utilizadas: hieróglifos, escrita demótica, aramaica, dialetos coptas e árabe. Uma boa parte, porém, está em grego ou em latim, e é destes documentos que vamos tratar aqui, sendo o grego muito mais frequente do que o latim. O suporte vegetal só foi conservado nas regiões mais secas do Egito, mas também foram encontrados papiros em Herculano, protegidos pela camada de lodo que recobriu a cidade por ocasião da erupção de 79. À diferença da grande maioria das inscrições gravadas, para dar uma publicidade durável ao seu conteúdo, os papiros nos conservam escritos da vida cotidiana, destinados a ser destruídos rapidamente, muitas vezes muito mais simples do que os decretos honoríficos.

Os papiros literários

Eles fornecem numerosos fragmentos dos autores antigos, desde os poemas homéricos até Demóstenes, Eurípides, Platão, etc., mas nem sempre de melhor

qualidade que os manuscritos da Idade Média, de tal sorte que as faltas parecem remendar quase às origens da obra. Mas eles nos entregaram, e isto é muito mais interessante, obras inteiras que estavam completamente perdidas. O exemplo mais notável é sem dúvida a *Constituição dos Atenenses*, de Aristóteles, que só ficou conhecida em 1891, quando foi publicado um papiro conservado no *British Museum*: o texto está escrito no verso das contas de um fazendeiro datadas do décimo primeiro ano do Imperador Vespasiano (78/79). Trata-se, portanto, de uma cópia do fim do século I de nossa era. Um papiro do museu egípcio de Berlim, de duas páginas mutiladas, só apresenta variantes de pouca importância. Esta publicação renovou em grande parte o estudo das instituições atenienses. Muitos outros textos foram encontrados graças a papíros, principalmente textos bíblicos. Enfim, muitos textos permanecem anônimos, e fala-se, por exemplo, dos *Helênicos*, de Oxirrinco, sem poder ainda atribuí-los a um autor preciso (Éforo, Teopompo?).

Os papíros documentais

Embora sem pretensão intelectual, eles trazem uma grande quantidade de informações sobre a vida cotidiana dos egípcio-gregos do período que vai de Alexandre o Grande até a conquista árabe. A série mais completa é certamente o conjunto dos papíros de Zenon, encontrado pouco antes da Primeira Guerra Mundial por escavadores clandestinos, nas proximidades da necrópole de Filadélfia, o que ocasionou uma dispersão deplorável desses arquivos privados, que constituíam um conjunto absolutamente único. Vindo ao Egito de sua cidade natal, Caunos de Cária, Zenon é chamado para prestar serviço a Apolônio, dioeceta (encarregado das finanças) de Ptolomeu II Filadelfo, a partir de 261. Ele cumpre várias missões na Síria e Fenícia, depois acompanha Apolônio nos nomos do Egito. Em 256, é colocado como chefe do domínio (a *dôrea*) cuja posse o rei acaba por conceder a seu ministro no oásis do Fayum, ao oeste do vale do Nilo, perto da nova fundação de Filadélfia. Durante nove anos, Zenon representa Apolônio em Filadélfia, cuida das questões agrícolas, vela pelos conflitos sociais, classifica metodicamente letras, recibos, borderôs, registros cotidianos, contas. Paralelamente, Zenon desenvolve seus próprios negócios e controla suas contas privadas. Em 248, ele deixa Apolônio que parece da cena política um pouco depois da morte de Ptolomeu II; a *dôrea* é liquidada em 243 e o último documento datado, relativo a Zenon, é de 14 de fevereiro de 229. Os arquivos de Zenon cobrem portanto trinta e dois anos (261-229). Pode-se perceber, através desta documentação, um momento da "bela época" do sistema lágido, na qual a colonização é estabelecida e começa a exploração do país que é feita com uma burocracia onipresente que vigia com rigoroso sistema fiscal (cf. texto enquadrado, p. 87-88).

Estariamos equivocados se limitássemos a contribuição da papirologia a esses arquivos de Zenon, por interessantes que sejam. Existem séries importantes de papíros até a conquista árabe: assim, em meados do século IV, o dossiê de Flavius Abinnaeus, prefeito militar do campo de Dionísia, na fronteira noroeste do Fayum; para o século VI, o de uma família de grandes proprietários, os Apions. Em papirologia, como em epigrafia, o mais necessário é reagrupar num *Corpus* os papíros hoje dispersos entre proprietários diferentes, mas relativos aos mesmos arquivos. É através dessas compilações que é possível, não só desenvolver o exemplo particular cheio de sabor e de vida, mas também, e com muita modéstia, em razão da fraca porcentagem de papíros até agora encontrados, grandes sínteses nutridas do conhecimento de uma quantidade de papíros como *L'Économie royale des Lagides*, de Claire Préaux, Bruxelas, 1939.

Contrato de arrendamento (256)

"No 30º ano do reinado de Ptolomeu, filho de Ptolomeu Soter, Alexandre, filho de Leônidas, sendo Prepusa, filha de Demétrio, sacerdotisa de Alexandre e dos deuses adelfos, senão canéforo de Arsínoe Filadelfo, no mês de Panemos, ou à maneira egípcia o dia 10 Epeigh, Hegesarcos, filho de Teopompos, Teopompos, filho de Hegesarcos e Nicodemos, filho de Hegesarcos, todos os três macedônios de descendência, alugaram, por um ano, de Zenon, filho de Agreofon de Caunos, a serviço do dioeceta Apolônio em Filadélfia, no nomo Arsinoíta, 100 *aroures* de terra arável na terceira bacia que se estende do norte ao sul, contra um aluguel em frumento de 7 1/8 *artabas* (a *artabe* é uma medida de capacidade que corresponde mais ou menos a 40 litros) por *aroure* (*aroure* = 2 756m²), com garantia contra todo risco e não suscetível de abatimento, seja qual for. Uma meia-artabe será dada por *aroure* a título de semente para a terra de trigo e uma quantidade proporcional para a terra de cevada, uma artabe de cevada para cada *aroure*, a fim de cobrir os gastos, uma meia-artabe de cevada para a sacha e, para cortar o mato, caso se encontrem matagais, o tanto que parecer conveniente para cada *aroure*. Hegesarcos, Teopompos e Nicodemos medirão o grão destinado ao aluguel ao "tesouro" (= beiro) de Filadélfia, segundo o edito, sobre a colheita do trigo, no mês de Daisios do 31º ano, assim como o grão que terão recebido para a semente, a sachadura e para cobrir os gastos, e toda soma que eles teriam emprestado para o sematamento ou o grão (que eles teriam emprestado) em lugar deste dinheiro, o trigo à taxa de uma artabe para uma dracma, dois óbolos de cobre, e a cevada a uma taxa correspondente. Hegesarcos, Teopompos e Nicodemos semearão os dois terços do terreno que alugaram em trigo e o outro terço em cevada. Se eles não cumprirem os compromissos que assumiram por escrito, Zenon está livre para alugar a terra a outros. Por toda redução de renda de Apolônio, cuja causa serão eles, devido a seus atrasos no que diz respeito ao aluguel e aos empréstimos, eles terão de pagar a Zenon imediatamente, com uma majoração da metade, e Zenon ou seus representantes terão o direito de executar sobre eles e sobre suas cauções e sobre todos os bens, tanto de um como de todos, como em matéria de dívidas para com o tesouro real. Cauções para o pagamento das obrigações do contrato: os contratantes um pelo outro e Amônios, filho de Theon de Cirene, para as obrigações subsidiárias. O presente ato será válido onde quer que for apresentado.

Testemunhas: Damis, filho de Cleon, e Sostratos, filho de Cleon, ambos helenos; Teopompos, filho de Aristion, tessaliano, médico; Diodoro, filho de Zopiros, de Magnésia, a serviço do dioeceta Apolônio; Agatheinos, filho de Pirro de Cirene, para as obrigações subsidiárias; Anosis, filho de Totorcholis, saíta, comogramata (= escriba do vilarejo) de Filadélfia. Garantia do contrato: Damis".

Pode-se ver, através deste contrato, as cláusulas bem duras impostas aos arrendatários: eles devem, cada ano, pagar a renda (7 1/8 artabes de trigo por arore = cerca de 10 quintais [quintal = medida de peso equivalente a 100 quilos] por hectare, ou seja dois terços da produção cerealista média no Egito) e reembolsar os adiantamentos consentidos para as sementes, a sacha e o desmatamento; pode-se fazer uma ideia do que resta aos arrendatários, depois de pagar o aluguel e reembolsar os adiantamentos. O mínimo atraso acarreta uma majoração da metade dos reembolsos a efetuar e o contrato pode ser declarado caduco à mínima alteração na convenção da parte dos arrendatários. Toda dívida não paga dá o direito de execução sobre a pessoa e sobre os bens; a escravidão por dívidas, proibida entre particulares, era autorizada para os créditos reais, por conseguinte também neste contrato. O resultado é conhecido pela sequência do mesmo papiro: cinco anos mais tarde, o endividamento dos três arrendatários é tal que começam as perseguições contra os três macedônios, entre os quais um pelo menos foi encontrado por Zenon ou seus subordinados:

"Ano 36, mês de Xandikos (maio/junho de 250). Acrescentar o dia. (Queixa de) Zenon contra Teopompos, filho de Hegesarcos, macedônio de descendência, a respeito dos atrasados da renda da exploração agrícola que eles devem para o ano 31, sobre os cem aoures que ele recebeu com Hegesarcos e Nicodemus, nos dez mil aoures concedidos pelo rei em benefício nas proximidades de Filadélfia da Arsinoíta, a Apolônio o dioeceta (domiciliado) em Kraton, bedel de Diógenes, executor das queixas privadas. A dívida se eleva a 694 1/2 1/3 1/12 artabes. É preciso acrescentar a multa da metade, segundo os termos do contrato, e tomar como base o preço de tudo segundo o regulamento promulgado (pelo rei) sobre a renda da cerealista.

Investigar além disso no (celeiro) real. Deve-se indicar ao executor o preço do total segundo os termos do contrato. Acrescentar que o processo de execução é o dos créditos reais. Quanto ao julgamento, será realizado pouco tempo depois, se ele fizer oposição (a este processo). Porque, para este tipo de causa, uma vez que nenhum tribunal tem sede neste momento em Arsinoíta, penso que o julgamento cabe ao estrategista".

P Col Zen. 54 (cf. ORRIEUX, Cl. *Les papyrus de Zénon*, Paris, 1983).

Como escreveu Claude Orrieux, p. 112: "O inexorável endividamento desses três gregos e o processo de execução decorrente dele contra um deles (em virtude da cláusula de caução mútua) mostram sob seu aspecto exato um ato cujo rigor formal poderia iludir: é na realidade uma máquina de guerra contra os arrendatários, onde tudo é previsto em favor do arrendador. Sem dúvida Zenon chegou a encontrar Teopompos na capital, onde este esperava escapar das perseguições".

A arqueologia

Este termo poderia agrupar quase todas as outras ciências que apresentamos, aqui, como fundamentos documentais da história da Antiguidade. Era usado por Tu-

cídides, no século V, e por Dionísio de Halicarnasso no primeiro século, em seu sentido etimológico de "conhecimento do passado da Antiguidade", seja a história da Grécia antes das guerras púnicas ou "a arqueologia romana" que relatava a história de Roma, das origens às guerras púnicas. Hoje, a arqueologia é a disciplina que "utiliza o documento material do passado para reconstruir a história", segundo a expressão de R. Ginouvès (*L'archéologie*. 3. ed. Paris: PUF, 1992 [Coll. Que sais-je?, n. 54, p. 6]). A palavra é difícil de definir como o estudo das fontes materiais da história antiga, em oposição às fontes escritas que são do domínio da filologia: sem dúvida, epigrafia e papirologia estão articuladas, na medida em que as inscrições, como os papíros, provêm geralmente de escavações, oficiais ou clandestinas, mas fornecem textos escritos. Quer dizer que não se pode separar, por exemplo, o trabalho do arqueólogo do trabalho do epigrafista: o primeiro ganha muito ao conhecer a língua gravada nas estelas ou nas placas de bronze que ele encontra, enquanto que o segundo precisa saber em que contexto arqueológico a inscrição estava situada. Este conhecimento do objeto material antigo vai da obra-prima de arte ao mais humilde vestígio que testemunha a atividade humana. É a intervenção do ser humano que separa o domínio arqueológico do domínio do geólogo ou do paleontólogo.

A escavação

O trabalho do arqueólogo começa pelo reconhecimento do território, que pode ser consideravelmente facilitado pela fotografia aérea, onde ela é possível (muitos países ainda acham que se trata neste caso de um risco de espionagem). Ele continua pela escavação cuja boa organização e método a ser usado devem ser cuidadosamente assegurados, na medida em que a escavação provoca a destruição das camadas que recobrem o sítio. Por isso ela é uma operação irreversível. O método estratégico permite distinguir com precisão as diferentes camadas, determinar sua sucessão e tentar o estabelecimento de uma cronologia. Trata-se de uma decapagem cuidadosa, até atingir o solo virgem. É também necessário registrar com muita minúcia e cada dia os resultados obtidos, os objetos descobertos, os dados que aparecem no curso da escavação. A fotografia ajuda muito, mas não substitui absolutamente a agenda de anotações das escavações. É bem claro que não são mais o objeto, ou a obra de arte que se busca. O canteiro é como um livro cujas páginas são viradas com um cuidado maior ainda, porque só podem ser viradas uma vez pelo escavador, para não danificar seus achados. Por isso é preferível retardar a abertura de um canteiro de escavações, em vez de avançar com muita rapidez nas buscas e sabotar um sítio que poderia ter revelado muito mais. Para o registro de todos os dados necessários a um bom trabalho, interessa ao arqueólogo recorrer a especialistas: geômetras, fotógrafos, desenhistas, arquitetos. Esses últimos têm, pelo fato de sua formação, mais facilidade para ter o senso dos volumes que é preciso imaginar, a partir de vestígios de edifícios, muitas vezes pouco reveladores para o não especialista.

A exploração dos resultados registrados

Esta operação é tão importante como a escavação em si mesma, porque é indispensável chegar à publicação desses resultados. Muitas análises de laboratório são necessárias: radiografia de pintura, análises físico-químicas das terras cozidas e dos objetos metálicos. A determinação da origem dos vasos de cerâmica é muito útil ao historiador, e com muita frequência a diferença não aparece entre um vaso coríntio fabricado na metrópole e um outro que pode sair de um ateliê de Siracusa ou de Epidamne. A análise das argilas é indispensável e os resultados devem ser justamente apreciados, porque muitas vezes há dificuldade em identificar a origem, em assemelhar a argila de um vaso antigo com aquela que nos vem de uma exploração de argila próxima. A datação também é necessária, antes da publicação; ela supõe um estudo atento de todo o material que pertence à mesma camada: moedas, cacos, fíbulas, etc.

A conservação e a restauração dos vestígios desentulhados

É preciso estar bem ciente de que se trata de uma questão delicada que supõe orçamentos pesados para assegurar uma proteção indispensável. Alguns vestígios são particularmente frágeis, especialmente os mosaicos que se deterioram rapidamente, se não for tomado o cuidado de protegê-los das intempéries, ou não são cuidadosamente consolidados. É um problema que se apresenta, por exemplo, num sítio como Nicópolis, onde foram encontrados mosaicos muito interessantes recobrimdo o solo das grandes basílicas paleocristãs. Será que deveríamos então enterrá-los completamente para evitar uma destruição irremediável? Também são conhecidos os problemas que surgem em relação à conservação de objetos de madeira que nos vêm da Antiguidade em bom estado, graças ao meio úmido no qual estavam imersos, mas que, saídos desse meio, correm o risco de se rapidamente destruídos: é o caso dos restos de navios, como dos destroços encontrados nas escavações da Praça da Bolsa em Marselha, das estátuas da Fonte do Seine e dos ex-votos que surgiram, aos milhares, da Fonte das Rochas em Chama-lières. À custa de longos tratamentos, os arqueólogos podem garantir sua conservação. Tais exemplos poderiam ser multiplicados, para a conservação das pinturas murais, quer seja para o período pré-histórico na Gruta de Lascaux onde foi preciso proibir as visitas, ou nos túmulos etruscos da região de Tarquinia. Isto também vale para a conservação dos revestimentos de estuque, para a conservação das construções em tijolos crus que retornam rapidamente ao estado de terra, se não são colocados ao abrigo das intempéries e sobretudo da chuva: a visita a um sítio como Assur ou Babilônia, no Iraque, é, deste ponto de vista, bem decepcionante, tanto as grandes construções como os *ziggurats* retornam progressivamente ao estado de colinas de terra informes.

Enfim, o arqueólogo tem uma missão cativante, ao mesmo tempo que uma grande responsabilidade. Suas buscas podem permitir um progresso importante no conhecimento da história de uma cidade ou de um povo, mas devem ser feitas com um cuidado particular, porque não há nenhuma esperança de recomeço. Um estudo superficial de uma inscrição ou de um texto literário pode sempre ser retornado e melhorado, visto que a pedra ou a placa de bronze, a estampania, a fotografia, os manuscritos podem sempre ser consultados uma segunda vez. Nada, porém, permitirá recomeçar as escavações de Treua ou de Cnossos! Portanto, nosso conhecimento dos dois sítios está indissolivelmente ligado ao estado da ciência no tempo de Schliemann ou de Evans, às suas técnicas de escavação e ao que cada um deles investigava, no começo dos anos 1870 para um, e 1899 para o outro. Um outro exemplo permitirá pesar o alcance considerável dos métodos de escavação: Pompeia perderia certamente seu caráter sugestivo sem a invenção, por Giuseppe Fiorelli, em 1863, da técnica que permite preencher de gesso as cavidades deixadas pelos corpos reduzidos a cinzas por ocasião da erupção.

Além disso, o caso do canteiro de escavação de Pompeia é bastante representativo da contribuição específica que a arqueologia traz à história. Uma tradição literária influente, herdada dos *Últimos dias de Pompeia* (1834) de Sir Edward Bulwer Lytton e prosseguida por um neorromantismo hollywoodiano, pretende que a erupção de 79 dC tenha fulminado uma cidade no apogeu de seu poderio, como punida pelos deuses. Na realidade, as pesquisas provam a importância das destruições devidas ao tremor de terra que sacudiu Pompeia dezessete anos antes, e o caráter muito precário das reconstruções. Por conseguinte, as cinzas do Vesúvio imobilizaram ou congelaram uma cidade já em parte destruída.

Nas últimas décadas, a arqueologia obteve resultados importantes, seja a descoberta dos afrescos de Santorin ou a dos túmulos macedônios de Vergina. É preciso lembrar que, ao lado do sensacional, cada ano se faz um trabalho mais humilde, mas que permite uma progressão regular no conhecimento do passado antigo. E resta ainda, para as gerações futuras, um trabalho imenso a fazer (cf. texto enquadrado, a seguir).

Os progressos da pesquisa arqueológica no Epiro e na Ilíria meridional

Louis Robert (*Hellenica*, I, p. 104-105) escrevia em 1940: "É preciso esperar muito da exploração arqueológica do Epiro que mal começou. Há vinte e cinco anos que, pela anexação à Grécia ou a criação da Albânia, o Epiro está aberto aos arqueólogos, mas o país nem mesmo foi ainda percorrido para fazer o inventário das ruínas que ainda existem acima do solo". Meio século depois, resultados importantes foram obtidos, tanto na Grécia como na Albânia e, em certos pontos, o Epiro é hoje uma das regiões cuja história pôde ser a mais bem retrçada, graças a descobertas epigráficas nos sítos de Dodona, Passaron, Gitana e Butroto em particular.

A numismática

As moedas constituem um outro conjunto documental muito útil que une as legendas inscritas e as imagens gravadas no lado direito e no reverso de cada uma delas. Normalmente elas são fornecidas pela pesquisa arqueológica e já foi constatado como era mais sugestiva a moeda bem situada em seu contexto arqueológico do que a peça exposta, num museu, da qual se ignora a proveniência e as circunstâncias de como foi posta em dia. Em si mesma, a peça não pode falar a não ser dela mesma; não é mais elemento de datação tão útil para os objetos que a acompanham num túmulo ou numa camada arqueológica.

Evocávamos, no texto enquadrado precedente, a existência de uma pequena cidade que traz o nome de Olympe; ela não era conhecida a não ser por uma menção de Estêvão de Bizâncio que a considerava como uma cidade da Ilíria, e por algumas moedas dispersas nas coleções de museus, em Londres, Paris, Atenas, Itália e Tirana. S. Anamali encontrou quatro delas em Amância (Ploça) e podia-se portanto pensar que o sítio não estava muito longe, mesmo porque os tipos monetários estavam em contato com os de Phoinikè, Orikos e Apolônia. Em 1979, B. Dautaj, durante a escavação da colina de Mavrovo, encontrou 36 moedas de bronze assim distribuídas: Koinon epirota: 13; Orikos: 3; Apolônia: 6; Amância: 6; Olympe: 8.

Este último número permitia situar em Mavrovo a cidade dos olimpistas, cujo nome era confirmado por um timbre de terra cozida, depois, imediatamente, por uma inscrição. Este exemplo, modesto, revela como as moedas contribuem, ao lado dos outros achados arqueológicos, para resolver muitos enigmas históricos e para localizar uma cidade de vida breve e de moedagem pouco abundante.

Os tipos monetários fornecem informações sobre a vida das cidades e dos Estados que os utilizaram. Sua origem é muitas vezes religiosa: divindades protetoras da cidade, ou ligadas a um santuário local, fundadores míticos, máscara profilática de Górgona; outras vezes, trata-se de evocar a vida econômica da cidade, seu comércio, suas produções naturais, como o azeite em Cízico, a espiga de trigo em Metaponte, o caranguejo em Agrigento, a vinha em Naxos. Eram também frequentes as representações de animais simbólicos da cidade: o touro em Samos, o leão em Mileto, o pégaso em Lámpsaco. As moedas romanas trazem em geral a efígie de homens políticos sob a República e imperadores a partir de Augusto, às vezes substituída pela representação de um monumento edificado recentemente. A prática do retrato já era conhecida nos dáricos persas, ela é corrente a partir dos diádocos entre os selêucidas, os lágidas, na Trácia de Lisímaco, no Epiro de Pirro e na Macedônia dos últimos antigônidas, como em todos os reinos da Ásia Menor (Ponto, Capadócia, Bitínia) e até em Esparta no tempo do Rei Areus, por ocasião da guerra de Crenônidas, no segundo quarto do século III a.C.

Cidades importantes foram identificadas e suas escavações foram retomadas: é o caso de colônias coríntias como Ambrácia, no local da atual Arta, de Apolônia da Ilíria e de Epidamne-Dyrrhachium. Resta muito a fazer, tanto mais que, para os sítios de Ambrácia e de Epidamne-Dyrrhachium, as cidades antigas são recobertas por cidades modernas em plena expansão. É o caso, principalmente, das cidades indígenas, como Cassope no sul do Epiro, cujo plano hipodâmico foi cuidadosamente estudado, como Gítana na Tesprotia, às margens do Kalamas, como Butroto e Antigoneia na Caônia. Esta nem mesmo estava localizada e foi a descoberta de tésseras em nome dos habitantes de Antigoneia que eliminou a última dúvida. As escavações permitem traçar agora o plano das ruas cortando-se em ângulo reto, seguir as muralhas, localizar as portas, esperando que apareçam os edifícios públicos da cidade. Orhaon (o Horreum de Tito-Lívio), no sítio por muito tempo desconhecido, pôde ser localizada em Ammotopos, graças a uma inscrição encontrada perto do templo de Apolo Soter na Ambrácia. A própria Phoinikè pode esperar sair do esquecimento, uma vez que escavações foram lá começadas desde 1989 e já permitiram descobrir uma casa grande. Trabalhos importantes foram feitos também nos sítios de Byllis e de Amância no sul da Albânia: em Byllis foi encontrado um teatro que tem muitos pontos de semelhança com o de Dodona, um bairro de agora com dois grandes pórticos dispostos em L, como em Apolônia, uma cisterna e já quatro basilicas paleocristãs. A pouca distância, uns 1.500 metros, uma segunda cidade um pouco mais antiga elevava-se no sítio de Klos que se pretende qualificar de Nikala, conforme uma inscrição encontrada em Amphiarion de Oropos, mas é preciso esperar ainda a confirmação escrita por um achado no local. O sítio de Mavrovo, entre Amância e Vlora, agora pode ser identificado com o de Olympe, que não era conhecida há muito tempo, a não ser por algumas peças monetárias cunhadas com o nome da cidade. A descoberta de moedas mais numerosas que a totalidade das peças conhecidas até aquele momento, e em seguida a publicação de uma inscrição não deixam mais nenhuma dúvida sobre a localização desta cidade.

Essas escavações revelam um contraste impressionante entre a raridade das cidades no norte do Rio Shkumbi e a abundância delas no sul, em contato com o Epiro. Da mesma maneira, as cidades são mais numerosas nas regiões marítimas do que na montanha, particularmente em Molóssia. As datações admitidas agora por todos os arqueólogos permitem observar um desenvolvimento muito nítido das cidades durante o século IV, depois no III, período que corresponde a um reino dos molossos, depois a uma Epiro muito ativa, capaz de grandes operações militares, especialmente no sul da Itália, portanto com um dinamismo demográfico comparável ao que teve a Macedônia de Filipe II e de Alexandre o Grande. As inscrições mostram bem que este desenvolvimento urbano não resultou na construção de cidades-Estados independentes, mas simplesmente de cidades que continuavam sendo os centros dos povos (*eithné*) agrupando-se em conjuntos federais amplos, mais bem adaptados à vida pastoral transumante que continua tendo um grande lugar na atividade dos habitantes da região. As próprias instituições desses Estados federais têm grande interesse e são agora mais bem conhecidas, graças às descobertas epigráficas de D. Evangelidis, depois de S.I. Dakaris em Dodona, e dos pesquisadores albaneses mais ao norte. A descoberta de uma centena de atos de alforria por Dh. Budinaem Butroto, permite um melhor conhecimento da vida social nessas regiões marginais do mundo grego antigo, numa época em que os romanos já se interessam por esta margem oriental do Mar Jônio, e em que alguns se estabelecem lá como T. Pomponius Atticus, o amigo e correspondente de Cícero.

Os documentos numismáticos são por exemplo os únicos testemunhos importantes de que dispomos no que se refere à estrutura arquitetural do altar das três Gálias, na confluência. Em *The Imperial Cult in the Latin West* (Leyde, 1987), Duncan Fishwick estudou longamente os elementos simbólicos de um sestércio cunhado sob Tibério, representando o altar: coroa cívica e loureiros num baixo-relevo, duas Vitórias enquadrando o altar, dedicação a Roma e a Augusto. A provável utilização, na igreja de Saint-Martin-d'Ainay, em Lião, das duas colunas sobre as quais repousam as Vitórias dá indicações mais precisas sobre as dimensões exatas do edifício.

As inscrições que figuram sobre as moedas também são de grande interesse, pois permitem seguir a evolução de um reinado, sua duração, a sucessão dos magistrados, as virtudes apregoadas pela autoridade romana; conjugadas com a observação dos tipos monetários, elas permitem seguir toda uma história da cidade ou do Estado que cunham essas moedas.

A moeda é cunhada a partir de um lingote. A primeira etapa da cunhagem da moeda é a obrenção do *flan*, isto é, da pastilha de metal que será depois impressa. Ela é obtida por fusão do metal, vertendo-se algumas gotas sobre uma superfície lisa ou num molde e o peso de cada uma deve ser o mesmo. A operação de cunhagem necessitava de matrizes ocas, chamadas *coins*: distinguem-se os coins de *direita* ou *anverso* e os coins de *reverso*. O coin de direita é fixado numa bigorna, é o *coin dormente*; o coin de reverso é um *coin móvel* que o cunhador de moeda bate a marteladas, depois do aquecimento do flan. Os coins são usados rapidamente e devem ser substituídos, o que permite uma observação das variações, porque jamais os coins são recopiados exatamente sobre os precedentes: modificações na cabeça, nos detalhes da vestimenta, na representação animal permitem distinguir os coins e tentar classificá-los.

A natureza e a qualidade do metal também são elementos interessantes, ao mesmo tempo que o peso da peça. Algumas cidades como Atenas souberam dar a suas peças, como as tetrádracmas atenienses à coruja, um valor internacional. Para muitas outras, o peso era o único meio de apreciar-lhe o valor. A cunhagem de moedas de ouro foi durante muito tempo o monopólio dos persas, depois os macedônios chegaram a fazê-la na época de Filipe II; as cidades gregas preferiam a cunhagem de moedas de prata, mas as trocas cotidianas eram feitas com moedas de bronze e muitos dos pequenos Estados limitaram-se à cunhagem de bronze.

Hélène Nicolet-Pierre publicou uma obra consagrada à numismática grega (*Numismatique grecque*. Paris: Armand Colin, 2002), que é simplesmente insubstituível. Pela primeira vez, especialistas, jovens pesquisadores e curiosos dispõem de um instrumento de trabalho cómodo e completo. A obra testemunha o interesse dos documentos numismáticos – moedas – que oferecem uma ferramenta indispensável para o conhecimento do mundo grego antigo. Possuidor de grande número de

pranchas, que não são apenas ilustrações, mas efetivamente documentos sobre os quais todo o estudo é construído com cuidado, este livro é verdadeiramente o instrumento de trabalho indispensável. A autora mostra a dificuldade de quantificar a produção monetária de um ateliê, a partir do recenseamento de todos os coins empregados: qual é a produção possível de cada coin monetário? Ela varia de acordo com o modo de fazer a cunhagem: se é feita “a frio” ou “a quente”, mas as avaliações ficam muito diferentes de um especialista ao outro, entendendo-se que os coins de reverso cunham a metade menos de peças que os coins de direita. A ordem de grandeza que se pode reter seria, para um coin, de 5 a 8 mil peças cunhadas “a frio”, e de 10 a 16 mil cunhadas “a quente”. Naturalmente essas avaliações não significam que cada coin conhecido corresponde a um tal número de peças cunhadas; mas, inversamente, a descoberta de peças raras não pode levar a limitar a cunhagem dos coins a apenas algumas unidades. O pesquisador levanta inevitavelmente a questão das relações da numismática com a história, como aliás os da numismática com a epigrafia e a paleografia.

O trabalho do numismata começa pela reconstituição da atividade de um ou de vários ateliês monetários que funcionaram no quadro das cidades ou dos reinos antigos. Uma emissão monetária é constituída por moedas do mesmo metal, mesmos tipos, mesmo módulo, mesmas marcas secundárias (símbolos, monogramas), certamente cunhados num curto lapso de tempo. No interior de uma emissão, cada peça recebeu a impressão de dois coins monetários. A edificação de um *corpus* está fundada na discriminação dos coins e no agrupamento dos exemplares produzidos por cada um. Os detalhes estilísticos comuns permitem aperfeiçoar a classificação. A partir da cronologia relativa obtida, pode-se tentar passar a uma cronologia absoluta, muitas vezes a partir de informações fornecidas pela história fundada em outros documentos, mas com precaução, porque as emissões monetárias não se interrompem sempre bruscamente por ocasião deste ou daquele evento. Muitas questões de história econômica são levantadas pelo estudo da numismática: a produção dos metais preciosos leva a buscar as minas antigas e a seguir as vias de transporte quando a mina está longe do Estado cunhador da moeda: situações de penúria em metal precioso são reveladas pela sobre-cunhagem de peças de prata por um Estado em falta de moeda, ou às vezes pela aposição de contramarcas. Procurar avaliar a massa monetária colocada em circulação num determinado momento por este ou aquele Estado é difícil, mas mesmo que o numismata não chegue senão a resultados aproximativos, estes constituem uma valiosa informação.

Hélène Nicolet-Pierre desenvolve, em seguida, o estudo das mais antigas moedas na Ásia Menor e na Grécia, e apresenta sucessivamente o fim da época arcaica (a cunhagem de moedas de Atenas começa sob os Pisístratos, portanto depois de 527), a época clássica, depois a época helenística examinando as emissões região por região, Estado por Estado. A obra termina com uma interrogação – por que os

gregos cunharam moedas? – apresentando as respostas dos modernos. Com muita razão, a autora lembra que “o aparecimento das moedas cunhadas, assinadas e garantidas faz parte de um conjunto de novidades importantes que apareceram no século VI antes da nossa era, num meio preparado para explorá-las e desenvolvê-las: o nascimento dos matemáticos e da filosofia, a obra dos legisladores arcaicos e a organização política das cidades gregas são fatos quase contemporâneos e também pouco “explicáveis” – porque civilizações brilhantes existiam antes sem possuí-las – se não se admite nisto o efeito de um jogo muito complexo entre meio social e circunstâncias favoráveis, tradição, influências e empréstimos, imaginação individual, desejo e capacidade de inovar.

Regulamentação referente às moedas

Repetidas vezes, os Estados gregos votaram disposições que lhes permitem regulamentar a circulação das moedas em seu próprio território. Encontramos testemunhos epigráficos de controle público das moedas e do câmbio em Ólbia, no século IV, onde um decreto coloca o câmbio das divisas de ouro e de prata sob a vigilância dos arrendatários que agem por conta da cidade (DUBOIS, L. “Inscriptions grecques dialectales d’Ólbia du Pont”. In: *Hautes Études du monde gréco-romain*, n. 22. • GAUTHIER, Ph. *Bull. Épig.*, 1997, 420); uma lei helenística de Gortina decide o curso obrigatório das moedas de bronze e reprime a especulação sobre os óbolos de prata (GUARDUCCI, M. *Inscriptiones Creticae*, IV, 162). Atenas interviem também no território de seus aliados, como se constata no decreto relativo ao uso dos pesos, medidas e moedas dos atenienses nas cidades aliadas (IG I², 1453):

“[...] Este decreto, que os arcontes nas cidades o façam gravar numa estela de pedra e colocar na ágora da cidade, e que os prepostos a afixem diante do ateliê monetário. Que [os atenienses o façam?], se não quiserem fazê-lo eles mesmos. Que o arauto que irá a eles pergunte tudo o que os atenienses ordenam. Que, de outro lado, o secretário do conselho acrescente ao juramento *boulêutico* essas palavras: ‘Se alguém cunha moeda de prata nas cidades e não utiliza as moedas dos atenienses ou seus pesos ou suas medidas [mas utiliza as moedas], as medidas e os pesos [estrangeiros, isto é locais]... (aqui as sanções cujo enunciado está faltando), conforme o precedente decreto que Clearcos [propôs] [...]’.

A datação deste decreto é um problema importante para a compreensão do imperialismo ateniense. Durante muito tempo, ele estava situado antes da Guerra do Peloponeso, de 450-446 (é o caso, por exemplo, em MEIGGS, R. & LEWIS, D. *A Selection of greek historical inscriptions to the End of the fifth Century*, n. 45. Oxford, 1969, o que equivale a tomar responsável Péricles por uma evolução rápida da aliança que une os atenienses e seus aliados para um império ateniense. Os trabalhos recentes (cf., particularmente, o estudo de ERXLEBEN, E. “Das Münzgesetz des delisch-attischen Seebundes”. In: *Archiv für Papyrologie und Papyrusforschung*: vol. 19, 1969, p. 91-130; vol. 20, 1970, p. 66-132; vol. 21, 1971, p. 145-162), pendem muito mais para uma datação mais tardia (425-421), enquanto Cleon dirige a política ateniense, num período difícil da guerra contra Esparta e seus aliados, e age muitas vezes com brutalidade para com seus próprios aliados (cf. tb. LEWIS, DM. “The Athenian Coinage Decree”. In: *Coinage and Administration in the Athenian and Persian Empires*. Apud *British Archeological Reports*. Intern. Series, 343, p. 53-63). Portanto, Atenas teria imposto o uso exclusivo de suas peças de dinheiro a seus aliados, pelo menos a todos aqueles que contribuíam para a alian-

ça pelo pagamento do tributo (o *phoros*) substituindo os navios que só algumas cidades aliadas continuavam a fornecer para a defesa comum. Cópias, em estado de fragmentos, foram encontradas em várias cidades tributárias (Sifnos, Esmirna, Sime, Cós, Afíis), o que pode confirmar a afixagem do decreto nessas cidades, membros da aliança em torno de Atenas.

A lei de Nicofonte sobre a circulação monetária em Atenas, por volta de 375:

Como aprovou aos nomotetas, sob o arconato de Hipodamas, Nikophon fez a proposição.

“A moeda de prata ática deve ser aceita quando [está demonstrado] que é de prata e que ela traz o tipo oficial. O verificador público (um escravo público) que está presente entre as mesas dos banqueiros, deve examinar segundo esses critérios [...] Se alguém apresenta [peças de prata estrangeiras] trazendo o mesmo tipo que a prata ática, [se elas são de bom quilate], ele as remeterá àquele que as apresentou. Se o interior do flan é [de cobre] ou de chumbo, ou se a moeda está alterada, o verificador a entalhara [imediatamente] e ela será consagrada à Mãe dos deuses e [confiada] ao Conselho. Se o verificador não está presente ou não examina segundo a lei, os *sylogeis tou dêmon* [os guardas?] lhe darão cinquenta golpes de [chicote]. Se alguém não aceita a prata que o verificador aprovou, ser-lhe-á confiscado tudo que ele coloca à venda naquele dia...” (texto publicado por STROUD, R.S. “An Athenian law on silver coinage”. In: *Hesperia*, 43 (1974), p. 155-188. • BOGAERT, R. “L’essai des monnaies dans l’Antiquité”. In: *Revue Belge de Numismatique*, 1976, p. 21).

Este belíssimo texto, do qual só damos aqui um extrato, mostra que em Atenas circulavam simultaneamente uma boa moeda da cidade (por seu peso de prata e pelas impressões que ela traz e que são a marca oficial aposta pelo ateliê de Atenas que lhe dá curso legal na cidade; portanto não se trata de recusá-la e a lei prevê uma sanção severa para o contraventor), mas também peças, cópias da prata ateniense, cunhadas fora de Atenas, no Egito, na Arábia, Síria, Palestina e mesmo entre os sátrapas persas e, em terceiro lugar, moedas falsas, por exemplo, moedas forradas (isto é, moedas cujo interior do flan é de chumbo ou de cobre, e cuja superfície é revestida com uma fina película de prata, para enganar o usuário desatento), que são confiscadas. As cópias de peças atenienses de boa qualidade são devolvidas ao proprietário, que tem a possibilidade de cambiá-las em Atenas ou utilizá-las em outros mercados estrangeiros.

A imagem

Uma definição

Sob este título geral, podemos reunir todas as representações figuradas, sejam elas pinturas em vasos ou superfícies mais extensas, como as paredes de câmaras funerárias, ou sejam esculpidas. Como sublinham muito bem Pauline Schmitt-Pantel e Françoise Thélamon, em *Image et céramique grecque* (Rouen, 1983, p. 9-20), frequentemente a imagem é utilizada somente “como ilustração de um discurso histórico inteiramente construído a partir de outros documentos, seja para corroborar as fontes escritas, ou para dar sustentação a uma hipótese do historiador. No pior caso, ela tem apenas uma função de ilustração estética”. Esta utilização parte da ideia de que essas imagens são figurações diretas da realidade, à maneira da fo-

tografia. Às vezes realçamos então que essas imagens dão uma visão de uma sociedade de ricos, portanto não da sociedade inteira. As cenas representadas correm, portanto, essencialmente a atividades como as do ginásio, do estádio, do banquete, da guerra, do gineceu, que são características da sociedade privilegiada, muito mais do que das pessoas simples. As imagens são utilizadas para buscar nelas as representações de um determinado objeto da vida cotidiana, do vestuário, das armas, do mobiliário, etc.; o caráter supérfluo da imagem aparece claramente quando o mesmo livro pode ser editado com imagens ou, em edição de bolso, sem elas. A presença ou ausência delas não modifica em nada o texto da obra, prova de que aqui as imagens são apenas uma ilustração fotográfica, e absolutamente não um documento a partir do qual se constrói a história.

Um primeiro progresso é atingido pela constituição de *corpus* em torno de temas precisos, que reúnem documentos para a história, mas é necessário tomar cuidado para tomar a cena em sua totalidade e não somente procurar destacar detalhes da vida cotidiana em cada imagem. François Lissarrague, em *L'Autre Guerrier, archers, peltastes, cavaliers dans l'imagerie attique* (Paris, 1990) define as imagens como "monumentos de uma cultura passada, produzidos por uma sociedade determinada conforme os gostos e a ideologia desta sociedade". Portanto, as imagens são portadoras de significações, através de um tipo de discurso diferente do discurso escrito. Em seu outro livro intitulado *Un flot d'images - Une esthétique du banquet grec* (Paris, 1987), o mesmo autor observa que a baixa usada no banquete representa muitas vezes as próprias pessoas que bebem: vinho, poesia, música, discurso e imagens se misturam e circulam entre os convivas. As taças não são simples vasos, sabiamente arrumados em estantes, mas objetos quase vivos, ricos de sentido e de poesia. Não é a realidade ordinária da cena de banquete que está representada aqui, mas todo um quadro evocador que reenvia ao conviva os possíveis e múltiplos reflexos da festa da qual é participante.

A cerâmica

Qual é então o estatuto da imagem figurada na cerâmica? Neste tipo de suporte, as representações funcionam sobretudo de maneira reflexiva: imagens-espelhos ou contramodelos. Também a forma e o uso dos vasos devem estar estreitamente ligados ao estudo das imagens: para banquetes, nos vasos de misturar, de verter ou de beber, nesses suportes seguros em mão e trocados, encontram-se frequentemente sátiros e citas que bebem o vinho puro, ou homens disfarçados, representações simbólicas desta outra experiência da alteridade que é a embriaguez. Em sua contribuição à *Histoire des femmes* (Paris: Plon, 1991), François Lissarrague dá um belo exemplo dessas imagens-espelhos: sobre o medalhão central de uma taça do Louvre, uma mulher é vista de frente, olhando-se no espelho, e ao mesmo tempo

voltada para o espectador da imagem, o que é completamente incomum, pois no código gráfico dos vasos áticos, todos os personagens estão de perfil. "O confronto consigo mesmo no espelho, observa François Lissarrague, é aqui redobrado pelo encontro com o olhar do usuário da taça, o bebedor: a mulher contempla no espelho sua beleza e é ao mesmo tempo bela de ser contemplada".

O pintor de Micali, pintor da morte ou pintor da vida?

A título de exemplo, tomaremos o caso da interpretação dos vasos do pintor de Micali, pintor etrusco anônimo do último terço do século VI a.C., ao qual J.D. Beazley deu este nome, em homenagem ao historiador e arqueólogo toscano Giuseppe Micali que foi o primeiro a publicar alguns desses vasos no século XIX. Por ocasião da exposição "*Les Étrusques à Vulci. Le peintre de Micali et son monde*" emprestada pelo Museu Etrusco de Villa Giulia e apresentada em Clermont-Ferrand em 1989-1990, N.J. Spivey, no catálogo da exposição, p. 22, sublinha que a riqueza dos túmulos de Vulci, que não apresentavam paredes decoradas de afrescos como ocorria em Tarquínia, vem da acumulação de vasos pintados, importados de Atenas na maior parte e prossegue: "Durante o período que se estende de 550 a 480 a.C. mais ou menos, os túmulos de Vulci absorvem quase 60% das importações áticas de figuras negras na Etrúria e 40 a 50% de figuras vermelhas. Ora, a atividade do pintor de Micali interviém neste lapso de tempo (últimas décadas do século VI e talvez a primeira década do século seguinte). Os vasos depositados nos sepulcros geram dois tipos de problemas: o primeiro é relativo a seu uso prático porque eles fazem parte do mobiliário e dos acessórios do túmulo. O móvel destinado à baixela que serve para beber, o *kylix* aparece como bem guardado em algumas das pinturas tumulares de Tarquínia; os vasos que lá estão dispostos eram objetos de luxo e, como verdadeiros testemunhos da riqueza, eram sepultados com o defunto e provavelmente destinados às suas refeições no além. Mas quando os vasos são decorados de figuras, temos o direito de perguntar-nos se sim ou não seus temas figurados têm uma relação qualquer com sua destinação e sua disposição no interior do túmulo. Alguns especialistas da cerâmica atica pintada acham que é difícil admitir que os ateliês atenienses tenham podido vender seus produtos de primeira mão aos etruscos e que tenham planejado a escolha de temas com a finalidade exclusiva de satisfazer os costumes funerários deste povo. No entanto, há consenso sobre o fato de que algumas formas eram produzidas em Atenas sob encomenda específica do mercado etrusco [...]. Nenhuma das obras do pintor de Micali foi encontrada, até o presente, com exceção de um túmulo ou necrópole: portanto, não há lugar para supor que seus vasos tenham sido concebidos por um outro motivo que não fosse o de serem depositados no sepulcro, a não ser dois exemplares particularmente elaborados, talvez produzidos por ocasião de festas ou circunstâncias especiais. Por conseguinte, se é necessário inserir os vasos do pintor de Micali em seu contexto, é justamente na esfera funerária que convirá fazê-lo. Um tal fenômeno não implica que cada um dos vasos se refira de modo específico a um rito como a *prothesis* (exposição do defunto) (raras são as cenas assim definidas mesmo nas pinturas tumulares). Tratar-se-á de preferência de uma série de alusões de caráter geral referindo-se ao mundo subterrâneo". Portanto, N.J. Spivey interpreta esfinge, leões e grifos representados nos vasos do pintor de Micali como tantos outros guardiões da passagem que leva da vida à morte, "criaturas liminares" encarregadas de afastar o mal. Assim também o sátiro, meio-homem meio-cavalo, está entre

ser humano aparece mais frequentemente representado em certas atividades do que em outras, também indispensáveis à vida econômica e social: o banquete, os exercícios atléticos, algumas formas da guerra são as mais comuns. Em compensação, as atividades menos nobres, como o comércio, a produção, a troca, são mais raramente figuradas, e mesmo a atividade política, quer a vida da Assembleia, os votos, os debates que os precedem, quase não tem lugar na representação figurativa desse tempo, mesmo sendo essencial na cidade clássica.

Ceramistas e pintores necessariamente associados trabalham para uma determinada clientela. A demanda varia nos modelos como na escolha e no tratamento dos temas. Mas é preciso ser prudente na análise das relações entre clientela e produção, como mostra o exemplo do pintor de Micali (cf. texto enquadrado, p. 107-08).

Se privilegiarmos, aqui, a cerâmica grega, cuja riqueza é extraordinária, as mesmas observações poderiam ser feitas a propósito de outras imagens, como as da pintura mural ou da escultura, que também não poderiam absolutamente ser consideradas como simples decoração que o historiador pode utilizar para a ilustração de um texto elaborado só a partir de documentos escritos. Na *Histoire et imaginaire de la peinture antienne* (V siècle av. J.-C. - I siècle ap. J.-C. - Paris, 1989), Agnès Rouveret insiste muito no tratamento diferente que deve ser aplicado aos textos e aos monumentos: "As duas fontes de documentação - textos e monumentos -, se elas se referem à mesma realidade, não podem absolutamente dispensar uma linguagem própria pela qual é necessário definir métodos específicos de análise e de interpretação".

A interpretação da imagem

O historiador tem, portanto, algo a aprender para restituir à imagem o lugar que lhe cabe. Isto vale para o friso das Panateneias, arrancado do Partenon e instalado no *British Museum*: obra política, à glória do imperialismo ateniense, sem dúvida. Visão utópica de uma cidade ideal reunida em torno de seus deuses, obra de Fídias e de seus colaboradores na Atenas de Péricles. Enfim, representação de uma humanidade extremamente idealizada, a ponto de ser assemelhada às divindades. Os baixo-relevos da *Ara Paris Augustae* (o Altar da Paz de Augusto) em Roma são sem dúvida o testemunho mais direto de uma vontade política que pretende conjugar a fidelidade à tradição da vida exemplar do camponês pacífico com a admiração pela excelência do novo regime que se estabelece em Roma e no Império: cortejo dos membros da família imperial e dignitários, sacrifício de Eneias reúne em torno do mesmo altar o passado e o presente de Roma. O jovem Caio César é representado enfiando-se na toga de seu pai Agripa; seu irmão e ele são sem dúvida pintados como jovens troianos por suas vestimentas e o colar que trazem em torno do pescoço, como ressaltou bem Paul Zanker (*The Power of Images in the Age of Augustus*. Ann Arbor, 1988, p. 217). Portanto, são possíveis vários enfoques para o historiador. Ele precisa:

dois mundos e marca um tempo de passagem de um para o outro. O mesmo acontece com a sereia, híbrida entre o animal e o ser humano. Ele sublinha que os vasos do pintor de Micali revelam a crença dos etruscos num renascimento para uma vida nova após a morte. Seria este o sentido de numerosos símbolos, mamilos muitas vezes utilizados como decoração, representação de uma cabeça humana emergindo da linha do solo, verdadeira anodos comparável à de Gaia trazendo Ericônio em numerosos vasos áticos, e também representação de sátiros itifálicos. O sábio inglês acrescenta prudentemente que ignoramos muito da tradição cultural e religiosa dos etruscos para garantir a interpretação exata das representações preferidas deles. Mas certamente não é falso atribuir-lhes pelo menos uma interrogação legítima sobre o além. Trabalhando essencialmente para encomendas de caráter funerário, o pintor de Micali traria assim sua contribuição para a expressão das crenças que ele partilha com seus contemporâneos de Vulci.

Jacques Heurgon, no mesmo catálogo, publica um estudo intitulado "Stéphane Gsell et le peintre de Micali" (p. 11-16) e responde de alguma forma a N.J. Spivey, a partir de um exemplo preciso, o do túmulo 34, situado na zona chamada da Polledrara, para chegar a uma conclusão bem diferente. Este túmulo, escavado na primavera de 1889 por Estêvão Gsell, continha onze objetos entre os quais Jacques Heurgon retém quatro vasos: uma ânfora do pintor de Micali, uma hídria, uma taça Atica, um *kyathos* de *buccherio* (argila enegrecida). O estudo das formas e da decoração leva a datações que não coincidem exatamente: o *kyathos* de *buccherio* data do começo da segunda metade do século VI; o vaso corresponde ao último quartel do século VI; a ânfora data de cerca de 510, mas a hídria do pintor de Kynnos é de 490-480. Quer dizer que a oferta dos vasos, feita de uma só vez, não é anterior ao começo do século V, e por conseguinte que a ânfora do pintor de Micali não foi pintada em consideração à morte de alguém, mas vinte anos antes, para ornar a casa de ricos etruscos, bem vivos. "Não podemos crer que todos os vasos do pintor de Micali tenham sido primeiramente destinados a sepulturas, e que as asas com as quais ele adorna as dançarinas de nossa ânfora façam delas criaturas híbridas que exprimem a passagem para o outro mundo, ir desta para a melhor". A alegria de viver que ressalta de suas obras não concorda com uma arte puramente funerária. O pintor de Micali, conclui Jacques Heurgon é "um pintor feliz que devia divertir-se muito ao traduzir pelo pincel a opulência de Vulci em seu apogeu". A demonstração é convincente e obriga a renunciar à ideia de uma pintura com finalidade puramente funerária. Este simples exemplo mostra a prudência com que é indispensável interpretar as imagens pintadas em vasos antigos e os erros que corremos o risco de cometer, a partir de um estudo incompleto, particularmente fora do contexto no qual cada vaso foi encontrado.

É certo que essas representações figuradas têm variado muito de uma época à outra, de um ateliê de fabricação ao outro: a arte geométrica, a arte coríntia visavam certamente mais a decoração, a ilustração, mas, com as representações anímicas, toda uma simbólica, muitas vezes difícil de interpretar hoje, devia ser mais sugestiva para os utilizadores destes vasos. Progressivamente, e de modo particular com o desenvolvimento da cerâmica ática no século VI, a superfície dos vasos dá um amplo espaço às representações antropomórficas, figurando as atividades divinas, hereucas e humanas. É a imagem do ser humano que é privilegiada, mas este

Colocar em paralelo as mudanças políticas e o aparecimento de novas formas de expressão artística e visual

É assim que Paul Zanker retrata a virada artística que foi o *saeculum angustum*: o imperador e o Estado se encontram no centro de uma linguagem visual padronizada e, no quadro privado, os retratos esculpidos tomam às vezes os traços de Augusto ou dos príncipes júlio-claudianos (p. 293). Os temas militares se desenvolvem e as virtudes de um defunto são comemoradas sobre seu sarcófago, por intermédio de uma cena de batalha na qual ele é representado como um general vitorioso, mesmo sem jamais ter servido nas forças armadas (p. 336). No total, o século de Augusto consagra a dominação da herança artística grega combinada com a ideologia imperial, cuja expressão mais fiel é o estatúário.

Distinguir formas originais daquelas que são mais estereotipadas

Portanto, uma estátua honorífica de um general romano, por volta de 180-150 aC (reproduzida por Paul Zanker, p. 4, fig. 1) representa este personagem como um rei helenístico e sua nudez o assemelha às imagens dos deuses e dos heróis.

Enfim, atribuir importância à "visibilidade" da imagem em seu quadro original

A imagem toma um outro sentido se for mudada de lugar para propiciar-lhe uma melhor iluminação. Bem diferente é a disposição desta ou daquela obra: os túmulos, dispostos ao longo das vias na saída das cidades, como os Alyscamps perto de Arles, são feitos para serem vistos de todos e não somente no quadro da intimidade familiar. Essas imagens impressas de *gravitas*, deixadas em herança aos vivos, dirigem-se a todos. Em contrapartida, as obras de arte dissimuladas, as imagens ocultas ao olhar criam problema. São as que Paul Veyne qualifica de "obras de arte sem espectadores", num artigo publicado em *Diogene* (n. 143, jul.-set./1988, p. 3-22). Foi o caso, é bom lembrar, de um friso como o das Paneteneias no Partenon, a uma grande altura, no interior da colunata. Sua situação é completamente diferente hoje no British Museum onde ela está exposta à altura do homem em volta de uma sala. É o caso também dos relevos da Coluna Trajano, em Roma, que contam a conquista da Dácia num friso em forma de espiral, de 184 cenas que rodeiam a coluna em vinte e três espirais, chegando a trinta metros de altura, ainda que só as duas primeiras espirais eram visíveis aos espectadores interessados. O friso testemunha o poder do soberano que o erigiu, sem que ninguém possa examinar em detalhe a totalidade das cenas. O artista preocupou-se com qual devia ser a localização de cada cena no friso. Segundo Paul Veyne, que apresenta de forma precisa seu

estudo em *La société romaine* (Paris, 1991), no total, a Coluna Trajano é um "monumento cerimonial": cerimonial que "se exprime diante das populações", cumpre-se diante delas para fazê-las sentir que ele não se digna dirigir-se a elas; monumento que busca a imortalidade da memória.

O problema está justamente aí: deve-se julgar sobre a "visibilidade" da obra em função de uma leitura total, detalhada e afinal de contas ideal? Num artigo dos *Annales ESC* set.-out./1985, Salvatore Settis sugere dois elementos novos: ele lembra primeiro os pressupostos do observador contemporâneo que conhece as guerras da Dácia, isto é, o começo e o término da narração, e acede ao fórum de Trajano, a partir do arco do triunfo, entre estátuas e troféus tirados do despojo; além disso a atenção é atraída por várias correspondências verticais entre as imagens da coluna, por exemplo três travessias do Danúbio que constituem um verdadeiro ponto de apoio para o olhar. Com princípios de contiguidade e de similaridade, são então os temas tópicos da propaganda imperial que são manifestados, e esta manifestação tem valor de *exemplum*, de representação moral figurativa. A partir de uma obra – a Coluna de Trajano – e de uma dificuldade de leitura – a altura, a forma em espiral – o historiador da Antiguidade não pode superar o obstáculo inicial, a não ser ampliando o campo de sua investigação à representação do poder imperial, à sua recepção, a antropologia política escorando e prolongando a história da arte.

Eurípides, em *Íon* (v. 190-218), confia ao coro o cuidado de dar a conhecer as reações do público diante de um monumento figurado: "Veja, pois, aqui, olhe, eis a hidra de Lerna abatida pelo filho de Zeus, armado com suas foices de ouro. Olhe, pois, amiga. – Eu vejo. E, perto dele, um outro herói levanta uma tocha acesa. Este não é de modo algum aquele que, tecendo a tela, como reza entre nós a lenda, o bravo Iolau, o porta-escudo, companheiro devotado, em seus trabalhos comuns, de Hércules, filho de Zeus. – Ah! Veja este em seu cavalo alado! Ele degola o monstro de três corpos, o monstro com fôlego de fogo! – Meus olhos passeiam por toda parte. Veja, sobre essas paredes de mármore o combate dos gigantes. – Nós olhamos por este lado, minhas amigas. – Tu a vês então contra Encélado, brandindo seu escudo na cabeça de Górgona? – Eu vejo Palas, nossa deusa. Pois bem, e o raio de duplo gume flamejante, o raio terrível que lança ao longe o braço de Zeus? – Eu o vejo: ele queima, reduz a cinzas, o bravo Mimas. – E Bromios, Bromios o Bacante, com sua arma pouco guerreira, seu tirso com festões de hera, derruba ao chão um outro Gigante!" Depois da descrição de métopas, o coro passa ao exame de um frontão que pode ser o frontão oeste do templo de Delfos, decorado com uma gigantomaquia. Aqui, o coro se limita a uma descrição sem interpretação: cabe a cada um dos espectadores compreender o sentido das cenas representadas.

A explicação de documentos

A metodologia

A metodologia constitui o exercício fundamental do ofício do historiador, porque é principalmente pela análise precisa e rigorosa das fontes que o pesquisador está o mais próximo da realidade histórica. O futuro historiador deve, portanto, restringir-se a praticar essa análise com método, estando ao mesmo tempo consciente das distorções a que está sujeito o exame dos documentos, no exercício universitário, praticado nos concursos. Em particular, a colocação em série, indispensável ao trabalho de pesquisador, não pode ser exigida nos limites de um dever. No quadro desta obra, que é antes de tudo um manual, é do exercício universitário que, sem dúvida, vai se tratar.

Em geral, o estudante pensa que a explicação de um documento é um exercício perigoso, cujo método varia com o período em questão ou com o professor que o propõe. A regra principal é a seguinte: o documento não é apresentado ao estudante para ilustrar uma brilhante dissertação, elaborada a partir de conhecimentos aprendidos em manuais ou obras modernos. O documento é, em si mesmo, o objeto do exame.

Além disso, acabamos de ver, ao longo de todo o segundo capítulo deste livro, que o documento pode tomar formas bem variadas: série de moedas, vasos, estátuas, templos, dedicações ou decretos gravados em pedra ou em bronze, texto de um historiador da Antiguidade, de um orador ateniense, de um poeta latino, plano de cidade ou cadastro rural, foto aérea, etc. Cada tipo de documento pode ser sugestivo, na condição de saber interrogá-lo, isto é, dar-lhe primeiro o código que lhe é próprio. Numa palavra, pode-se avaliar a qualidade de uma explicação de documento segundo três critérios: a aptidão de colocar em evidência a estrutura interna do documento e do tipo de documento; o conhecimento do contexto e o rastreamento preciso das alusões; enfim o espírito crítico, a avaliação do alcance do documento e de seus limites.

O primeiro passo consistirá numa observação cuidadosa do documento sob todos os seus aspectos: tratando-se de um vaso, a decoração no gargalo, no flanco, nas asas, no bojo, é um dos elementos, mas não o único; sua forma, sua utilização, a qualidade de sua pintura e de seu verniz devem ser considerados para chegar a uma datação e à identificação do lugar de fabricação. Tratando-se de um texto escrito, que pode parecer de saída como o tipo de documento menos embaraçoso, o leitor deve esforçar-se para penetrar metodicamente o texto, para compreendê-lo bem, seguir exatamente o desenvolvimento do pensamento exposto ao longo do texto e observar as articulações.

Das interrogações

Elas vão surgir imediatamente, quando for preciso organizar tudo, tentando dar-lhes resposta: qual é o autor? – para quem ele escreve? – trata-se de um texto destinado a ser lido em público: um discurso, a defesa de uma causa? – ou trata-se de extrato de uma comédia, de uma tragédia? – de uma inscrição que dá a conhecer um decreto que emana de que instituições, de que cidade, de que Estado? – ou em que santuário estava colocada? – qual é a data do documento? As respostas nem sempre são simples de encontrar, pois os elementos de datação que figuram nas inscrições não são fáceis de interpretar exatamente: por exemplo, uma decisão de um Rei Antíoco pode ser atribuída indistintamente a Antíoco I, Antíoco II ou Antíoco III. O importante é colocar exatamente as questões: a resposta vem ou não vem, e é melhor uma hesitação do que uma afirmação falsa. Se a explicação de documentos deve ser redigida, o que constitui um excelente exercício, é evidente que uma biografia desenvolvida do autor não se impõe absolutamente. O redator da explicação de documento tem naturalmente todo interesse em conhecer seu autor, mas a vida dele não interessa na apresentação do texto, a não ser na medida em que alguns elementos desta biografia possam ajudar a compreender o texto: saber que Tácito desposou a filha de Julius Agrícola pode ser útil, se o texto trata da conquista da Bretanha e de seu governo. O contexto político, econômico e social também pode ter sua importância: a situação dos camponeses atenienses recolhidos na cidade para escapar das incursões peloponesas, explica muitas vezes o tema e o tom de algumas comédias de Aristófanes que procura satisfazer seu público, atribuindo culpas aos homens políticos, julgados responsáveis por esta situação.

A análise

Uma boa análise não deixa escapar nada das informações contidas no texto. Nem todas as informações têm a mesma importância, mas todas devem ser retidas. O exercício de resumo de textos é excelente, se for bem conduzido, porque permite eliminar as repetições e a verborreia, obrigando ao mesmo tempo a classificar os argumentos contidos no texto. É preciso certamente pensar também que o nosso modo de pensar não é forçosamente o do autor: devemos interrogar-nos sobre o possível significado da ordem diferente que o autor segue para introduzir os elementos de sua reflexão e de sua demonstração. Ele se dirige a um auditório que é preciso saber manobrar e conduzir para convencê-lo melhor ou então, quando se trata de um autor cômico, ele deve fazer rir sugerindo ao mesmo tempo uma certa mensagem política. Para ser eficaz, esta análise deve ser feita à mão. Ela resulta numa série de elementos dispartados, mas que o autor havia organizado para fazer deles um todo lógico e homogêneo.

O desenvolvimento

Importa proceder ao desenvolvimento de todos esses elementos, organizando-os segundo um plano lógico. Este plano não é forçosamente o mesmo que o autor seguiu, mas também não é necessariamente diferente. Convém de fato, fazer a vontade do autor que quer convencer seu auditorio, fazê-lo passar de um certo nível de reflexão a um outro. Isto é, o desenvolvimento não deve em nada quebrar a dinâmica do autor, mas deve reproduzir este movimento do pensamento. Muitas vezes devem ser evitados planos que seriam puramente analíticos, sem levar em conta a meta que o autor tem em vista. Todas as paráfrases que só levam a repetir o que diz o autor num estilo diferente devem ser rejeitadas. O plano será estruturado em dois, três ou quatro partes, se necessário, depois em parágrafos, marcando cada um deles uma progressão no raciocínio, no estudo. Muitos aspectos do texto vão necessitar de uma explicação, por causa de uma alusão que deve ser esclarecida, de uma cronologia que deve ser estabelecida, etc. É preciso estar atento a cada um destes aspectos, para que se possa chegar a uma compreensão total do texto.

Naturalmente, desde a primeira abordagem do documento, desde a primeira leitura do texto, o espírito crítico do historiador está alerta: ele registra o que diz o autor, segue atentamente seu raciocínio, mas não lhe dá crédito a não ser com conhecimento de causa. O papel do leitor é avaliar a credibilidade do autor: está ele bem informado, foi testemunha direta do que relata? Se for este o caso, qual é sua intenção ao escrever? Se não, quais são suas fontes de informação? Já vimos, a propósito dos discursos em estilo direto, as explicações que nos dá Tucídides, elaboradas por ele mesmo, atribuindo-as ao mesmo tempo a Péricles, ao rei de Esparta ou ao delegado coríntio.

A crítica do documento

Esta é certamente a parte mais delicada, porque supõe um bom conhecimento dos outros documentos que dão informações sobre o mesmo período e o mesmo país. Por isso mesmo, o aluno principiante não deve alarmar-se, se não puder levar mais longe a crítica do texto, por falta de conhecimentos suficientes, particularmente sobre as diferentes fontes existentes. É trabalhando com método que ele chegará progressivamente a conhecer os documentos que é preciso colocar em paralelo com aquele que ele busca comentar completamente. A crítica do documento deve ser feita por confrontação das fontes entre si, para tentar descobrir a verdade histórica, ou pelo menos procurar aproximar-se da realidade na medida do possível. Não há razão para surpreender-se se os representantes de dois partidos opostos, Ésquino e Demóstenes, por exemplo, dão interpretações contraditórias de uma mesma paz concluída com Filipe II da Macedônia, mas pode ser interessante tentar compreender as condições nas quais esta paz foi jurada pelos dois lados.

Atenas. Decreto em honra de Kálias de Sfetos, 270/269

a) O intitulado: sob o arconato de Sosístratos, enquanto a tribo Pandionis exercia a sexta pritania para a qual Atenodoro, filho de Gorgipo, de Acarnes, era secretário, aos 18 de Posídeion que era o dia 21 da pritania, assembleia principal; entre os proedres submetia-se a vozes Epicarés, filho de Feidostratos, de Erquia, em companhia de seus colegas à proedria; aprouve ao Conselho e ao povo; Eucarés, filho de Euarcos, de Kontilié, fez a proposta:

b) Os considerandos: visto que Kálias – por ocasião do levante do povo, contra os que ocupavam a cidade, que expulsou os soldados mercenários da cidade, enquanto o forte do Museion ainda estava ocupado e que o território estava em estado de guerra nas mãos das tropas do Pireu e que Demétrio com seu exército aproximava-se através do Peloponeso para atacar a cidade –, Kálias viu o perigo que ameaçava a cidade, escolheu um milhar de soldados mercenários estacionados com ele em Andros, pagou seus soldos e garantiu seu abastecimento, e veio diretamente à cidade para socorrer o povo, agindo de acordo com a benevolência do Rei Ptolomeu para com o povo; ele enviou suas tropas ao território e fez todos os esforços para proteger a colheita de trigo, a fim de permitir que fosse trazido à cidade o maior número possível de grãos; e visto que, quando Demétrio chegou diante da cidade e fez o cerco, Kálias combateu ao lado do povo e marchou com seus soldados contra ele, e apesar de uma ferida ele não recuou diante de nenhum perigo em momento algum para salvar o povo; e quando o Rei Ptolomeu enviou Sosístratos para defender os interesses da cidade e que Sosístratos mandou uma embaixada para encontrá-lo no Pireu, com a qual ele combinaria os termos da paz com Demétrio no interesse da cidade. Kálias conformou-se com a demanda dos estrategos e do conselho, participou na delegação para o povo e fez tudo no interesse da cidade; ele permaneceu na cidade com seus soldados até que a paz fosse concluída; depois de ter ido juntar-se ao Rei Ptolomeu, ele continuou a cooperar com as delegações enviadas pelo povo em tudo e trabalhou no interesse da cidade; e por ocasião do acesso ao trono do jovem Rei Ptolomeu, Kálias, que residia na cidade – quando os estrategos o chamaram para explicar-lhe a situação na qual se encontrava a cidade e pedir-lhe que fosse à presença do Rei Ptolomeu no interesse da cidade, para que um socorro bem rápido em grãos e em dinheiro fosse dado à cidade – Kálias foi às suas custas a Chipre e depois de um encontro com o rei numa conversa favorável à cidade ele trouxe ao povo cinquenta talentos de prata e uma doação de vinte mil medimnos de frumento que foram medidos em Delos pelos enviados do povo; e quando o rei estabeleceu pela primeira vez os Ptolemaia, o sacrifício e os concursos em honra de seu pai e que o povo decretou enviar uma delegação sagrada achando que Kálias devia ser o chefe da delegação (*arquiteoro*) e tomar a frente da delegação do povo, Kálias aceitou com zelo e recusou as cinquenta minas destinadas pelo povo para o comando da arquitetura, para dá-las ao povo, ocupando-se do sacrifício em nome da cidade e de tudo o que convinha fazer com as delegações; e como o povo estava prestes a celebrar as Panateneias para Atená Arquegeta pela primeira vez depois da libertação da cidade, Kálias falou ao rei dos equipamentos necessários para preparar o *peplos* e, como o rei os deu à cidade, ele velou para que fossem os mais belos para a deusa e para que os teóros eleitos com ele os tragam diretamente aqui; e, agora, colocado pelo Rei Ptolomeu em Heliocarnasso, Kálias não cessa de mostrar seu zelo pelas embaixadas e delegações sagradas enviadas pelo povo junto do Rei Ptolomeu e, em particular, ele toma todo o cuidado necessário com cada cidadão que vem a ele e faz todo o possível também pelos soldados merce-

nários que estão com ele, sendo sua meta principal o interesse e a dignidade da cidade; [...] por sua pátria, ele não suportou jamais até aqui, [...] e quando a democracia foi derrubada, ele deixou confiscar seus próprios bens no tempo da oligarquia, em vez de agir contrariamente às leis e à democracia que é a de todos os atenienses.

c) A fórmula exortativa: a fim de que todos aqueles que querem rivalizar em ardor para com nossa cidade saibam que o povo se lembra sempre de seus benfeitores e manifesta a cada um seu reconhecimento.

d) A fórmula de resolução: à Boa Fortuna, apraz ao Conselho que os proedres que foram designados por sorteio para presidir a assembleia legal submetam a voto e apresentem a proposta do Conselho ao povo, a saber, que apraz ao Conselho.

e) As decisões: de conceder elogio a Kálías, filho de Timocarés, de Sfetos, por seu valor e devotamento que ele não cessa de demonstrar pelo povo de Atenas, e de coroá-lo com uma coroa de ouro segundo a lei, e proclamar a coroa nas grandes Dionísias, no concurso das novas tragédias; que os magistrados encarregados da administração se ocupem da fabricação da coroa e de sua proclamação; que o povo lhe erga também uma estátua de bronze na ágora, que ele tenha a proedria em todos os concursos organizados pela cidade, e que o arquiteto eleito, encarregado dos santuários, lhe atribua a sede de proedria; que o povo eleja imediatamente três homens de Atenas que se ocuparão da fabricação da estátua e de sua consagração; que os tesmotetas introduzam para ele o exame (*dokimasia*) da reputação na Heliéia, quando o prazo legal tiver expirado; a fim de que permaneça também uma lembrança do zelo de Kálías para o povo, que o secretário da pritania faça transcrever este decreto numa estela de pedra e que faça colocá-la junto da estátua; que para a transcrição e a estela os magistrados encarregados da administração ajustem a despesa empenhada.

Inscrição encontrada aos 20 de maio de 1971, na ágora de Atenas e publicada por T. Shear Leslie (*Hesperia*, Suppl. XVII, Princeton, 1978, p. 2-4).

Este exemplo de decreto honorífico ateniense revela bem o modo de construções de um tal decreto, bem datado, desde o começo do texto, pela menção do arconte, da pritania, do dia do mês da pritania; esses elementos cronológicos são seguidos da fórmula de sanção (aprove...) e do nome do autor da proposição. Os considerandos estão aí para justificar a proposição: convém portanto lembrar todos os benefícios e favores do personagem que deve ser honrado; é em geral a parte mais rica de informações para a história: aqui, descobre-se a função deste ateniense, Kálías, que serve como chefe de mercenários por conta dos reis lágidas, e que intervém nos negócios de sua cidade natal para libertá-la das guarnições macedônias; este decreto é o único testemunho de uma atividade tão grande dos reis lágidas em Atenas mesmo contra o antígônida Demétrio, o Poliorceta.

A conclusão da explicação de documentos

Concluir uma explicação nos oferece a ocasião de lembrar brevemente as contribuições do documento: em que ele modifica o nosso conhecimento sobre este período ou aquela instituição? Ao mesmo tempo, este documento que, no curso da

explicação, pôde ser confrontado com outros, pode revelar-se partidário, inexacto, mal informado e por isso mesmo esclarecer-nos sobre a credibilidade que se pode dar ao seu autor.

Para passar da teoria à prática e dar aos leitores deste livro um exemplo concreto de explicação de documento, tomemos o texto da inscrição de Atenas: Decreto em honra de Kálías de Sfetos, 270/69 (cf. texto enquadrado p. 107-108), para mostrar como se pode proceder nas diferentes etapas evocadas, sem redigir o desenvolvimento completo, mas indicando o conteúdo de cada passo.

Um exemplo: explicação do decreto em honra de Kálías de Sfetos

A introdução

Este decreto, gravado numa estela de pedra encontrada em 1971 na ágora de Atenas, e publicado somente em 1978, honra um cidadão cujos benefícios e relações contribuíram para restaurar a liberdade da cidade de Atenas diante das guarnições de Demétrio o Poliorceta, mas com a ajuda dos reis lágidas. Votado em 270/269, ele recorre a ações de Kálías muito anteriores, do tempo em que Demétrio podia agir na Grécia (portanto antes de 285) e quando Ptolomeu I ainda vivia (morto em 283). A decisão emana das instâncias normais de Atenas, o Conselho e o povo (isto é, a Assembleia ou Ecclesia): a estela devia ser colocada junto da estátua de bronze de Kálías na ágora, portanto ela foi praticamente encontrada onde foi erigida em 270 a.C.; temos aqui um documento de primeira mão, que nos chega sem outro intermediário, senão o lapicida.

O decreto é construído como todos os decretos atenienses (tivemos o cuidado de dar o título de cada uma das partes do texto: o título, os considerandos, a fórmula exortativa, a fórmula de resolução e as decisões).

[Importa mostrar claramente que o estudante deve conhecer bem o plano do decreto, o que não significa absolutamente que ele deve explicar o documento seguindo esta construção, senão todas as explicações de decreto seriam construídas com base no mesmo esquema.]

A análise

- O título oferece os elementos de datação do decreto: para compreender bem as instituições mencionadas, bastará referir-se à *Constituição dos Atenienses*, de Aristóteles, segunda parte, a partir do cap. 42, e pode-se consultar Cl. Mossé (*Les institutions grecques*, 6. ed. Paris: A. Colin, 1999 [Coll. Coursus]) para definir exatadamente: arconte, tribo, demo, secretário, assembleia principal, proedres, função do Conselho e da Assembleia (precisado na fórmula de resolução); ver também o papel dos tesmotetas e da Heliéia nas decisões.

• Os considerandos constituem o aporte essencial do texto, apresentando a ação de Kálias em circunstâncias precisas:

- Levante da cidade contra as guarnições estrangeiras a serviço de Demétrio, por conseguinte divisão da Ática em duas partes: a cidade de um lado, o território e o Pireu de outro, e avanço de Demétrio vindo do Peloponeso para tentar retomar a cidade. Kálias, cidadão ateniense, oficial a serviço de Ptolomeu I, comandando uma tropa de mercenários lágidas em Andros, desembarca na Ática com mil soldados; estes garantem a proteção das colheitas para o abastecimento da cidade.
- Cerco da cidade por Demétrio. A cidade resiste graças aos reforços trazidos por Kálias que é ferido.
- Conferência de paz no Pireu entre Demétrio e o enviado de Ptolomeu I, Sóstratos que recorre a Kálias designado para dirigir a delegação da cidade; a paz é concluída.
- Kálias vai juntar-se ao Rei Ptolomeu.
- Em 283, com o acesso ao trono de Ptolomeu II, a cidade envia Kálias para pedir ao jovem rei um socorro em grãos e em dinheiro; ele o encontra em Chipre e traz 50 talentos de prata e 20.000 medimnos de frumento.
- Em 279, Kálias dirige, às suas custas, a embaixada religiosa a Alexandria para os primeiros Ptolemeia e assume o sacrifício em nome da cidade.
- Ele obtém do rei a doação do material necessário para celebrar dignamente as Panateneias pela primeira vez desde a libertação da cidade.
- Em 270, Kálias está no Helicarnasso a serviço de Ptolomeu II, à frente de mercenários dentre os quais alguns parecem ser atenienses.
- No tempo da oligarquia, ele teve seus bens confiscados e nada tentou para protegê-los.
- As decisões enumeram as honras atribuídas a Kálias: o elogio, a coroa de ouro, uma estátua de bronze na ágora, a proedria, a estela.

N.B.: Esta análise não é necessariamente recopiada na explicação de texto redigida sob forma de um dever escrito; mas o estudante deve aplicar-se a fazê-la com muito cuidado para não deixar escapar nada das informações trazidas pelo documento.

O envolvimento

Depois da reflexão sobre os resultados da análise do decreto, parece que se pode construir um plano lógico sob a seguinte forma:

I. O contexto internacional e a situação de Atenas:

- Demétrio o Poliorceta, filho de Antígono o Caolho, ocupa Atenas e a Ática por guarnições e controla o Peloponeso no período que precede sua queda e sua prisão por Seleuco a partir de 285. Sabe-se, por toda parte, que ele perdeu a Macedônia depois de um ataque comandado por Pirro e Lisímaco (note-se que o decreto nunca fala de Demétrio com o título real; foram os atenienses que o saudaram com este título em 306, segundo PLUTARCO. *Vida de Demétrio*, 17-18, cf. também a divinização de Demétrio pelos atenienses relatada por DEMOCARÉS. *Hist.*, 21, e o hino dos atenienses a Demétrio, citado por DOURIS DE SAMOS, em *Ateneu*, VI, p. 253; em compensação, os lágidas são sempre qualificados como o Rei Ptolomeu; esta discriminação é voluntária e manifesta a hostilidade dos atenienses em relação a Demétrio e, em 270/269, em relação a seu filho Antígono Gonatas que reina na Macedônia).
- Ele tem contra si Ptolomeu I e este decreto é o primeiro documento que revela a intervenção ativa do rei lágida em 287/286 em favor de Atenas; as forças lágidas controlam o Mar Egeu, pois estão estabelecidas em Andros, ilha situada ao norte das Cíclades, entre o sul da Eubeia e Tenos; esta presença é durável, visto que em 270/269, no momento do voto do decreto, Kálias mantém guarnição em Halicarnasso por conta de Ptolomeu Filadelfo. Chipre também é lágida, isto é, seria totalmente incorreto considerar os lágidas encerrados só no Egito e em Alexandria. Notemos que este poderio lágida sempre parece representado por soldados mercenários, comandados por oficiais estrangeiros, como o ateniense Kálias.
- Neste combate dos chefes, Atenas parece estar em situação bem difícil: o povo sofre com a fome que se pode ver por ocasião da intervenção de Kálias e de seus soldados vindos de Andros; a primeira preocupação deles é proteger a colheita para abastecer a cidade. Depois do advento de Ptolomeu II (morte de seu pai em 283), a cidade tem necessidade de um socorro urgente em grãos e em dinheiro e Ptolomeu se mostra generoso; nota-se o papel de Delos como centro de troca.
- O povo da cidade de Atenas sublevar-se em 287/286, teve êxito em expulsar a guarnição da cidade, mas a colina das Musas está sempre ocupada por uma guarnição de soldados de Demétrio (olhar um projeto de Atenas para ver que esta colina está bem próxima da acrópole, ao oeste). Surpreende-nos, portanto, a fraqueza e impotência dos atenienses, uma geração após a guerra lamiana; a cidade podia, nesta época, lutar, quase de igual para igual, com os exércitos macedônios de Antipatro e de Crátero. Agora ela é obrigada a suportar a presença de guarnições estrangeiras em seu solo sem conseguir expulsá-las. Este enfraquecimento explica-se certamente, em boa parte, pela redução do corpo cívico, a partir de 322, que resulta das disposições oligárquicas que excluíram do corpo cívico 12 mil cidadãos pobres segundo Plutarco (ou 22 mil segundo Diodoro). Estas disposições foram certamente anuladas depois, mas o mal estava feito e muitos excluídos não voltaram, o que explica que se encontrem entre os mercenários ao serviço dos lágidas.

- A cidade de Atenas é dividida em duas partes: a cidade de um lado, o Pireu e o território ocupado pelas fortalezas de outro lado. Esta situação cria problemas para o funcionamento das instituições, porque só podem assistir as sessões da Assembleia, ser escolhidos como *bouleutes*, juízes ou magistrados os habitantes da cidade. Ela também cria problemas para a vida econômica, porque a separação entre o porto e a cidade interrompe todas as trocas internas, proíbe o abastecimento da cidade sitiada e priva os comerciantes do Pireu de seus escauduros naturais de mercadorias.

II. O papel de Kálias

- Ele é ateniense: Kálias, filho de Timocarés, do demo de Sfetos. Ele permanece ligado à sua cidade, mas aceitou servir os reis lágidas, como oficial comandante das tropas mercenárias. Por que esta opção? Sem dúvida porque em Atenas mesmo ele não encontrava atividade que lhe convinha; ele não é uma exceção, mas antes um exemplo desses numerosos atenienses que assumem serviço no exterior, por conta de um ou de outro dos poderosos da época. Graças a esta atividade, Kálias é alguém que tem poder e eficácia: ele parece bastante livre em relação ao rei lágida (sua partida de Andros com mil homens parece quase uma iniciativa pessoal, mas “ele age de acordo com a benevolência do rei”); além do rei o que pede: dinheiro, trigo, material necessário à celebração das Panateneias. Kálias parece rico a seus compatriotas: ele vai a Chipre por sua conta: designado como arquiteto na ocasião dos Ptolemaia, ele devolve ao povo as 50 minas previstas para esta ocasião e assume as despesas desta liturgia e do sacrifício em nome de Atenas. Kálias sempre foi leal a Atenas e a suas instituições democráticas; jamais ele pactuou com a oligarquia (sem dúvida aquela que foi imposta por Demétrio de Falero (317-307), talvez se trate também do regime tirânico (299/294) de Lacarés, mesmo quando seus bens na Ática eram confiscados).

- Sua intervenção salva os atenienses da cidade, em 287: a expedição é interessante. Ela supõe que Kálias disponha de uma frota para transportar mil soldados, seu armamento e seu abastecimento de víveres de Andros para a Ática; pode-se pensar que eles desembarcaram na costa oriental, talvez perto de Maratona, uma vez que o Pireu está nas mãos da guarnição de Demétrio. De lá eles ganharam a cidade e protegeram as colheitas de trigo. Esta tropa combate ao lado das pessoas da cidade contra Demétrio e seu exército vindos do Peloponeso, combate que se trava ao longo dos baluartes de Atenas. Mas Kálias só pode agir graças ao apoio do Rei Ptolomeu I. É finalmente a intervenção deste rei que impõe a Demétrio uma paz precária, pois ela não regula a situação da cidade de Atenas que permanece rompi-da entre a cidade libertada de um lado, o Pireu e o território ocupados pelas guarnições macedônias de outro lado: o enviado de Ptolomeu I Soter é conhecido como um rico habitante do Cnido, amigo do rei (não é outro senão o arquiteto do farol de Alexandria). Nas negociações do Pireu, Kálias representa os atenienses da cidade.

- Kálias continua em seguida a serviço do rei lágida: ele o encontra depois da conclusão da paz, mas quando acedeu ao trono o jovem Rei Ptolomeu II, ele habitava em Atenas. Parece que este fato deve ser interpretado, aqui, mais como o acesso de Ptolomeu II ao trono, na morte de seu pai, em 283; ele estava associado à realeza desde 285, mas Ptolomeu I mantinha o poder. Parece, portanto, que a viagem de Kálias a Chipre se situa em 283: ele vai lá a pedido dos estrategos atenienses: a cidade ainda separada de seu porto e de seu território precisa de grãos e de dinheiro. Estes socorros podem responder a uma necessidade urgente dos habitantes famintos; a doação de dinheiro também pode dar ocasião a pensar que as pessoas da cidade tentavam negociar a partida da guarnição do Pireu contra uma soma de dinheiro, por não conseguirem desalojá-la pelas armas (uma tentativa fracassou um pouco antes, quando o oficial Hiérocles, com quem os atenienses se haviam entendido, abriu as portas do Pireu para lá introduzir o grupo de soldados da cidade, mas depois de ter prevenido a guarnição que os massacraram, segundo Polieno V, 17). Outros dons foram obtidos pelos atenienses junto do Rei Lisímaco (Pseudo-Plutarco, *X Orat. Vitae*, 851, e decreto para o poeta Filípides (283/282), IG II 657, traduzido por POUILLOUX, J. *Choix d'inscriptions grecques*, n. 1. Paris, 1960), junto de Antípatro, filho de Cassandro, junto de Spartacos IV (IG II 653) e de Audoleon, rei dos peônios (IG II 654). A cidade vive realmente de mendicância, ela é assistida.

- Em 279, Ptolomeu II instituiu, em Alexandria, uma festa em honra de seu pai, os Ptolemaia, sacrifício religioso e concurso ao mesmo tempo, que são equiparados em honra aos concursos olímpicos; são os primeiros concursos estefanitas (que dão como recompensa uma coroa de folhagem) ou concursos sagrados criados fora da Grécia, nos quais Atenas deve ser representada. É Kálias que é escolhido e que oferece o sacrifício (bois e touros) digno da cidade. O decreto não diz nada sobre a reunificação da cidade que se efetuou na primavera 281, quando o Pireu foi evacuado por sua guarnição macedônia, sem dúvida porque Kálias não interveio nesta operação que deve ter sido regulada sem violência, pela negociação (cf. o decreto em honra do ancião arconte Êutios (282/281), publicado por B.D. MERITT: *Hesperia*, 7, 1938, p. 100-109). Ch. Habicht (*Athènes hellénistique*. Paris: Les Belles Lettres, 2000, p. 113) acha que não houve reunificação da Ática em 281 e que a separação entre a cidade de Atenas e o porto do Pireu ocupado por uma guarnição macedônia prolongou-se, sem descontinuidade, até 229. É sem dúvida por causa desta reunificação da cidade, ou pelo menos pelo progresso nesta via, que os atenienses querem celebrar com um fausto particular as Grandes Panateneias e apelam para a diplomacia de Kálias a fim de obter o auxílio generoso do rei lágida.

- Na hora do voto do decreto, Kálias serve a Ptolomeu II como comandante da guarnição lágida instalada no Helicarnasso, na costa sul da Jônia. Portanto, o poder estabelecido em Atenas, nesta data, é favorável à aliança com o rei lágida: Atenas, livre desde 281, escolheu, na tensão constante que opõe Antígono Gonatas a Ptolomeu Filadelfo, o campo lágida.

III. O reconhecimento dos atenienses

• Este reconhecimento se manifesta no quadro das instituições da cidade e pela atribuição de honras cuidadosamente dosadas:

• O decreto é votado pelo Conselho, depois pelo povo segundo a proposta do Conselho, de acordo com a *Constituição dos Atenienses*, de Aristóteles (XLV, 4), que prevê a deliberação prévia do Conselho. O voto se desenrola no curso da Assembleia principal (ARISTÓTELES, XLIII, 4), sob a presidência dos proedres (Aristóteles, XLIV, 2) escolhidos à razão de um por tribo que não exerce a pritania. Mas, à diferença do texto de Aristóteles, à época do decreto, os atenienses estão divididos em doze tribos, e não mais em dez como queria Clístenes, desde a criação das tribos antigônidas e demétrias em 306. Estamos na sexta pritania, portanto em meados do ano, e este começa na lua nova que segue o solstício do verão; o mês Posideion corresponde efetivamente ao período dezembro-janeiro; é então uma sessão da assembleia que se desenrola no inverno. O ano é indicado pelo nome do arconte epônimo (ARISTÓTELES, LVI). Ao lado dos magistrados ordinários de Atenas que figuram no decreto (o arconte, os tesmotas, os estrategos, o secretário da pritania), é preciso notar o papel financeiro atribuído aos assim chamados magistrados encarregados da administração (em grego é o termo *διοίκησις* que os designa), magistraturas correntes na época helenística e que escapam sem dúvida às regras habituais pela duração de suas funções que é superior a um ano. O exame (*dokimasia*) das recompensas diante da Heliéia é introduzido pelos tesmotas, depois da expiração do prazo legal, que corresponde ao período durante o qual as acusações de ilegalidade podiam ser depositadas em juízo. Este prazo é diferente daquele que separava a demanda das honras da deliberação do decreto diante da Assembleia, que aqui é qualificada de "Assembleia segundo a lei", isto é, a Assembleia que se realizava depois da expiração do prazo e cuja duração é ignorada. Não se tem aqui a prova cabal de que Kálias solicitou oficialmente as honras, como se sabe que o fez seu irmão, por exemplo, mas é muito provável que tenha acontecido o mesmo com Kálias. De fato, em 270, apesar das dificuldades pelas quais passou a cidade, as instituições funcionavam em Atenas como em pleno período clássico.

• As honras atribuídas para testemunhar o reconhecimento da cidade para com Kálias são habituais: o elogio público pelo arauto da cidade, a coroa de ouro, a estátua de bronze na ágora, a proedria e a estela. Para atingir as maiores honras, falta a Kálias o convite permanente para ele e o primogênito de seus descendentes ao pritaneu. Por que esta restrição nas recompensas concedidas a este benfeitor da cidade? Será que é porque ele está então no Helicarnasso? Ou será que houve algumas reticências para conceder-lhe as maiores honras? Não se pode afirmá-lo precisamente através do decreto.

A conclusão

Este decreto é sobretudo interessante porque traz informações sobre a situação de Atenas num período durante o qual as fontes literárias são praticamente inexistentes. É através dele que podemos conhecer o papel ativo dos lágidas na Grécia central desde 286, sua hostilidade em relação a Demétrio e seu apoio ativo aos atenienses desejosos de libertar-se da ocupação das guarnições de Demétrio. Comparando-o com outros decretos atenienses já citados (decreto para o poeta Filípides, decreto para Êutios), pode-se seguir os esforços dos atenienses por sua liberdade e pela reunificação de sua cidade dilacerada. O personagem Kálias também é digno de prender a atenção: na verdade, num decreto em sua honra, só são retidos os atos que podem justificar o reconhecimento de seus concidadãos. A originalidade do personagem é ainda mais surpreendente quando se compara este decreto com o decreto que os atenienses votam em honra de seu irmão, Faidros, filho de Timocarés de Sfetos, em 255/254 (IG II 682). Faidros exerceu primeiramente a função de estrategos dos hoplitas em Atenas e ajudou seu irmão Kálias a recuperar a colheita em 287. Depois, ele tomou sistematicamente o contrapé das posições de Kálias: enquanto Kálias escolheu sempre o campo lágida e o apoio dos Ptolomeus em Atenas, seu irmão Faidros sempre foi aliado do campo antigônida e defensor da aliança macedônia. Portanto, estamos aqui diante de opções políticas radicalmente inversas. É normal que Kálias seja honrado pela Atenas livre antes de desencadear-se a guerra de Cremônidas contra Antígono Gonas. Em compensação, seu irmão é honrado enquanto Atenas, vencida, está de novo nas mãos das guarnições macedônias. Será que se trata de uma habilidade política que permite a uma família e à cidade sobreviver em qualquer circunstância, colocando um de seus membros junto do rei lágida e o outro junto do rei antigônida? Talvez, mas também pode tratar-se de uma rivalidade entre irmãos que se traduz por opções tão opostas. Seja como for, Atenas não parece mais livre de suas orientações de política externa. Fraca demais, ela utiliza sucessivamente aqueles de seus concidadãos que fizeram uma opção favorável, correndo o risco de recompensar sucessivamente os defensores de políticas inconciliáveis.

Será proveitosa a leitura do livro de Philippe Gauthier, *Les Cités grecques et leurs bienfaiteurs* (IV-Isièle av. J.-C.). *Contribution à l'histoire des institutions*, supplément 12 do BCH, Paris, 1985, e seu artigo "La réunification d'Athènes en 281 et les deux archontes Nicias" (REG, 92, 1979, p. 348-399), além do livro que acompanha a publicação deste decreto: SHEAR JR., T. Leslie. "Kallias of Sphettos and the Revolt of Athens in 286 B.C." (*Hesperia Suppl.* XVII, 1978, 117 p.) Cf. também o livro de Christian Habicht (*Athènes hellénistique* - Histoire de la cité d'Alexandre le Grand à Marc Antoine. Paris: Les Belles Lettres, 2000, p. 112-113 e 146-147).

O papel do historiador

Os diversos documentos indispensáveis ao trabalho do historiador da Antiguidade que acabamos de descrever, certamente não o isolam dos historiadores dos outros períodos, seja pelo volume da documentação disponível, e às vezes pela natureza desta documentação. Mas a pesquisa é absolutamente semelhante, quer se trate de um especialista da época medieval, do período moderno ou do mundo contemporâneo. François Hartog, num artigo dos *Annales ESC* de 1982 ("Histoire ancienne et Histoire", p. 687-696), insiste com razão sobre esta comunidade, teme o isolamento dos historiadores da Antiguidade e sublinha o perigo que seria a erudição pura.

O encontro do historiador com o documento

De fato, é indispensável lembrar que, para constituir a história, não basta colocar em série os diversos documentos e confrontá-los. A história se faz pelo encontro de toda esta documentação com uma pessoa, o historiador, cuja função deve ser especificada. No mesmo artigo, François Hartog quer opor a concepção de Henri Irénée Marrou, em seu artigo "Comment comprendre le métier d'historien" (In: *L'Histoire et ses Méthodes*, p. 1516): "O historiador se parece um pouco com o arquiteto que, para realizar seu plano deve recorrer a toda uma série de profissionais [...], utilizados cada um em sua categoria", e esta de Louis Robert, p. 475, que escreve a propósito da epigrafia: "A epigrafia não poderia isolar-se da história feita com os outros documentos, da linguística e da filologia, da papirologia e da paleografia, da numismática. O historiador é um homem-orquestra que sabe lançar mão de cada instrumento disponível e tirar de todos uma sinfonia. Segundo os momentos, ele é linguista ou numismata, é epigrafista caso seja capaz de utilizar as inscrições diretamente e com crítica, interpretá-las e ligá-las aos outros documentos". Não estou certo de que as duas apresentações sejam tão radicalmente inconciliáveis. A querela das "ciências auxiliares" perdeu o interesse, pois cada um dos domínios diferentes da documentação é digno de atenção e nada de pejorativo deve pesar nesta expressão cômica de "ciências auxiliares" da história. Não caberia representar-se a História como uma ciência por si mesma, separada de todo aporte documental, não mais do que um estudo hermeticamente fechado de cada fonte documental, sem ligação sólida entre as fontes, seja para construir uma casa como o faz o arquiteto, ou para compor uma sinfonia, como o homem-orquestra, se quisermos atribuir a este termo a nobreza do músico-compositor. É claro que podemos dizer que este é um artista, enquanto o historiador ambiciona ser um cientista.

O tratamento do documento

"A história é inseparável do historiador", dizia Henri Irénée Marrou, no sentido de que é ele que é capaz de dar vida ao documento inerte, é ele que pode mode-

lalo para torná-lo mais sugestivo, mas o resultado dependerá naturalmente da cultura, das qualidades e dos limites da personalidade do historiador. Ele não pode contentar-se em fazer história evenemencial, a partir de fatos históricos estabelecidos. Deve, primeiro, fazer uma seleção, não reter necessariamente todas as anedotas ou explicações morais de um Plutarco, por exemplo. Deve, sobretudo, construir, isto é, passar de fatos independentes a realidades mais amplas: o relato de uma batalha por Tucídides, Xenofonte, Políbio ou Salústio pode levar a comparações entre uns e outros e, daí, a uma definição da tática militar, da organização do exército grego ou romano, ou nômada. O historiador deve interessar-se por movimentos de longa duração, que tratam de demografia, de regime político, da organização social, da atividade econômica, das correntes artísticas, da vida religiosa, dos sistemas de pensamento. É assim que ele pode chegar a definir a cidade antiga ou outros modos de organização das coletividades humanas. O historiador está simplesmente limitado em suas construções pelos elementos documentais de que dispõe: quer fazer um estudo da demografia da Antiguidade é na maioria das vezes muito arriscado ou fantasístico, porque as estimativas não se baseiam senão em informações bem lacunares ou imprecisas, quer se trate dos efetivos de soldados mobilizados nos exércitos, ou das cercas ou estruturas circundantes das cidades e de sua superfície assim delimitada. Às vezes, os historiadores antigos oferecem muitas indicações para que se possa tentar uma avaliação precisa da população de uma cidade e seguir sua evolução num longo período, mas isto é exceção, como veremos no caso de Esparta (cf. texto enquadrado, p. 118-121). A utilização das superfícies cercadas por uma cintura de muralha fortificada é frequentemente bem imprecisa, pois ela supõe a fixação de um número de habitantes por hectare, mas é preciso saber que muitas dessas cercas circundam não só superfícies construídas, mas também zonas vazias de toda construção que deviam servir a populações da vizinhança que buscavam refúgio atrás do baluarte com seu gado quando sentem uma ameaça externa. Outros indícios podem ser retidos a partir do dinamismo deste ou daquele Estado que supõe uma população em crescimento (pensa-se na Macedônia de Filipe II e de Alexandre o Grande no Epiro de Pirro). A construção de cidades novas indica também um crescimento demográfico, mas a avaliação precisa, como na época moderna ou contemporânea, não é possível.

Voltando ao historiador, é certo que ele não poderia ser apenas um especialista, um erudito. Seu raciocínio, sua exploração dos documentos serão tanto mais fecundos se estiverem fundados numa vasta cultura. Isto é mostrar sem dúvida uma grande exigência com relação ao historiador, mas é certamente a condição de uma história de qualidade. Ao mesmo tempo, o historiador ganha sendo um homem de seu tempo, engajado na vida de sua época, habituado às dificuldades da vida social pelas responsabilidades assumidas. Ele manifesta também uma curiosidade constante, uma abertura à observação, ao diálogo. Deve ser exatamente o contrário do erudito

isolado em sua torre de marfim, se ele quiser ser capaz de colocar com precisão os problemas do passado e, para nós, de um passado longínquo, a Antiguidade.

A definição do verdadeiro problema é capital

É o que Karl Polanyi chamava "as questões operatórias", evocadas por sua vez por Moses I. Finley (*Mythe, mémoire, histoire*, p. 256). O historiador deve evitar os falsos problemas para concentrar sua atenção naqueles que podem realmente esclarecer o passado, que permitam compreendê-lo melhor, que correspondam a realidades vividas pelos antigos. Com muita frequência, a documentação guia o historiador da Antiguidade para este ou aquele problema: quando ele tem a chance, como em Butroto, de dispor de uma centena de atos de alforria inéditos que permitem conhecer os nomes de mais de quinhentos escravos e de grupos familiares, de patrões, num dado local e numa duração precisa; o historiador pode examinar os problemas ligados ao mundo dos proprietários e à comunidade familiar dos bens, ao lugar da mulher nesta sociedade de pessoas livres, aos escravos, às suas origens, à sua divisão por sexo, por idade, por atividade, além das condições de alforria: papel da divindade, estatuto do alforriado, cláusulas desta alforria. É toda a vida social de uma pequena região que revive, ao mesmo tempo que suas práticas jurídicas. A partir daí, o historiador pode fazer comparações com as alforrias praticadas em outros santuários, em outras regiões e chegar, por exemplo, a uma revisão da opinião admitida até aquele momento sobre o lugar da mulher na sociedade grega, compreendida durante muito tempo somente através da documentação ateniense. De nada adianta levantar problemas teóricos, se a documentação não oferece nenhum elemento para a solução deles. Mas o exame atento da documentação, em sua grande diversidade, fornece às vezes pistas novas e elementos de resposta para questões que ainda não tinham sido levantadas. Os conceitos que tornam inteligível a realidade histórica devem surgir do exame do documento. O historiador deve promover, ao mesmo tempo, a utilização de novos documentos até então inacessíveis; basta pensar no progresso que a fotografia aérea permite, não somente na pesquisa arqueológica, mas no estudo dos planos parcelares e dos cadastros antigos.

A população cívica em Esparta do século V ao século III aC.

- Aristóteles (*Política*, II, 1270 a), falando da Lacônia e da Messênia, antes da Batalha de Leuctra (371), evoca "este país capaz de nutrir 1.500 cavaleiros e 30 mil hoplitas", aplicando-se estes números naturalmente ao mesmo tempo aos periecos e aos *homioi*;
- Plutarco (*Vida de Ágis*, 8, 1-2) indica que a reforma de Ágis, em meados do século III aC, previa 4.500 lotes espartanos e 15 mil lotes periecos, só para a Lacônia;
- Plutarco (*Vida de Licurgo*, 8) dá cifras idênticas: 30 mil lotes para os periecos, 9 mil lotes para os espartanos. Não pode tratar-se só da Lacônia, como diz o autor, mas do conjunto

Lacônia-Messênia, numa época em que, no entanto, a Messênia ainda não havia entrado no domínio espartano; esta é uma das numerosas confusões cronológicas de Plutarco que escreve muito tempo depois da fundação da cidade espartana pelo legendário Licurgo. Pode-se, pois, reter, como base de partida, esta avaliação do corpo cívico espartano formado de 9 mil cidadãos, número do qual Ágis IV se lembra bem em meados do século III, quando quer reformar a cidade em plena decadência, particularmente em razão da diminuição do corpo cívico;

- Heródoto VII, 234, depois da Batalha das Termópilas que viu a morte de 300 espartanos, relata o diálogo entre Xerxes e Demarato que explica: "Há na Lacodemônia uma *polis* Esparta que fornece cerca de 8 mil homens; todos esses são *homioi* (semelhantes) aos que combateram (nas Termópilas), os outros lacedemonianos não lhes são *homioi* (semelhantes) mas são bravos também"; trata-se dos periecos que são lacedemonianos mas não espartanos. O número de 8 mil cidadãos, mencionado aqui, corresponde a uma ligeira baixa dos efetivos do corpo cívico que não atinge mais o número ideal de 9 mil;

- Heródoto, IX, 28, no ano seguinte, por ocasião da Batalha de Plateias, descreve assim o contingente lacedemoniano: "Na ala direita estavam dez mil lacedemonianos; na totalidade, 5 mil espartanos, tendo uma guarda de 35 mil hilotas armados à ligeira, à razão de sete agregados para cada um deles"; a infantaria pesada lacedemoniana conta uma metade de espartanos e a outra metade de periecos, sem falar dos numerosíssimos hilotas armados à ligeira; pode-se, sem dúvida, admitir que os 5 mil espartanos, presentes em Plateias, representam cerca de 60% das 8 mil cidades acima, correspondendo as outras ao contingente deixado à guarda da Lacônia e da Messênia, e inclusive os soldados mais idosos que não servem fora do território nacional; quer dizer que em 479 a população cívica de Esparta permanecia vizinha de 8 mil homens;

- Tucídides, V, 68, descreve o exército lacedemoniano na batalha de Mantínea, em 418; no parágrafo 64, ele indicou que Esparta efetuou um recrutamento em massa (*pandemos*), depois enviou um sexto dos efetivos, compreendendo os mais jovens e os mais idosos à guarda do território; os outros foram engajados na batalha: "Foram engajados sete *lochoi*, além dos esquiritas que eram 600; cada *lochos* compreendia quatro pentecostias; cada pentecostia quatro enomotias; na primeira categoria da enomotia, havia quatro homens; em profundidade, ainda que cada formação dependesse das decisões do *lochage*, eles formavam em princípio oito categorias. A primeira linha era formada por 448 homens, fora os esquiritas"; temos, portanto, na base, a *enomotia* ou seção de 32 homens (= duas *sissitias*), depois, a *pentecostia* = 4 *enomotias* = 128 homens, o *lochos* = 4 *pentecostias* = 512 homens, ou seja, para 7 *lochoi* = 3 584 homens; obtém-se o mesmo resultado na base de 8 categorias de 448 homens = 3 584 homens. Na totalidade, uma parte, pelo menos igual à metade, é formada de periecos, quer dizer que os espartanos fornecem um contingente inferior a 2 mil combatentes; mesmo ajuntando aqueles que foram deixados ou reenviados à Lacônia, fica-se muito abaixo de 3 mil homens, em torno de 2 100 cidadãos, o que parece indicar uma diminuição considerável do corpo cívico entre 479 e 418. Esta diminuição do número dos cidadãos, esta oligantropia, é um traço importante da evolução da cidade espartana durante o século V. Um episódio da Guerra do Peloponeso ilustra bem a preocupação de Esparta diante desta baixa de efetivos: enquanto que nas Termópilas 300 espartanos tombaram do lado de Leônidas, sem murmúrio na cidade, a inquietação é viva em Esparta em 424, quando os atenienses conseguem cercar na ilha de Esfacteria um contingente lacedemoniano; imediatamente depois, os espartanos enviam uma embaixada aos atenienses

Restaria explicar esta diminuição brutal do corpo cívico no curso do século V, entre Platão (429) e Mantínia (418); as causas são certamente múltiplas: supermortalidade masculina devida à guerra, baixa da natalidade provocada pela morte de jovens combatentes, desigualdade social que acarreta a exclusão dos cidadãos arruinados do corpo cívico e, com certeza, perdas ligadas ao tremor de terra de 464.

Este cuidado com a definição de verdadeiros problemas não deve levar ao desprezo da erudição que é indispensável para uma ótima exploração da documentação, com a condição de não deter-se neste estágio. Aqui, como em qualquer estudo, deve-se buscar um justo equilíbrio que permita, a partir de uma utilização aprofundada da documentação, substituir os resultados obtidos numa perspectiva mais ampla. Em seu ensaio *Sur l'histoire ancienne* (Paris, 1987, p. 118-124), Moses I. Finley atém-se vigorosamente à obra de Peter M. Fraser, *Ptolemaic Alexandria*, 1972, cuja "erudição fabulosa" ele saudou, para melhor criticá-lo – querelas de escolas ou de pessoas? – com lances de citações bem curtas que, isoladas de seu contexto, podem não refletir exatamente o pensamento de seu autor. Ele acrescenta: "Inútil é também explicar longamente que esta erudição anacrônica não foi contaminada pelo mínimo contato com a literatura abundante e muitas vezes inteligente sobre a sociologia e a história das cidades em geral". Concordamos naturalmente com Moses I. Finley, quando afirma que o estudo do urbanismo na Antiguidade e de outra época é importante para levantar as questões da origem dos habitantes que vieram povoar uma nova cidade, seu modo de recrutamento, seus recursos e especialmente seu abastecimento, suas atividades e suas relações com o interior do país. São importantes as questões que vêm naturalmente à mente do historiador, mas é preciso seguir também Max Weber, citado por Finley: "Se o historiador [...] descarta a tentativa de formular tais ideais-tipos sob pretexto de que são 'construções teóricas' [...] segue-se daí que, via de regra, ou ele aplica conscientemente ou inconscientemente outras construções análogas sem formulá-las explicitamente e sem elaboração lógica, ou ele permanece submerso na esfera do que é 'vagamamente sentido'". Esta construção de modelos, Finley a opõe nitidamente ao que ele qualifica de erudição pura. Ele tem a prudência de acrescentar: "É da natureza dos modelos serem constantemente sujeitos a reajustamento, correção, modificação ou substituição pura e simples. [...] O velho medo do *a priori* está mal colocado: toda hipótese pode ser modificada, ajustada ou descartada, se preciso. Mas, sem hipótese, não há explicação; só há re- portagem e taxinomia bruta, erudição no sentido mais estrito". Parece-nos que o importante é não deformar as informações recolhidas nos documentos antigos para tentar fazê-los coincidir com o modelo; é este o problema da honestidade e do rigor intelectual e o historiador tem realmente o dever de associar a erudição – que não deve aparecer absolutamente sob um sentido pejorativo – com a concepção inteligente dos verdadeiros problemas que ele deve sempre adaptar, isto é, fazer surgir tempos muito antigos e sociedades bem diferentes da nossa.

ses para negociar a suspensão dos combates e a restituição dos soldados cercados (Tucídides, IV, 19, 1); finalmente, as operações militares prosseguem até a rendição dos lacedemônios, assim apresentada por Tucídides, IV, 38, 5: "A cifra dos homens mortos na ilha ou feitos prisioneiros foi a seguinte: passou de 420 hoplitas ao todo; neste número, foram encontrados vivos 292, o resto foi morto; uns 120 dentre esses sobreviventes eram espartanos"; é para esses 120 cidadãos que Esparta está pronta a fazer muitas concessões; é verdade que Tucídides, V, 15 1, acrescenta: "Os espartanos, entre eles estavam homens de primeira categoria" – o que é confirmado por Plutarco, *Vida de Nícias*, 10, dizendo que os prisioneiros de Pilos eram das primeiras famílias de Esparta – "tendo parentes entre os mais poderosos". A sorte desses 120 espartanos parece de repente de primeira importância; seus laços familiares podem explicar parcialmente esta preocupação da cidade, mas pode-se também ver nisso a vontade de não amputar ainda o corpo cívico de uma porcentagem não negligenciável de seus membros (de 4 a 5 % em relação ao número de combatentes espartanos na batalha de Mantínia). É verdade que esses cidadãos que deveriam ter perecido no combate ou ser definitivamente excluídos da cidade, em virtude da tradição espartana, porque nenhum combatente espartano podia entregar suas armas, a cidade vai progressivamente reintegrá-los plenamente em seus direitos. Eis aí uma grave distorção do direito consuetudinário lacedemônio, mas a aligantropia é muito grave para que a cidade possa, sem preocupar-se, perder ainda 120 entre os melhores dos cidadãos.

O declínio demográfico parece prosseguir nos dois primeiros terços do século IV; não se pode tirar informações úteis do relato de Xenofonte (*Helênicos*, IV, 2, 16), que conta a Batalha de Nemeia, em 394, onde ele enumera um corpo de hoplitas dos lacedemônios de 6 mil homens: ele está certo de que, mesmo retirando uma metade de pereiros, o número é ainda muito grande para aplicar-se só aos espartanos; Xenofonte parece ter contado entre os lacedemônios os hoplitas fornecidos por Tegeia e Mantínia. Mais claras são as informações dadas por Xenofonte (*Helênicos*, VI, 4, 15) sobre a Batalha de Leuctra, em 371: "Os polemarcas viam que no conjunto dos lacedemônios havia perto de mil mortos, e que sobre os espartanos propriamente ditos, que estavam presentes em número de cerca de 700, perto de 400 foram mortos"; para enfrentar o perigo tebano, após a derrota de Leuctra: "Os éforos decretaram a mobilização para os dois *morai* (corpos de infantaria) que restavam, até a quadragésima classe (até 60 anos); e eles expediram os homens dos *morai* em campanha até esta idade, porque antes só os homens das 35 primeiras classes tinham participado para a expedição de Fócida; mesmo aqueles que foram deixados no local neste momento para ocupar-se com as funções públicas receberam ordem de partir com eles". Portanto, portanto, concluir que os 700 espartanos presentes em Leuctra representavam as 35 primeiras classes etárias de quatro *morai*, menos alguns magistrados deixados em Lacônia-Messênia; deveríamos acrescentar, para ter o número dos *homoiói*, as 35 primeiras classes dos dois outros *morai* (cerca de 350 homens), mais as cinco últimas classes etárias (entre 55 e 60 anos) assim como os idosos de mais de sessenta anos, dispensados de toda obrigação militar: no total, não se deve praticamente ultrapassar 1 200 cidadãos, entre os quais 400 pereceram em Leuctra. De 8 mil cidadãos em 480, Esparta caiu para menos de mil depois de Leuctra, em 371; estamos, finalmente, bem próximos do número dado por Plutarco (*Vida de Agis*, 5), que dá, em meados do século III aC, o número de 700 espartanos, entre os quais somente uma centena possuía ainda um lote de terra; parece, pois, que a hemorragia de cidadãos tenha estancado entre 370 e 250, mas não houve nenhuma reabilitação do corpo cívico, o que explica o enfraquecimento de Esparta durante o fim do século IV e na época helenística.

No término deste retrato, sem dúvida ideal, do historiador, o leitor não deve sentir-se abatido pela dificuldade da tarefa. É verdade que o historiador não é somente um erudito que se entrega a uma tentativa de síntese, mas é antes de tudo um especialista da história que é capaz de adquirir as competências necessárias nas diferentes ciências auxiliares, que lhe permitem ter acesso aos documentos primitivos. Em suma, seu trabalho lucra naturalmente com as pesquisas, com os trabalhos dos diferentes especialistas em epigrafia, numismática, filologia, etc. Sua síntese não é na verdade um trabalho individual, mas o resultado de um esforço coletivo, do qual ele soube beneficiar-se e utilizar os resultados, estando ao mesmo tempo apto a verificá-los e criticá-los. É um trabalho apaixonante, este da busca do documento, de sua explicação, de sua compreensão, de sua crítica e da confrontação com as outras fontes, apoiadas numa vasta cultura, numa experiência humana e no trabalho de outros pesquisadores em vista da construção de uma síntese, certamente incompleta por causa das lacunas da documentação, mas curiosa para conhecer todos os aspectos da vida no passado longínquo da Antiguidade.

3

AS GRANDES ETAPAS DA ANTIGUIDADE: PROTO-HISTÓRIA E ÉPOCA ARCAICA

Neste terceiro capítulo, não temos a pretensão de redigir um manual de história da Antiguidade. Já existem muitos manuais que tratam de todo ou de parte deste período histórico, e não teríamos espaço para fazer esta obra. Nosso projeto é mais modesto: dar uma introdução à história da Antiguidade. Portanto, convém fazer aqui uma rápida apresentação dos eventos em seu desenvolvimento cronológico e em seu quadro geográfico. Na maioria das vezes, esta apresentação será feita com base num quadro cronológico, tentando marcar exatamente o caráter contemporâneo de eventos que se situam em mundos que temos quase sempre o hábito de considerar hermeticamente separados: se Heródoto (VII, 166), tomou o cuidado de sublinhar que foi no mesmo dia, no fim de setembro de 480, que os gregos venceram os persas em Salamina, Gelon e Teron os cartagineses em Hímera, é que as duas batalhas se referiam, tanto uma como a outra, ao mundo grego em suas duas extremidades. Sabe-se, além disso, que este rigoroso sincronismo provavelmente foi imaginado pelos gregos da Sicília e Heródoto quis ver nele o testemunho de um complô tramado entre persas e púnicos do Ocidente contra o helenismo. Diodoro (XI, 24) coloca a batalha de Hímera no mesmo dia que o combate das Termópilas! Por outro lado, o sincronismo entre a queda da realza em Roma (509) e a reversão da tirania de Hípias em Atenas (510) passa em geral totalmente despercebida. Acontece o mesmo com as guerras samnitas e a expedição de Alexandre o Grande.

Este quadro cronológico será interrompido por curtas sínteses sobre alguns tempos fortes da história grega e romana, que é preciso conhecer com mais precisão. Em particular, a descrição das instituições, da vida cultural e artística não se presta bem a simples quadros e, portanto, será objeto de desenvolvimentos mais específicos.

Contudo, antes de limitar-nos aos mundos grego e romano, é preciso dar lugar às civilizações que os precederam e marcaram muito, no Oriente, tanto a Macedônia, como o Egito ou a Anatólia.